

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SILVANA KELLY DE MORAIS DA SILVA

**MULHERES POLICIAIS: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA
POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ**

Macapá
2015

SILVANA KELLY DE MORAIS DA SILVA

**MULHERES POLICIAIS: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA
POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Sociedade, Cultura e Desenvolvimento Regional.

Orientador:

Prof.Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto.

Macapá
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

363.1098116

S586m Silva, Silvana Kelly de Morais da.

Mulheres policiais: um estudo sobre a presença feminina na polícia militar do Amapá / Silvana Kelly de Morais da Silva; orientador, Manoel de Jesus de Souza Pinto. -- Macapá, 2015.

118 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

1. Polícia militar. 2. Mulheres policiais – Amapá. 3. Relações de gênero. 4. Segurança pública. I. Pinto, Manoel de Jesus de Souza, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

SILVANA KELLY DE MORAIS DA SILVA

**MULHERES POLICIAIS: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA
POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Data da aprovação:

19 de junho de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto
Orientador (UNIFAP)

Prof.Dr. Iuri Cavlak
Membro Titular (UNIFAP)

Prof.Dr. Marcus André de Souza Cardoso da Silva
Membro Titular (UNIFAP)

Profa.Dra. Eugênia da Luz Silva Foster
Membro Suplente (UNIFAP)

Prof.Dr. José Maria da Silva
Membro Suplente (UNIFAP)

A todas as mulheres policiais da Polícia Militar do Amapá, as de ontem, as de hoje e as que virão.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto, meu orientador, pela confiança em mim depositada para que eu pudesse trilhar o caminho da pesquisa, pois com a pesquisa fui a lugares e conheci pessoas que admirava dos livros.

À minha querida Geise, porque com suas palavras sempre encorajadoras e seu apoio incondicional mudei os rumos da minha vida.

Ao professor Dr. José Maria da Silva, pelo incentivo e consideração quando eu ainda aspirava ao mestrado; e pelas importantes contribuições feitas durante a defesa do projeto de Qualificação.

Ao professor Dr. Iuri Cavlak, pelas palavras incentivadoras e pelas valiosas contribuições feitas durante a Defesa desse trabalho.

Ao professor Dr. Marcus André de Souza Cardoso da Silva, pelas importantes observações feitas durante a Qualificação e Defesa desse trabalho; e pela indicação de referencial teórico.

À Nathália França Cordeiro, por sua companhia sempre serena e otimista, pois o mestrado requer serenidade e otimismo sempre, e a sua amizade me trouxe isto.

Aos colegas da turma do Mestrado 2013, pela amizade e as boas risadas que demos juntos, não poderia ter tido colegas melhores.

À colega Marília Gabriela Silva Lobato, por ter me ajudado com os trâmites iniciais no Comando Geral da Polícia Militar do Amapá, sua ajuda enquanto policial militar foi muito importante para inserção em campo; e também pelas importantes contribuições feitas ao trabalho.

Às mulheres e homens policiais militares que colaboraram direta ou indiretamente para a pesquisa. Principalmente aquelas/les que concederam entrevistas em meio as suas muitas tarefas ou em seus momentos de folga.

E, sobretudo, ao Coronel Ainton dos Santos, à Tenente-Coronel Heliane Braga, à Capitã Fabíola Barbosa, à 1º Tenente Lizete Fernandes, à 1º Tenente Sara Souza, à 1º Sargento Simone Fernandes, ao Subtenente Herinaldo Silva e a Soldado Fabíola Silva, pelas disponibilidades de atenção, pela contribuição através de informações e materiais que serviram de subsídios para a pesquisa, o meu agradecimento na certeza de que sem eles este trabalho não teria sido realizado.

E, em especial à 1º Ten. Diana Cléia Souza, por ser essa jovem policial militar, tão instruída e envolvida com a Polícia Militar do Amapá. Suas palavras sempre foram afáveis para comigo e seu abraço naquele momento em que simplesmente “desmoronei” me deram força extra e a certeza que este trabalho tem valor.

Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública -, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho. Penso que é muito bom e importante discuti-los e defini-los, pois só assim é possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades. Mas, além disso, também é necessário discutir as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos. Não podemos achar que essas metas são dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente. Toda a questão, como eu vejo – aqui neste salão, cercada de mulheres que praticam pela primeira vez na história não sei quantas profissões diferentes –, é de suma importância e de interesse extraordinário. Vocês ganharam quantos quartos próprios na casa que até agora era só de homens. Podem, embora com muito trabalho e esforço, pagar o aluguel. Estão ganhando suas quinhentas libras por ano. Mas essa liberdade é só o começo (WOOLF, 2013, p.18).

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar o processo de incorporação e atuação da mulher na Polícia Militar do Amapá (PMAP) tendo em vista que a área policial ainda é um campo de trabalho tipicamente associado à atuação masculina. Nesse sentido ao longo do trabalho são feitas reflexões acerca das relações de gênero e como estas se processam no ambiente organizacional. No Brasil, todas as Unidades da Federação contam com mulheres policiais militares, no entanto, a proporção destas varia de acordo com cada Estado, o que ocorreu em virtude do próprio ano de entrada e do processo com que cada corporação permitiu o acesso das mulheres em seus quadros. No Amapá, decorridos mais de 20 anos do ingresso de mulheres na Polícia Militar (PM) pouco ainda se sabe como tem se constituído de fato a participação delas na instituição. Nesse sentido, a pesquisa de campo se concentrou na área do quartel do Comando Geral da PMAP, além de alguns batalhões situados nos municípios de Macapá e Santana. Os sujeitos centrais da pesquisa foram 20 mulheres selecionadas tanto no Círculo de Oficiais quanto no Círculo de Praças, com isso foi possível entrevistar policiais que estavam trabalhando no policiamento ostensivo ou na área administrativa. Também foram entrevistados 10 homens entre Oficiais e Praças com objetivo de saber suas opiniões a respeito da presença e da atuação feminina na PM. Diante desse contexto os resultados demonstram que de fato a atividade policial militar ainda preserva uma cultura baseada em simbologias machistas, principalmente aquela que concerne à força física, supostamente superior no homem e inferior na mulher. As narrativas dos policiais femininos e masculinos revelam também que na PMAP embora a mulher esteja presente em todas as atividades, o trabalho e o desempenho delas estão em grande medida associados às suas habilidades consideradas como “naturais” e que tais habilidades são mais bem empregadas nas atividades administrativas. Porém, mesmo com a importância das mulheres na atividade operacional, sobretudo, porque está legalmente condicionada às policiais a realização da revista feminina, é no policiamento ostensivo que elas encontram as maiores dificuldades de atuação, pois muitos homens ainda resistem em trabalhar com mulheres por acreditarem que elas não detêm a força física que o trabalho executado na rua exige. Nas falas das policiais entrevistadas também é possível perceber reflexões importantes acerca da presença e da atuação das mulheres na corporação, apesar disso, em termos institucionais, não existe discussão a este respeito.

Palavras-chave: Polícia Militar. Mulheres Policiais. Relações de Gênero. Segurança Pública.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the process of development and women's role in the Military Police of Amapá (PMAP) given that the police area is still a labor camp typically associated with male performance. In this sense throughout the work are made reflections on gender relations and how they are processed in the organizational environment. In Brazil, all Brazilian states have military police women, however, the proportion of these varies according to each state, which was due the same year of entry and the process through which every corporation allowed access of women his paintings. In Amapá, after more than 20 years of women joining the Military Police (PM) little is known as it has been constituted in fact their participation in the institution. In this sense, the field research focused on the barracks area of the general Command of the PMAP, plus some battalions located in the cities of Macapá and Santana. The core of the research subjects were 20 women selected in both the Official Circle as in Squares Circle, it was possible to interview police officers who were working in ostensible policing or in the administrative area. Also they interviewed 10 men between officers and squares in order to know their opinions about the presence and role of women in the PM. In this context the results demonstrate that in fact the military police activity still preserves a culture based on symbologies macho, especially that which concerns the, supposedly superior physical strength in men and less in women. The narratives of female and male police also indicates that the PMAP although the woman is present in all activities, work and their performance are largely associated with their skills considered as "natural" and that such skills are best employed in administrative activities. However, despite the importance of women in operational activities, especially because, it is legally conditional police the realization of women's magazine, is the ostensible policing they encounter the greatest difficulties of operation, as many men still resist working with women because they believe they do not hold the physical strength to the work performed on the street requires. In the speeches of the interviewed police officers it is also possible to realize important reflections about the presence and role of women in the corporation, however, institutionally, there is no discussion in this regard.

Keywords: Military Police. Policewomen. Gender Relations. Public Safety.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Inspetor Miguel Silva e GT Romi, na Fortaleza de São José de Macapá em 1959	46
Fotografia 2 – Pelotão feminino da Turma de 1989	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades associadas ao trabalho policial feminino no país	44
Quadro 2 – Círculos e Escala Hierárquica da Polícia Militar	48
Quadro 3 – Principais atividades realizadas pelas policiais entrevistadas	61
Quadro 4 – Distribuição das áreas em que estão alocadas as policiais militares no Brasil	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Patente das policiais entrevistadas	56
Tabela 2 – Faixa etária das policiais entrevistadas	57
Tabela 3 – Nível de escolaridade das policiais entrevistadas	57
Tabela 4 – Número de filhos por policial entrevistada	58
Tabela 5 – Tempo de serviço das policiais entrevistadas	59

LISTA DE SIGLAS

AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BG	Boletim Geral
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CF	Constituição Federal
CFA	Centro de Formação e Aperfeiçoamento
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFSD PM	Curso de Formação de Soldado Policial Militar
DAS	Diretoria de Ação Social
DICOM	Diretoria de Comunicação
DOE	Diário Oficial do Estado
DIP	Diretoria de Pessoal
EMEAP	Estatuto do Militares do Estado do Amapá
GT	Guarda Territorial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
PE	Plano Estratégico
PM	Polícia Militar
PMAP	Polícia Militar do Amapá
PROED	Programa Educacional de Resistência às Drogas
RDPM/AP	Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amapá
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIS	Síntese dos Indicadores Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O APARATO POLICIAL NO BRASIL	22
1.1 A POLÍCIA MILITAR NO CONTEXTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA	22
1.2 A POLÍCIA MILITAR ENQUANTO APARELHO ESTATAL CONSTITUÍDO DE PODER	26
1.3 INSTITUIÇÕES MILITARES ENQUANTO INSTITUIÇÕES TOTAIS	31
1.4 A ADMISSÃO DE MULHERES EM INSTITUIÇÕES MILITARES	37
1.5 A INSERÇÃO DE MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO BRASIL	41
2 A POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ	46
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	46
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	47
2.3 O INGRESSO DE MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ	49
2.4 O PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DAS POLICIAIS ENTREVISTADAS	56
2.5 AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS POLICIAIS MILITARES	59
3 SEXO FRÁGIL? A MULHER POLICIAL E SEU COTIDIANO	64
3.1 A ESCOLHA DA PROFISSÃO	64
3.2 O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO E A <i>SEMANA ZERO</i>	68
3.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR	74
3.4 OS RELACIONAMENTOS ENTRE MULHERES E HOMENS NO AMBIENTE DE TRABALHO	79
3.5 VIDA PESSOAL <i>VERSUS</i> VIDA PROFISSIONAL: A ROTINA DAS MULHERES POLICIAIS	83
3.6 A VISÃO DOS HOMENS A RESPEITO DA PRESENÇA DE MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	105
APÊNDICE B – Questionário – Policiais da Polícia Militar do Amapá – PMAP	106
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as policiais femininas da Polícia Militar do Amapá – PMAP	107
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com os policiais masculinos da Polícia Militar do Amapá – PMAP	108
ANEXO A – Ofício Circular nº 35/2013 do Gabinete do Comando Geral, de autorização para pesquisa	109
ANEXO B – Ingresso de policiais feminino nas Polícias Militares	110
ANEXO C – Diário Oficial do Estado do Amapá com o Edital do Processo de Seleção da primeira turma de mulheres policiais da Polícia Militar do Amapá	111
ANEXO D – Procedimentos relativos às integrantes do Curso de Formação de Soldado Feminino	115
ANEXO E – Diário Oficial do Estado do Amapá com a publicação da unificação dos Quadros Femininos e Masculinos de Oficiais e Praças	118

INTRODUÇÃO

As transformações de ordem econômica e social, a expansão da escolaridade e os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade têm incidido diretamente na esfera do trabalho – espaços antigamente reservados aos homens – e o desenvolvimento de uma carreira não são mais exclusividades deles. Hoje, as mulheres são reconhecidamente integrantes da força produtiva do país.

Nesse sentido, as mulheres começaram a se inserir nas mais diversas áreas entre elas, as Forças Armadas, e também na Segurança Pública federal e estadual, trabalhando com a missão de proteger a coletividade (NEVES, 2008). Porém, as atividades militares, em particular, sempre estiveram associadas à atuação dos homens, os quais por muito tempo dominaram absolutos os quartéis, ajudando assim a propagar a imagem desses espaços como redutos de soldados, sobretudo, fortes e prontos para o combate.

No que concerne à organização policial, alguns dos seus valores característicos, como a questão da força física, apresenta uma estrutura que está sofrendo mudanças, pois se passou a buscar outros valores mais de acordo com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Assim, afrontam-se situações em que a força física não se faz estritamente necessária, tais como reduzir ocorrências potencialmente violentas e conflituosas e atender coletivos que exigem tratamento diferenciado. Dessa forma se reconhece nas mulheres, e sobretudo, nas suas habilidades consideradas “naturais” a possibilidade de desenvolver as aptidões necessárias para resolução de tais conflitos (CALAZANS, 2003).

A escolha pela PM como lócus de pesquisa surgiu a partir de observações a respeito das práticas policiais e da frequente exposição dos seus agentes na mídia nacional e local. No Amapá, me chamou a atenção o fato de que raramente vem a público algum tipo de ação da PMAP que esteja diretamente associada à atuação das mulheres policiais. Segundo Calazans (2003), esta invisibilidade das mulheres na PM é parte da própria filosofia tradicional de policiamento que é praticada no Brasil, baseada no espírito belicoso oriundo do Exército Nacional e também por ideologias machistas que trataram com restrições a inserção das mulheres na corporação.

O interesse pela temática se refere ao fato de que no ano de 2011 quando ao concluir o curso de Bacharelado em Secretariado Executivo uma profissão historicamente associada à elevada presença de mulheres, em meu trabalho de conclusão de curso abordei a questão da

inserção dos homens na profissão, enfatizando as relações de gênero, as dificuldades e os preconceitos enfrentados por eles para se inserirem na área secretarial. Com isso, ao pensar em um projeto para o Mestrado, decidi abordar o ingresso da mulher em uma profissão cuja presença de homens é significativamente mais elevada do que a de mulheres, por isso também a escolha pelo trabalho policial.

O meu primeiro contato com a PM ocorreu em 20 de novembro de 2012 com uma visita ao 4º Batalhão da Polícia Militar (BPM) situado no município de Santana, essa visita foi realizada com o intuito de conhecer um pouco mais a instituição policial e assim obter informações que pudessem subsidiar a construção do então pré-projeto de pesquisa que foi submetido ao processo seletivo do Programa de Mestrado. Ainda naquela visita tive uma recepção bastante satisfatória e incentivadora diante do meu interesse em escrever um trabalho sobre as mulheres policiais, tendo em vista que o trabalho das mulheres na PMAP ainda é pouco conhecido e discutido, tanto interna quanto externamente.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho consistiu em analisar o processo de incorporação e atuação da mulher na Polícia Militar do Amapá. A hipótese considerada foi que por se tratar de uma instituição militar e que até o ano de 1989 não havia admitido mulheres em seus quadros, essa incorporação ocorreu mediante restrições institucionais e resistências por parte do contingente masculino. Além disso, quando se pensa no exercício da atividade policial ainda é senso comum remeter-se a figura do homem por considerá-lo física e emocionalmente mais adequado do que mulher, sobretudo, para as atividades operacionais. Em virtude destas concepções decorrentes da cultura patriarcal hegemônica na sociedade brasileira, e mantidas pelas instituições policiais, é que a incorporação e atuação das mulheres na PM continuam sendo alvos de preconceitos.

O trabalho mostrou que assim como em outras Polícias Militares pelo país, a inclusão da mulher aos quadros da PMAP também ocorreu mediante ações discriminatórias, as quais foram expressas por meio de alguns requisitos estabelecidos no primeiro Edital de Seleção (Anexo C) para o ingresso de mulheres. As ações também foram reforçadas por meio do primeiro Curso de Formação de Soldado Policial Militar (CFSD PM) que instituiu “os procedimentos relativos às integrantes do CFSD Feminino” (Anexo D), documento que normatizou a conduta feminina durante os primeiros anos de ingresso na PMAP. A resistência e a discriminação por parte de alguns policiais também foram evidentes como observado nas entrevistas com participantes da primeira turma. Além disso, seguindo a tendência de outras Polícias, as primeiras policiais amapaenses foram direcionadas para atividades em que

tiveram maior aproximação com o público, como por exemplo, o policiamento no trânsito, em detrimento do policiamento ostensivo.

Constatei que ainda hoje, mesmo que exista isonomia quanto à participação de mulheres e homens nos editais públicos da PMAP, cotidianamente muitos homens ainda resistem em trabalhar com mulheres, além disso, as discriminam, principalmente, em relação à capacidade operacional delas. Observei também, que mesmo com o ingresso da mulher na PMAP e a sua presença nas mais diversas atividades, as relações entre mulheres e homens são marcadas pelas construções sociais de gênero, e que apesar dos homens reconhecerem a importância das mulheres na corporação, a imagem delas ainda está fortemente associada as suas habilidades consideradas como “naturais”.

Diante deste contexto, a elaboração dessa pesquisa tornou-se necessária e importante por sua singularidade e pela possibilidade de contribuir para a ampliação dos conhecimentos acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho, particularmente em áreas ainda tradicionalmente ocupadas por homens. Além disso, acredito que ela também pode fomentar a discussão para a presença e atuação das mulheres nas atividades de segurança pública.

Determinou-se então para o trabalho os seguintes objetivos específicos: a) Investigar quais as atividades desenvolvidas pelas mulheres na PMAP, quais os critérios para a distribuição das atividades e se os critérios tem relação com a questão de gênero. b) Analisar como se constituem as relações entre mulheres e homens policiais a partir das questões de gênero.

Todos esses objetivos convergem para conhecermos melhor as policiais militares amapaenses e o ambiente organizacional em que estão inseridas; e para que também possamos entender como tem se constituído de fato a participação delas na corporação.

Definidos os objetivos foi organizado o trabalho de campo, o qual segundo Minayo (2000) se constitui em uma etapa fundamental na pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser efetivada sem a inserção em campo. Segundo a autora, é por meio do trabalho de campo que o pesquisador interage com os sujeitos pesquisados, resultando em um produto compreensivo após uma descoberta, a qual é construída a partir das disposições de posse do investigador, como por exemplo, as entrevistas, as observações e as inter-relações. Ressalta-se que foi necessário obter alguns dados quantitativos para elaborar o perfil sócio-profissional das entrevistadas, conforme as cinco tabelas apresentadas na subseção 2.4.

Para a fase das entrevistas selecionei a amostra levando em consideração que em pesquisa de natureza qualitativa, o critério de escolha da amostra, em geral, não é numérico, embora o/a pesquisador/a muitas vezes precise justificar a delimitação de pessoas

entrevistadas. Portanto, “uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2000, p. 102). Dessa forma, minha preocupação não foi com a quantidade, mas com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão. Para isso, inicialmente previ uma amostra composta de 20 mulheres (sujeitos centrais) e 10 homens (sujeitos secundários), podendo ser acrescentados novos participantes até que eu conseguisse compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo. Contudo, no decorrer do trabalho de campo a amostra se revelou satisfatória uma vez que obtive as informações empíricas necessárias para alcançar os objetivos da pesquisa.

Para selecionar a amostra foram adotados alguns critérios tais como: todos os policiais femininos e masculinos foram selecionados tanto no Círculo e Escala Hierárquica de Oficiais quanto no Círculo e Escala Hierárquica de Praças¹; quanto às mulheres, escolhi algumas alocadas na atividade-meio e outras na atividade-fim², e algumas mulheres remanescentes da turma de 1989; e quanto aos homens, foram selecionados Oficiais na função de comandante, ou seja, que estavam à frente de contingentes femininos e masculinos; e também Praças, que trabalharam com mulheres na atividade-fim.

A pesquisa teve como instrumentos de coletas de dados, entrevista, questionário e pesquisa documental, pois considerei com base em Goldenberg (2009), que não existe uma técnica, um único meio válido de coletar os dados, e que pesquisas que se utilizam de elementos qualitativos e quantitativos, os utilizam como complementares. A seguir a finalidade de cada uma das técnicas empregadas na pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com a finalidade de interação entre pesquisadora e os sujeitos pesquisados para obter deles o maior número de informações, pois por meio das entrevistas é possível ter acesso a elementos subjetivos, como “fatos; idéias, crenças, maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; conduta ou comportamento presente ou futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos” (JAHODA, 1951, p.152 apud MINAYO, 2000, p. 108).

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido (Apêndices C e D), e todos os policiais femininos e masculinos entrevistados foram previamente esclarecidos a respeito da pesquisa e tiveram a garantia de que suas identidades seriam mantidas em sigilo, para isso foi solicitado a todos que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

¹Sobre os Círculos e Escalas Hierárquicas, ver Quadro 2 na página 48.

²A atividade-fim se refere ao policiamento ostensivo realizado a pé ou em viatura. A atividade-meio se refere as atividades administrativas, mas como mostrarei ao longo do trabalho, a/o policial não é fixada/o nesta ou naquela atividade, salvo os casos previstos em lei que resguardam a/o policial de atuar na atividade-fim.

(Apêndice A). Todas as entrevistas também foram realizadas de acordo com o local, data e horários estipulados pelas/os entrevistadas/os. Para identificação das entrevistadas utilizei apenas o termo “Oficial” ou “Praça” que corresponde ao Círculo Hierárquico a que pertence a policial. No caso dos homens manteve-se a designação do Círculo Hierárquico seguido da expressão “masculino”.

O questionário foi utilizado com o objetivo de obter informações acerca do perfil sócio-profissional dos participantes (Apêndice B). Dessa forma, o questionário foi composto de questões abertas em que o participante ofereceu sua própria resposta, e de questões fechadas em que ele pôde escolher entre uma das alternativas apresentadas em uma lista, as quais atribuíram maior uniformidade as respostas e facilidade no momento de processá-las (GIL, 2008; RUDIO, 2013).

A Pesquisa documental foi empregada com a finalidade de obter subsídios para compreensão do objeto de estudo. Nesse sentido, foram consultados principalmente os Boletins Gerais³ do ano de 1989 tendo em vista que nesse tipo de documento eu teria acesso as informações pertinentes ao ingresso das mulheres na PMAP. Consultei ainda, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amapá (RDPM/AP), Relatórios de algumas diretorias, Planejamento Estratégico (PE) 2011-2015, Matriz Curricular para os cursos de formação entre outros documentos.

Para análise das informações empíricas optou-se pela análise do conteúdo, técnica que tem sido amplamente utilizada nas análises das áreas de ciências humanas e sociais. De acordo com Bardin apud Minayo (2000), a análise do conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42 apud MINAYO, 2000, p. 1999).

No entanto, a análise do conteúdo oscila entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, as quais resultam na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos e que devem levar o pesquisador a tentar ultrapassar o caráter descritivo do conteúdo expresso nas comunicações, para inferir sobre elas, buscando assim, uma interpretação mais profunda das mesmas (MINAYO, 2000).

³O Boletim Geral (BG) é um documento institucional de circulação interna, cujo objetivo é dar publicidade as ações da PMAP.

Segundo Bardin (1979 apud Minayo, 2000) a operacionalização da análise do conteúdo vai depender especificamente do tipo de investigação a ser realizada, do problema de pesquisa que ela envolve, do corpo teórico adotado pelo pesquisador, assim como dos tipos de comunicações que serão analisadas. Dessa forma, o processo de análise dos dados e das informações empíricas coletadas ocorreu da seguinte forma:

1. preparação do material: transcrição do material gravado em campo de acordo com as perguntas selecionadas (roteiro) para composição de cada seção;
2. pré-análise: organização dos documentos, dos questionários, dos dados e das informações empíricas obtidas em campo;
3. análise do conteúdo das entrevistas: ocorreu por meio da identificação das respostas das/dos entrevistadas/dos de acordo com as perguntas que subsidiaram as seções temáticas. Assim, ao longo do trabalho, mas, sobretudo, nas seções dois e três em que se concentram as análises sobre as informações empíricas, foi feito o agrupamento de extratos das entrevistas com objetivo de destacar a fala⁴ dos participantes com base nos temas abordados.

Ainda em 2013 a pesquisa de campo teve autorização (Anexo A) para ser iniciada, e a partir de então manteve presença constante principalmente no quartel do Comando Geral da PMAP e contato permanente com algumas policiais que me ajudaram a coletar informações e documentos necessários para o trabalho. Também participei de solenidades institucionais entre elas, a festa comemorativa ao aniversário de 25 anos do ingresso da mulher na PMAP, formatura do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares Turma 2011-2014 e do Curso de Controle de Distúrbios Cíveis para mulheres.

A participação nestes eventos foi importante porque me permitiu conhecer e compreender um pouco mais como se constitui o universo militar, pois o fato de não ser militar inevitavelmente me impôs algumas dificuldades as quais tentei transpor para elaborar o trabalho. Assim, considero que o trabalho de campo ocorreu durante os dois anos do Mestrado, pois finalizada a pesquisa, tenho certeza que a constante presença em campo foi fundamental para obtenção dos dados, e principalmente para o processo de realização das entrevistas.

O trabalho se apresenta dividido em três seções. Na primeira seção, é feita a contextualização histórica da instituição policial no Brasil, além de uma abordagem sobre a

⁴A transcrição das entrevistas ocorreu *ipsis litteris* como o que foi falado pelas/os entrevistadas/os. Assim, os extratos das entrevistas que foram utilizados ao longo do trabalho também não sofreram nenhum tipo de correção gramatical. Optei pela transcrição e utilização *ipsis litteris* das falas por entender que dessa forma a mensagem expressa é transmitida de acordo com as particularidades de cada entrevistada/do.

PM enquanto aparelho de Estado constituído de poder. A partir desse contexto é feita a descrição do processo de inserção das mulheres nas instituições militares brasileiras passando pelas Forças Armadas até o ingresso delas na Polícia Militar.

Na segunda seção, é retratado o contexto histórico da força policial no Amapá desde a época do então Território Federal até a organização em que PM se encontra. Ao longo desse percurso houve a admissão das mulheres aos quadros da PMAP, processo que foi caracterizado por muitas diferenciações em relação ao contingente masculino. Em seguida, é apresentado o perfil sócio-profissional das entrevistadas, e descrita as principais atividades que as policiais atualmente desenvolvem na corporação.

Na terceira seção, é feita uma abordagem sobre o cotidiano da mulher policial destacando inicialmente suas motivações em participar de um concurso para PM, e também como vivenciaram o CFSD PM. Outros pontos analisados são as questões de gênero e suas consequências no ambiente de trabalho; e como se constituem os relacionamentos entre mulheres e homens tendo em vista estarem inseridos em uma instituição militar; Além do cotidiano da mulher policial, também fiz uma abordagem relacionada ao fato de que inúmeras mulheres têm que conciliar vida pessoal e profissional, constatando que devido inúmeras questões culturais este é um aspecto que de modo geral exerce maior impacto sobre a força de trabalho feminina. Por fim, apontam-se as considerações finais.

1 O APARATO POLICIAL NO BRASIL

Esta seção contextualiza a Polícia Militar no Brasil e as diversas transformações pelas quais a instituição passou ao longo da história até sua consolidação como um aparato de segurança. Essa abordagem permite conhecer a PM e compreender o contexto organizacional em que as mulheres foram admitidas, permitindo assim, entender porque a atuação das mulheres no ambiente policial, mesmo nos dias de hoje, ainda sofre preconceitos.

1.1 A POLÍCIA MILITAR NO CONTEXTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA

A formação do aparelho policial brasileiro está associada ao período em que o país transformou-se em sede da Monarquia Portuguesa com a vinda da Família Real e a instalação da Corte (1808-1821) na cidade do Rio de Janeiro (ORDOÑEZ; QUEVEDO, s/d). Com a fixação da Família Real e o desenvolvimento das atividades de uma Corte houve a demanda por serviços de segurança de maior complexidade, com isso, D. João o então regente do Brasil cria a Guarda Real de Polícia cujo objetivo era a manutenção da ordem. A Guarda era subordinada ao Intendente-geral de Polícia da Corte, no entanto, devido à ineficácia de suas ações ela foi extinta e posteriormente substituída por um Corpo de Guardas Municipais Permanentes (MARCINEIRO; PACHECO, 2005; OLIVEIRA, 2012).

Historicamente as forças policiais no Brasil estão inseridas em um contexto de repressão social e econômica que o país viveu desde o regime colonial e quase sempre elas foram organizadas seguindo modelos provenientes da metrópole portuguesa ou em modelos existentes em outros Estados europeus. Nesse sentido, concomitantemente ao crescimento da população colonial, a organização do seu cotidiano e as demandas por controle, a ação policial armada tornava-se cada vez mais importante (DONNICI, 1990; OLIVEIRA, 2012). Segundo Oliveira (2012), o poder de polícia exercido pelos grandes proprietários rurais também era levado em consideração no concernente aos objetivos de policiamento, e isso contribuiu sobremaneira para o processo de formação das forças de caráter militar.

Em 1831, com o Brasil já independente politicamente de Portugal, o então Ministro da Justiça brasileira, Padre Diogo Antônio Feijó, solicitou aos governos das províncias que extinguissem todos os corpos policiais existentes a fim de que fossem substituídos por um único órgão, intitulado Corpo de Guardas Municipais Permanentes, com sede em todas as províncias. Estes órgãos deveriam ter como base, a hierarquia e a disciplina, e serem compostos exclusivamente por voluntários que se dedicassem de modo permanente e em

tempo integral a todas as atividades policiais (MARCINEIRO; PACHECO, 2005; ORDOÑEZ; QUEVEDO, s/d).

Posteriormente, esse Corpo de Guardas passou por diversas mudanças até se tornar de fato uma Força Policial, o que ocorreu somente em 1834, a qual tinha entre outras funções, que atender aos interesses da Monarquia, evitar a aglomeração de escravos e auxiliar o poder público na execução de ordens municipais. Durante o período imperial⁵ como o Brasil estava envolvido em diversos conflitos internos e externos, as atividades policiais se concentraram no campo da Defesa Interna e da Segurança Nacional em conjunto com as do Exército Brasileiro, sendo que este em várias ocasiões recebeu tropas das Forças Policiais para ajudar a compor o seu efetivo (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

Com a Proclamação da República constitui-se uma Polícia com viés profissional, voltado para a vigilância e centrado na defesa das classes dominantes. Nesse sentido, observa-se que a Polícia serviu como um instrumento de determinados grupos e classes, agindo contra aqueles que se opunham e que representavam uma ameaça ao sistema vigente, o que explica os vários momentos em que ela transcendeu suas disposições constitucionais, reprimindo discursos e manifestações que pudessem prejudicar os interesses das classes dominantes (CALAZANS, 2003).

Por volta de 1920 em decorrência do forte apoio ao Exército Brasileiro, a Polícia passa gradativamente a adotar os regulamentos daquela Força Armada ao passo que em alguns Estados da Federação acordos são firmados entre os Governos estaduais e a União para que as então chamadas Forças Públicas passassem a ser consideradas reservas do Exército (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

É somente com a entrada do país em uma era redemocratização após o Estado Novo⁶ e com a Constituição Federal de 1946⁷ que as Forças Policiais passam a ter uma estrutura militar mais bem definida e passam a ser denominadas de “Polícias Militares”, porém,

⁵O período imperial é um período da história brasileira compreendido entre 7 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) e 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República). Neste período o Brasil foi governado por dois monarcas: D. Pedro I e D. Pedro II. O período Imperial compreendeu três momentos: O Primeiro Reinado (1822 a 1831); Período Regencial (1831 a 1840), e Segundo Reinado (1840 a 1889) (VAINFAS, 2008).

⁶O Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945. Este período ficou marcado no campo político por um governo ditatorial e que garantiu amplos poderes ao presidente que passou a controlar todos os setores da vida social e econômica do país (PILETTI, N; PILETTI, C, 2004). Vale frisar que foi nesse período, em “13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812 que Getúlio Vargas criou os territórios federais na Amazônia: Rio Branco (hoje Roraima), desmembrado do Estado do Amazonas; Guaporé (hoje Rondônia), desmembrado do Estado do Amazonas e Mato Grosso; Iguaçú (extinto), desmembrado do Estado de Santa Catarina e Paraná e; Amapá, desmembrado do Estado do Pará. A criação dos territórios federais na Amazônia por Getúlio Vargas tinha como principal objetivo, estruturar áreas para proteger as fronteiras brasileiras, em função da Segunda Guerra Mundial” (MORAIS, 2013, p.78).

permaneceu sob a competência da União o poder de legislar sobre a organização, instrução, justiça e garantias das Polícias Militares. Além disso, ficou definido que a PM atuaria como força auxiliar e reserva do Exército, constituída para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados (OLIVEIRA, 2012; MARCINEIRO; PACHECO, 2005). No entanto, foi somente com a Constituição de 1988 que ocorreu o reordenamento na questão da Segurança Pública, ficando efetivamente a cargo da PM a função primordial de polícia ostensiva e a preservação da ordem nos Estados e no Distrito Federal.

A partir de 1964⁸ as Polícias Militares passam a ser comandadas por oficiais superiores do Exército e desse momento em diante a Polícia prioriza a Defesa Interna e a Segurança Nacional em detrimento da Segurança Pública. Tal posicionamento levou a instituição a ser “considerada o braço visível do período ditatorial” (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p.32). Ainda na década de 1960, por meio de Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, foi criada a Inspeção Geral das Polícias Miliars (IGPM) destinada a controlar o efetivo, armamento e instrução além de estabelecer normas para a estrutura hierárquica e organizacional da PM, cuja referência deveria ser o Exército, contudo, adaptações poderiam ser feitas de acordo com cada Estado (MARCINEIRO; PACHECO, 2005; SILVA, 2010).

Como nesse período houve um desvirtuamento das ações policiais em atenção aos interesses das Forças Armadas, isto trouxe reflexos negativos para a imagem da Polícia em todo país (SILVA, 2010; MARCINEIRO; PACHECO, 2005). Não obstante, mesmo intervindo especificamente na luta armada durante as décadas de 1960 e 1970, as Polícias Militares não deixaram de agir na contenção das manifestações de descontentamento tanto na cidade como no campo. A partir do momento em que se interrompe a guerrilha, a Polícia passa a atuar na luta contra o crime convencional, e suas ações também passam a ser caracterizadas por métodos e equipamentos que não permitiam mais a distinção entre as operações militares das operações policiais (BICUDO, 2000).

Percebe-se que toda a legislação posterior ao Golpe de 1964 teve a preocupação de tornar submissas as milícias estaduais ao comando geral e central das Forças Armadas, de onde se pode concluir, ainda hoje, que as Polícias Militares não são organizações subordinadas aos governos estaduais, ao invés disso, elas estão “diretamente sujeitas,

⁷“Com o fim da Ditadura Vargas em 1945, nos anos posteriores a sociedade passaria por um processo de democratização, com a criação de novos partidos políticos, a vigência da liberdade de imprensa e a organização de numerosas entidades da sociedade civil. Em 1964, em meio a esse processo de democrático um golpe militar reinstaurou um regime de governo autoritário no país” (PILETTI, N; PILETTI, C, 2004, p.81).

⁸“Iniciava-se com o golpe um longo período de ditadura militar, no qual os órgãos de segurança do governo reprimiram com violência – perseguindo, prendendo, matando ou expulsando do país – todos aqueles que ousaram contrapor-se ao regime” (PILETTI, N; PILETTI, C, 2004, p.118).

hierárquica e operacionalmente, ao Exército; que o Estado Maior do Exército, exerce, fiscalização administrativa sobre as Polícias Militares, mediante a atuação da IGPM (artigo 23 e parágrafo 3º do regulamento 200)” (BICUDO, 2000, p. 95).

Para Borges Filho (1994 apud MARCINEIRO; PACHECO, 2005) as Polícias foram enquadradas dentro do princípio básico da Doutrina da Segurança Nacional, e a segurança pública passou a ser uma das vertentes da segurança interna, e ao passo que o Estado brasileiro se militarizava, se acentuava um viés mais militar do que policial nas corporações estaduais. Na visão do autor, a Polícia se transformou em um subaparelho do Exército, e nesse contexto, as Polícias Militares se constituíram não como instituições a serviço da cidadania, mas como forças repressivas do aparelho estatal, constituídas com um perfil militar a serviço da segurança nacional na área da segurança interna.

Porém, durante o processo de transição para o regime democrático e os debates acerca da elaboração de uma nova Constituição, propostas e modificações importantes foram sugeridas por diferentes setores da sociedade e do Estado. No entanto, a Carta Constitucional apresentada em 1988 trouxe a incorporação de propostas democráticas referentes aos direitos civis, políticos e sociais, mas em relação à segurança pública o aspecto militarizado foi mantido devido pressões por parte das próprias Polícias. Apesar disso, com a promulgação da Constituição modificações na relação entre Forças Armadas e PM foram estabelecidas, sendo concedida a Polícia certa autonomia, principalmente em assuntos relacionados às questões de ensino e formação dos seus agentes (CALAZANS, 2003).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art.144, a PM é uma instituição que integra o Sistema de Segurança Pública, sendo, portanto, “a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, além disso, as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros Militares são forças auxiliares e reservas do Exército e subordinam-se juntamente com as Polícias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

Ainda em relação a Segurança Pública, os debates mais recentes tem questionado esse modelo de Polícia, dividido em militar e civil, o qual foi instaurado definitivamente desde a Ditadura de 1964 por meio da criação do já mencionado Decreto-Lei nº 667, que concedeu ao Exército o controle e a coordenação da PM. Esta posição em que se encontram as duas Polícias demonstra um modelo de Segurança Pública cada vez mais fragilizado e que não atende aos anseios da sociedade, caracterizada por baixos investimentos em recursos humanos, infraestrutura, equipamentos, qualificação profissional entre outros.

Em relação a PM, Donnici (1990) ressalta que a deficiência de capital humano, de equipamentos e de verbas contribui para que a Polícia brasileira deixe de acompanhar a evolução do mundo em áreas fundamentais, como a manutenção da ordem, a proteção dos cidadãos e a segurança do Estado, e embora a tendência moderna seja fazer da Polícia uma organização social-científica a maneira como ela se encontra dificulta o alcance desse objetivo. O autor também acredita que é necessário rever os atuais critérios de recrutamento, seleção e treinamento dos agentes policiais.

Um projeto de emenda à Constituição oferecido em 1992 à Câmara dos Deputados redimensionaria a relação entre Polícia Militar e Polícia Civil quando propõe entre outros aspectos, a unificação das Polícias, transformando-as em uma única organização, civil, com um segmento uniformizado para as funções de policiamento ostensivo e outro em trajes civis para a área investigativa, com unidade de comando e carreira única. A formação dos policiais também seria realizada em uma única escola, colocando fim ao modelo de formação autoritária que é praticada atualmente. A unificação permitiria ainda o aumento do número de policiais na rua, com melhor distribuição e utilização do efetivo, instalações e equipamentos policiais, consequentemente isto resultaria na melhor relação custo/benefício tanto para a Polícia quanto para a sociedade (BICUDO, 2000).

Por isso, Recasens (1999 apud CALAZANS, 2003) acredita que embora o aparelho policial faça parte do Estado, seja um de seus instrumentos e uma das mais simbólicas representações do seu poder e de sua capacidade de repressão e de controle tal aparelho também não pode ser visto como algo estático, mas como um espaço em constante modificação e adaptação à medida que o próprio Estado se desenvolve.

1.2 A POLÍCIA MILITAR ENQUANTO APARELHO ESTATAL CONSTITUÍDO DE PODER

Ao falar da instituição policial entendo que é necessário fazer uma breve abordagem sobre a noção de Estado para que se possa compreender qual o papel e o sentido da Polícia na estrutura estatal. O Estado por meio de sua estrutura constituída de um aparato administrativo que pretendeu se “valer do monopólio da força sobre um determinado território” (BOBBIO, 1987, p.57) como uma forma de dominação, é peculiar ao denominado Estado Moderno. Para alcançar este fim, o Estado reuniu nas mãos dos seus dirigentes os meios materiais de organização depois de desapropriar todos aqueles que dispunham por direito próprio destes

meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos (WEBER, 1999).

Assim, Weber (1999) considera que,

[...] somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado Moderno por meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física. ‘Todo Estado fundamenta-se na coação’, disse em seu tempo Trotski, em Brest-Litvsk. Isto é de fato correto. Se existissem apenas complexos sociais que desconhecêssem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de ‘Estado’; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de ‘anarquia’, neste sentido específico do termo. Evidentemente, a coação não é o meio normal ou único do Estado – não se cogita disso -, mas é seu meio específico (WEBER, 1999, p.525).

O Estado então se torna responsável também pela organização e controle social e é quem detém o monopólio legítimo do uso da força, - a coerção legal. Ressalta-se que quando o autor se refere ao “legítimo uso da força” não quer dizer que toda e qualquer forma de violência se justifica sempre em nome do Estado, mas pela legitimidade deste, há limites ao uso da força empregada.

Continuando, Weber (1999) acrescenta,

o Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apóia a dominação (WEBER, 1999, p. 526).

Dessa forma, o Estado se configura em um sistema estrutural da sociedade, organizado com base em modelos influenciados por circunstâncias conjunturais. Ele interage com outro sistema constituído por grupos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos entre outros, que interagem também entre si, e se estruturam através de organizações hierarquizadas. Entre estas se incluem as instituições militares, constituídas para prover segurança e proteção à sociedade e ao Estado; e também para manter a ordem por meio do exercício legal da violência (OLIVEIRA, 2012).

Com base nesta contextualização inicial, é importante frisar que primeiramente me reportarei à instituição policial militar unicamente como uma organização que compõe o aparelho repressivo do Estado. No entanto, ao utilizar os estudos de Althusser (1985) posteriormente farei referência a PM enquanto aparelho ideológico do Estado (AIE), pois o autor entende que não existe aparelho unicamente repressivo, a exemplo da própria Polícia e

do Exército que funcionam por meio da ideologia com o propósito de garantir tanto sua coesão e reprodução quanto para afirmar e divulgar os seus valores.

Assim, a Polícia enquanto organização social específica surge somente no século XIX e a partir daí cresce concomitantemente com as hierarquias e as desigualdades sociais tornando-se instrumento de emergência e de proteção dos sistemas estatais centralizados e dominantes, ou seja, o Estado Moderno, no qual atua com caráter repressivo especializado (REINER, 2004; MIRANDA, 2006). Nesse sentido, a Polícia por si só, não se constitui em um poder, ela é um instrumento do poder de polícia do Estado, suas ações são legitimadas nesse poder que o Estado possui. Logo, não existe o poder *da* Polícia, mas sim o poder *de* polícia (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

Segundo o direito administrativo brasileiro, o poder de polícia “é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (MEIRELLES, 2010, p.134). Ou seja, o poder de polícia pode ser entendido como um mecanismo utilizado para conter os abusos provenientes do direito individual. Através desse mecanismo o Estado detém toda atividade que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança nacional, praticadas por terceiros. O poder de polícia está dividido em três esferas, são elas: polícia administrativa, polícia judiciária e polícia da manutenção da ordem pública, esta última privativa das Polícias Militares (MEIRELLES, 2010).

Embora a noção de ordem pública seja compreendida pelo direito administrativo, não existe consenso entre os juristas brasileiros a respeito do seu conceito. Para Meirelles (1987), isto ocorre exatamente porque ela não pode ser entendida somente como um conceito jurídico “mas como uma situação fática de respeito ao interesse da coletividade e aos direitos individuais que o Estado assegura, pela Constituição da República e pelas leis, a todos os membros da comunidade” (MEIRELLES, 1987, p. 157).

Conforme a Constituição Federal de 1988 compete especificamente a PM “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Art.144, § 5º, CF, 1988), ou seja, através de sua ostensividade deve evitar que a ordem pública seja desfeita, e caso isto ocorra, também cabe a Polícia restabelecê-la. Nesta situação, a PM, pode utilizar dos dispositivos legais que lhe são conferidos, inclusive a coercibilidade que justifica o emprego da força física quando necessária. A instituição policial é, portanto, à presença visível do Estado, e a PM é aquela que detém maior visibilidade em decorrência da função que desempenha.

Apesar disso, Silva (2010) afirma que, embora a Polícia seja uma corporação especializada que detém a responsabilidade formal pelo uso legítimo da força, com finalidade de preservar a segurança, ela não detém sua exclusividade. Da mesma forma, Monjardet (2012) também afirma que não é indispensável atribuir a Polícia um “monopólio” no sentido mais restrito do termo para definir a sua especificidade.

Ressalta-se que, apesar da Polícia ser um dos componentes do aparelho repressivo do Estado, ela não está legitimada pelo próprio Estado a cometer práticas de violência ilegal contra a sociedade, pois a violência legal com a violência arbitrária não se confunde, mesmo que a força física seja empregada, pois isso não equivale à violência arbitrária ou abuso de poder, não obstante, estas sejam práticas recorrentes entre muitos policiais brasileiros.

Atuando como um aparelho repressivo do Estado, por meio deste a Polícia tem sua função definida, mas ela também age como AIE. Assim, Althusser (1985, p.68) designa como “aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. O autor considera AIE, instituições como a Igreja, a Escola, a Família entre outras, as quais não devem ser confundidas com o aparelho repressivo de Estado.

O autor segue afirmando que, embora os AIE funcionem principalmente através da ideologia, secundariamente eles agem por meio da repressão, ainda que esta seja bastante atenuada, dissimulada, pois também não existe aparelho unicamente ideológico, novamente como exemplo, a Igreja, a Escola entre outras instituições que “moldam” seus membros utilizando métodos próprios de seleção, sanção, exclusão etc (ALTHUSSER, 1985).

Na área educacional, a Polícia se insere enquanto AIE à medida que não está isenta de mecanismos ideológicos que são utilizados com vistas à submissão dos indivíduos as ideias e práticas institucionais. Além disso, a função da formação militar é intervir no indivíduo tanto sob o aspecto intelectual ou moral quanto sob o aspecto físico. Desse modo, a Polícia tende a assegurar por meio dos seus cursos de formação o preparo para as atividades policiais, mas também para sua cultura, valores e normas,

[...] de maneira a garantir um certo número de estados mentais e físicos, alguns dos quais impossíveis de estarem ausentes em alguns dos indivíduos, quer como exigência da sociedade global, quer como requisito da fração social a que os indivíduos se associam particularmente. Portanto, é a sociedade em sua globalidade e cada fragmento social em particular que decidem o ideal intelectual, afetivo, moral ou físico que a educação deve implementar nos indivíduos a socializar (RODRIGUES, 2006, p.48).

A ideologia proposta por Althusser (1985) não se refere apenas ao campo das ideias, mas também ao campo material delas, ao afirmar que a ideologia existe em um aparelho e em suas práticas, e essa existência é material à medida que o indivíduo adota comportamentos e participa de certas práticas regulamentadas de acordo com as ideias do aparelho ideológico ao qual ele “livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p.90). Como por exemplo, a opinião de uma policial entrevistada, “a gente passou para ser polícia; você tem que respeitar, é o militarismo, você vive no militarismo” (PRAÇA). Esta opinião demonstra que a partir do momento que o indivíduo escolheu participar de uma instituição composta por normas rígidas e que cultua determinados valores, estas devem ser incorporadas e respeitadas por ele.

Mas também, embora os militares tenham em grande medida sua formação e vivência assentadas na prática do militarismo⁹, são indivíduos com seus próprios sentimentos, comportamentos e histórias de vidas. Entretanto, mesmo que os policiais sofram influências do meio social em que estão inseridos, alguns mais do que outros, irão incorporar e refletir mais intensamente tais influências, a exemplo da fala abaixo:

A Polícia é igual escola, né? Mas ela não vai mudar a personalidade da pessoa, quem é mesmo [pessoa], é aquilo pra sempre, né? Mas me ajudou muito. Assim, na questão da disciplina, de ser mais organizada, de organizar o dia-a-dia, de ser uma pessoa mais disciplinada, mais educada. Acho que tudo, tudo melhorou um pouco, é muito rígido, tu aprende muita coisa (PRAÇA).

Esta fala reflete a influência da formação militar na vida do indivíduo mesmo quando ele está fora da corporação, pois como se pode constatar, muitos dos princípios institucionais absorvidos pelo policial tendem a ser praticados em seu cotidiano. No entanto, a policial do exemplo acima, acredita que apesar das mudanças que ocorrem na vida dos indivíduos, a personalidade é um aspecto que permanece inalterado. Essa influência da instituição e o poder que esta exerce sobre os seus agentes é iniciada, sobretudo, no CFSD PM, como está mais bem explicado na subseção 3.2 destinada à questão da formação dos policiais militares. Esta outra fala abaixo destaca a importância do militarismo tanto para o indivíduo quanto para a instituição policial.

Mudei meus conceitos, totais, porque eu sempre fui muito questionadora, e no começo eu falava assim: “Ah, mas porque o militarismo, isso aí é complicado... isso é uma coisa

⁹Utilizei o termo no sentido de designar o culto e a formação de uma mentalidade que é própria dos profissionais das instituições militares, ou seja, o culto de valores, como a disciplina, a ética, a integridade moral entre outros.

arcaica, coisa da Ditadura, esse negócio de ter que se apresentar, ter que pedir licença pra entrar”. E assim, eu mudei, dei uma guinada de 360° na minha vida, porque eu vi que sem isso aí, a Polícia Militar sem essa base de hierarquia e disciplina, não é Polícia Militar. E qualquer pessoa que tenha outros conceitos e entre, acabe aceitando e se adeque, né? Que entrou e viu que é isso mesmo que quer, não vai querer nada diferente na vida, para o resto da vida. Eu sou uma dessas policiais militares que defendo o militarismo, essa disciplina e hierarquia porque o mundo em si, ele tá tomando muitos caminhos, né? Sei lá, de revolta, e a Polícia sem esse lado do militarismo ela pode perder suas bases, né? (PRAÇA).

A Praça entrevistada reforça que a vivência no ambiente militar e os valores difundidos nele contribuem para modificar comportamentos e opiniões dos seus integrantes uma vez que visam à adequação destes ao ambiente de hierarquia e disciplina. Nesse sentido, a policial confirma que elaborou uma nova concepção sobre os valores militares, e sobre a importância deles como práticas regulares da Polícia. Os dois relatos anteriores sintetizam uma série de aspectos sobre os quais a formação e a vida nas instituições militares pode influenciar e interferir no cotidiano dos policiais.

Oliveira (2012) também chama atenção para o fato dos policiais embora divididos do ponto de vista de suas ideologias, enquanto funcionários do Estado e dependentes deste tanto em relação as suas expectativas pessoais quanto corporativas, não podem ser considerados apenas como sujeitos pertencentes e obedientes à ordem militar, pois enquanto membros da sociedade, e como tais, em muitas ocasiões podem se direcionar para as massas populares, sem, contudo, poder se expressar deliberadamente de acordo com o seu papel e lugar diante dessas massas.

Não obstante, assim como Althusser (1985) se referiu as instituições militares também como AIE, associei isto aos aspectos relacionados às chamadas instituições totais, as quais passam a direcionar os comportamentos dos seus integrantes. Nesse sentido, a Polícia também direciona o comportamento dos indivíduos para que incorporem e disseminem os valores policiais.

1.3 INSTITUIÇÕES MILITARES ENQUANTO INSTITUIÇÕES TOTAIS

Para Castro (2004), um estudioso da instituição militar¹⁰, classificá-la como instituição total, é admitir algumas semelhanças e diferenças com o modelo proposto por

¹⁰Autor do livro intitulado *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Este livro é resultado de sua dissertação de mestrado que teve como locus de pesquisa, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), localizada no município de Resende no Estado do Rio de Janeiro. A AMAN é o estabelecimento de ensino de nível superior responsável pela formação básica dos oficiais combatentes da ativa do Exército brasileiro.

Goffman (2010), o qual considera como uma das características das instituições totais a restrição à liberdade dos seus membros. Entretanto, no entendimento de Castro (2004), esse fato não ocorre no cotidiano das organizações militares, embora haja situações em que os indivíduos são confinados por um determinado período de tempo, como no caso da aplicação de algumas sanções disciplinares.

Então, assim como Castro (2004), admitindo-se as semelhanças com as instituições totais, nessa seção pretendo refletir a respeito da vivência dos indivíduos nos ambientes militares e as consequências oriundas pela imposição de regimentos àqueles que convivem nestes espaços. Logo, esta vivência pautada pelas normas é parte do processo disciplinador praticado pelas organizações militares e um dos mais significativos instrumentos de poder exercido por elas. Minhas reflexões serão sustentadas pelos estudos de Goffman (2010) e Foucault (2008), mas também auxiliadas por outros autores, pois considero que algumas outras análises me ajudarão em uma melhor reflexão.

Goffman (2010) volta-se para os estabelecimentos sociais denominados por ele de “instituições totais”, em virtude das características diferenciadas que elas apresentam. Para o autor, as instituições totais são caracterizadas, sobretudo, pela barreira imposta à relação social com o mundo externo. São locais onde os indivíduos são isolados da vida social por um considerável período de tempo e passam a ter uma vida administrada de acordo com as normas e as atividades internas do grupo social ao qual fazem parte, além de estarem sob o forte controle e a supervisão constante de uma equipe dirigente.

Dessa forma, os membros das instituições totais são levados progressivamente a abandonarem seus papéis anteriores e a constituírem uma nova identidade. Geralmente, isso se inicia com o processo de admissão que é caracterizado como uma despedida e um começo, marcado por rituais de iniciação e o ajuste do indivíduo ao seu novo mundo. A esse processo de ruptura com o mundo externo, Goffman (2010) chama de “mortificação do eu”, que tende a se ampliar por meio das imposições diárias, de “degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (GOFFMAN, 2010, p. 24).

Não somente nas instituições totais, mas também nas militares, para que o indivíduo seja “enquadrado” institucionalmente ele é submetido a um processo de socialização, ou seja, é levado a absorver “determinados valores e determinadas regras que orientarão os seus comportamentos em suas relações com o mundo e com a sociedade” (RODRIGUES, 2006, p.37), no caso das instituições – o mundo e a sociedade, dizem respeito ao ambiente em o indivíduo está inserido. Portanto, é conforme a cultura estabelecida nesse ambiente que as

peças passam a direcionar suas ações e sobre seus corpos passa a incidir um forte poder disciplinar.

Desse conjunto de dispositivos de poder baseados na submissão dos indivíduos por meio dos seus corpos, na vigilância constante, na normalização dos comportamentos entre outros fatores, emergiu no século XVIII a noção das chamadas técnicas disciplinares. Tais técnicas são utilizadas por instituições, a exemplo das escolas, fábricas, hospitais e prisões, e tem ainda hoje o objetivo de construir subjetividades que se encaixem no modo de vida esperado pela sociedade. Estas instituições são, portanto, capazes de tornar os indivíduos dóceis e ao mesmo tempo úteis, utilizando a disciplina como método para se atingir este fim (OLIVEIRA, 2012).

Foucault (2008) dedica uma parte de suas análises ao poder disciplinar exercido pelas instituições. Segundo ele, o poder se constituiu em uma forma de dominação dos indivíduos por meio dos seus corpos, no entanto, estes não são aprisionados ou se tornam propriedade de outrem. Nesse sentido, a disciplina é utilizada como o instrumento desse poder, e visa não exclusivamente o aumento das habilidades do corpo ou aprofundamento de sujeição deste, mas instituir uma relação que torne o corpo tanto mais útil quanto mais obediente, e vice-versa. Para o autor, a disciplina empregada busca aumentar a capacidade e a aptidão desse corpo, mas também busca diminuir a energia que resultaria dessa capacidade aumentada, mantendo-se assim uma relação de sujeição estrita. A coerção disciplinar, portanto, “estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2008, p. 119).

De tal modo entendo as instituições militares, como espaços que agem com objetivo de fazer com que os indivíduos se empenhem o máximo possível, mas que na mesma proporção mantenham a obediência a elas, e isto é feito através de uma política de coerção sobre o corpo, manipulando seus elementos, seus gestos e seus comportamentos. Exercendo sobre ele um poder capaz de discipliná-lo.

Em relação ao corpo daqueles que estão sob o poder disciplinar das instituições totais, Goffman (2010) faz referência a uma série de práticas institucionais empregadas a fim de caracterizar o indivíduo de acordo com seu grupo. Geralmente, as pessoas são despidas de sua aparência usual por meio da retirada dos equipamentos e dos objetos utilizados para sua composição. Também podem ser empregados regulamentos, ordens ou tarefas que obriguem os indivíduos a adotarem movimentos ou posturas em seu cotidiano, além de atos verbais de deferência em relação à equipe dirigente. Estas imposições também são consideradas partes do processo de mortificação do eu.

Nas instituições militares o processo de socialização que ocorre por meio dos cursos iniciais é um dos momentos de maior impacto para o indivíduo, pois, é a fase em que o seu eu começa a ser mortificado. Quase sempre o aluno é submetido a exercícios físicos exaustivos, pressão psicológica e mudanças na aparência, estas ações são praticadas como parte do processo que visa a uniformidade entre os indivíduos. A PMAP, durante muito tempo exigiu que as mulheres mantivessem os cabelos curtos, semelhantes aos dos homens, obrigatoriedade que era imposta desde o CFSM, para muitas policiais tal imposição significava um momento de rebaixamento em sua autoestima. Na fala a seguir, a policial ressalta que não somente os seus cabelos, mas seu corpo também foi bastante afetado pelo excesso de exercícios físicos.

Minha vida foi chorar no curso, porque eu estava até então com 29 anos e eu nunca tinha passado por aquela situação tão estressante de curso, que é limite do teu físico. O meu físico, eu lembro que eu entrei com 69 quilos e sai com 63, pra mim foi muito peso perdido; eu nunca tinha perdido tanto peso assim. Então, eu sai bem magrinha, o cabelo super curto, a minha vaidade lá embaixo. Eu sai assim, de uma maneira que eu estava muito, muito deprimida com aquele curso. O meu curso, pra mim foi instrutivo, com certeza, mas assim, eles [instrutores] realmente me testaram bastante, mas foi um curso muito bom (PRAÇA).

A fala acima pode ser utilizada para exemplificar o processo de “mortificação do eu” descrito por Goffman (2010), uma vez que o indivíduo é progressivamente submetido a práticas que visam enquadrá-lo ao ambiente em que está inserido. Ao mesmo tempo, o exemplo pode ser analisado sob a ótica das análises de Foucault (2008), ao demonstrar que é sobre o corpo que o poder disciplinar incide e exerce uma forma de dominação.

Constatei na PM a existência de uma série de outros dispositivos utilizados para disciplinar o indivíduo, como por exemplo, o RDPM¹¹ que é norteado pela hierarquia e disciplina, esta última caracterizada pela **“rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar”** (grifos meus) (AMAPÁ/PM, 1981).

Dessa maneira, é que a disciplina “fabrica” indivíduos, “ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2008, p. 143). Por isso, na organização policial, o indivíduo que descumprir com o que estabelece o regulamento, por

¹¹O RDPM é o documento que rege as instituições policiais militares no Brasil e foi elaborado a semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército a partir do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969 que reorganizou a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. No entanto, de acordo com o Decreto, o RDPM pode ser adaptado conforme as condições especiais de cada corporação. O conteúdo geral do RDPM/AP trata das normas relativas à hierarquia e disciplina, da especificação e classificação das transgressões disciplinares; aplicação das punições disciplinares, além da interposição de recursos contra a aplicação das mesmas (AMAPÁ/PM, 1981).

meio deste também pode ser reprimido ou punido¹², para isso, leva-se em consideração “as causas que justifiquem a falta ou circunstâncias que a atenuem ou agravem” (AMAPÁ/PM, 1981), ao mesmo tempo em que, “não haverá punição quando for reconhecida qualquer causa de justificação” (AMAPÁ/PM, 1981).

Analisando não somente as entrevistas com as mulheres e os homens policiais, mas o ambiente (quartel) e a pessoas a minha volta quando estava inserida em campo, observei que mesmo nas situações em que havia certa informalidade entre mim e os sujeitos pesquisados, o fato de estar em um ambiente militar era constantemente evidenciado por meio dos atos e gestos praticados pelos militares, como o ato de prestar continência ao superior hierárquico, a formalidade prestada aos Oficiais, a postura corporal, a manutenção da apresentação pessoal de acordo com os parâmetros militares, o uso adequado do uniforme entre outros. Em seguida, o exemplo de uma policial que foi advertida por descumprir um dos itens do RDPM.

Uma vez eu fui chamada a atenção porque mesmo que eu esteja à paisana eu tenho que ficar em posição de sentido quando tiver um superior. Aí eu passei e só falei bom dia e não fiquei em posição de sentido, aí eles [superiores] me chamaram a atenção, e disseram que mesmo que eu esteja à paisana eu tenho que ficar em posição de sentido. Realmente, eu aprendi isso, mas na pressa acabei passando rápido e não fiz (PRAÇA).

A advertência demonstra que embora **a policial tenha sua vida civil** (grifos meus), o militarismo em muitos aspectos se sobrepõe a este fato, evidenciado o forte poder disciplinar exercido pelas instituições militares. Nesse sentido, considerando as semelhanças entre as instituições militares e as instituições totais, sobre esta última, Goffman (2010, p. 48) afirma que elas “são fatais para o eu civil” do indivíduo, pois invariavelmente interferem no eu civil deste.

Segundo as entrevistadas a disciplina deve ser seguida com o mesmo rigor por mulheres e homens, assim como sua supervisão e cobrança por parte dos superiores. Contudo, algumas policiais acreditam que de modo geral, em termos institucionais, a disciplina não tem sido seguida com o rigor que ela deveria, exatamente pela ausência de uma cobrança permanente. Segundo elas, isso ocorre porque o modo de comandar difere de um comandante para outro, seja no âmbito do comando geral ou nos próprios batalhões. A policial da fala

¹²Caso haja punição ela é imposta variando de acordo com o grau da transgressão cometida. De acordo com o RDPM/AP em seu Art. 23 “As punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais-militares, segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão são as seguintes, em ordem de gravidade crescente: advertência, repressão, detenção, prisão e prisão em separado; e licenciamento e exclusão a bem da disciplina” (AMAPÁ/PM, 1981).

abaixo se refere à consciência que cada policial deve ter em relação ao cumprimento da disciplina.

Só que eu acho assim, depois que a gente sai do curso a gente não é muito cobrado. Mas vai de cada um, a gente aprende o que certo. A gente faz de consciência limpa a nossa disciplina e a nossa hierarquia, prestar continência, essas coisas assim. Se impor, se enquadrar, vai de cada um... mas hoje em dia não é tão cobrado (PRAÇA).

É interessante notar o posicionamento dessa policial, pois a mesma demonstra ter assimilado os preceitos institucionais impostos desde o CFSD PM. Inferi que talvez por esse motivo ela esperasse que a instituição fosse muito mais vigilante em relação o cumprimento da hierarquia e disciplina pelos policiais, e que a falta de cobrança sobre estes aspectos vai de encontro à rigidez que a própria instituição cultua. Dessa forma, a policial considera que cada profissional deve ser o principal responsável em fazer cumprir o que estabelece o RDPM.

Ainda de acordo com algumas policiais, em determinadas situações que envolvem o contingente feminino e que este necessita da intervenção do superior (um comandante de batalhão, por exemplo), o que difere é a forma com que o assunto é tratado, pois alguns comandantes preferem e designam uma Oficial para ajudar nas questões relativas às policiais. Conforme algumas policiais, isto ocorre porque a mulher tem mais “sensibilidade” e “compreende” outra mulher ou até mesmo para evitar que as ações do superior sejam confundidas com um possível assédio por exemplo. Dessa forma evitam-se, constrangimentos tanto para o comandante quanto para a subordinada. Exemplificado na seguinte fala:

Porque assim, quando algum feminino altera¹³ geralmente eles buscam a Tenente para chamar a atenção da soldado, entendeu? **É pra evitar a questão do assédio, né?** (grifos meus)¹⁴... Então pra não confundir as coisas tem essa diferença na cobrança da disciplina... Aqui é assim [batalhão], todas as questões do feminino a [Oficial]... resolve (OFICIAL).

Embora a Oficial não tenha especificado a que tipo de assédio se referia, se sexual ou moral, demonstra que este é um dos fatores pelos quais há ocasiões em que alguns comandantes preferem essa diferenciação no tratamento prestado ao contingente feminino. Tal atitude também reforça os estereótipos de gênero e contribuem para que as mulheres

¹³Na linguagem militar “alterar” significa cometer alguma infração ou ato não correspondente às normas institucionais.

¹⁴O tema assédio sexual, embora estivesse em meu roteiro de entrevista como um tema livre que poderia ter sido ou não abordado com a entrevistada, em minhas primeiras entrevistas senti que teria dificuldades em tratar do assunto, pois quando mencionado a maioria das policiais comentava de maneira muito restrita, ainda que com algumas eu tenha explorado um pouco mais o tema. Entretanto, mesmo diante da importância e da validade das falas, acredito que eu não teria os subsídios necessários para uma abordagem mais ampla a respeito do assunto, ainda sim, a questão é mencionada em outros momentos do trabalho.

continuarem sendo vistas e tratadas de forma diferente pelo fato de ser mulher. Por outro lado, a postura adotada pelo comandante também estereotipa o próprio sexo masculino à medida que deduz que o homem é assediador. A fala da Oficial remete também as muitas diferenciações e restrições sofridas pela mulher ao longo de sua inserção nas instituições militares.

1.4 A ADMISSÃO DE MULHERES EM INSTITUIÇÕES MILITARES

No Brasil, segundo os registros históricos, a presença das primeiras mulheres em atividades militares consta do século XIX. Inicialmente elas estiveram vinculadas as funções de caráter assistencialista ainda em tempos de guerra quando atuavam principalmente como enfermeiras nos campos de batalhas. Heroínas, como Maria Quitéria de Jesus Medeiros que participou da luta pela Independência do Brasil, em 1822, e Ana Vieira da Silva que lutou clandestinamente na Revolução Constitucionalista ocorrida em São Paulo, em 1932¹⁵ (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO, 2009), são exemplos de mulheres que se destacaram em eventos militares. Algumas mulheres também tiveram importante participação durante a Guerra do Paraguai¹⁶ que ocorreu entre os anos de 1865 e 1870, e que provocou profundas mudanças na geopolítica da América do Sul e ainda consolidou o Exército Brasileiro como uma instituição forte e respeitável (PASCAL, 2006).

Takahashi (2002) aponta que já na década 1970 as Forças Armadas de vários países começaram a admitir mulheres em seus quadros, proporcionando a elas a mesma formação que era proporcionada aos homens nos setores em que era permitido o ingresso de mulheres. Este fato marcante na história dos exércitos ocidentais assinalou uma ruptura no modelo tradicional de recrutamento, alistamento e participação feminina que era realizada somente em tempos de guerra¹⁷, e abriu espaço para a reflexão sobre a atuação das mulheres para além das funções auxiliares frequentemente exercidas por elas.

¹⁵Maria Quitéria alistou-se disfarçada de homem no Batalhão dos Voluntários do Príncipe Dom Pedro, mesmo depois que seu disfarce foi descoberto ela continuou na luta. Sua coragem e bravura, além da facilidade no manejo das armas, são cabalmente demonstradas em vários episódios da guerra.

¹⁶A Guerra do Paraguai ou a Guerra da Tríplice Aliança foi o conflito de maior duração no continente latino-americano, que reuniu três países – Brasil, Argentina e Uruguai –, contra o Paraguai, que entre outros motivos vinha se destacando economicamente entre os países da América Latina (ORDOÑEZ; QUEVEDO, s/d). O principal nome feminino nesta Guerra foi o de Ana Justina Ferreira Néri que acompanhou seus filhos e irmãos nos campos de batalhas prestando serviços de enfermagem nos hospitais militares de Salto e Corrientes na Argentina, e Humaitá e Assunção no Paraguai.

¹⁷Mesmo com as inúmeras e importantes participações de mulheres em muitos combates, aos homens foram atribuídos os feitos heroicos, restando a elas no máximo menção de ordem assistencial sem nenhuma associação com as funções bélicas. Uma das funções assistenciais fortemente vinculadas às mulheres era exatamente a enfermagem, além de ser uma ocupação muito valorizada também era considerada a mais nobre

Em relação às Forças Armadas Brasileiras, a admissão de mulheres ocorreu a partir dos anos 80 e de forma bastante restrita. Inicialmente, houve a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM)¹⁸, primeira instituição a criar um Corpo de militares femininas no Brasil (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO, 2009). As primeiras mulheres foram empregadas para suprir a médio e longo prazo a demanda por pessoal necessário em substituição aos Oficiais e Praças que até então estavam em terra desempenhando as funções técnicas e administrativas, deste modo, era indispensável liberá-los para o setor operacional (navios) cujas atividades exigiam o emprego exclusivo de militares do sexo masculino (CARVALHO, 1990). No ano seguinte, a Aeronáutica cria o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA)¹⁹ que visava a inserção de mulheres nas áreas administrativas e da saúde, as quais necessitavam de pessoal especializado (SANTOS, 2009).

Para Carvalho (1990) as expressões, “auxiliar” e “reserva”, empregadas para designar o grupo de mulheres nas instituições militares indicavam que a inserção delas nestas instituições teria uma finalidade diferente daquela atribuída aos homens, e, portanto, o lugar e o trabalho destinados às mulheres também seriam diferentes, pois,

já renunciavam o caráter secundário e complementar do trabalho e da atuação da mulher na organização militar, isto porque são dois substantivos/adjetivados que qualificam o substantivo mulher, reforçando o estereótipo de que o trabalho da mulher é sempre de menor prestígio, e que a atuação da mulher se realiza sempre de forma secundária e periférica (CARVALHO, 1990, p. 58-59).

Embora o Exército tenha permitido a participação feminina em atividades específicas em períodos de guerra, foi a última Força Armada a autorizar a entrada do contingente feminino em seus quadros, através da criação do Quadro Complementar de Oficiais (QCO)²⁰, em 1989, que permitiu o ingresso de mulheres na Escola de Administração do Exército (EsAEx). No entanto, mesmo com tal permissão o ingresso efetivo das primeiras mulheres ocorreu somente em 1992 (SANTOS, 2009).

Dessa forma, se percebe uma nítida divisão sexual do trabalho no interior das instituições militares, conferindo às mulheres o espaço interno para as atividades consideradas mais leves, e aos homens, o espaço externo para as atividades mais pesadas, para as quais as mulheres, em termos de estrutura física supostamente não estariam preparadas, reforçando

que elas podiam exercer nos campos de batalhas, por isso ficou conhecida como a profissão símbolo das primeiras tentativas de emancipação feminina no Brasil (TAKAHASHI, 2002; PASCAL, 2006).

¹⁸Lei n°. 6.807, de 7 de julho de 1980.

¹⁹Lei n°. 6.924, de 29 de Junho de 1981.

²⁰Lei n°. 7831, de 2 de outubro de 1989.

assim, a manutenção de estereótipos de gênero em relação ao sexo²¹, como a idéia de sexo frágil atribuído à mulher.

As Forças Armadas então passam gradativamente a inserir mulheres em seus quadros, porém, isso continuou ocorrendo particularmente em áreas ligadas a administração e a saúde (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO, 2009), corroborando assim, com D'Araújo (2003) ao afirmar que a atuação feminina em missões bélicas está de fato relacionada a momentos excepcionais da história. Fora isso, a imagem da mulher sempre esteve mais associada à ternura, ao lar e aos filhos, o que contrasta com a violência e com a brutalidade da guerra.

Ainda segundo D'Araújo (2003), foi em virtude dessas concepções que a inserção das mulheres nas instituições militares se deu de maneira diferenciada, não somente no Brasil, mas em diversos países. As mulheres, em sua maioria ainda se encontram alocadas nas funções administrativas (em especial nas Forças Armadas), fatores que evidenciam que as atividades para as quais elas são destinadas, em geral, não demandam esforço físico excessivo, tampouco o manuseio de armas. Além disso, “a idéia de gênero como um fator biológico que justifica a desigualdade da divisão social dos papéis sexuais ainda é amplamente difundida nos meios militares, e apesar de alguns avanços, ainda limita a atuação das mulheres nestes espaços” (TAKAHASHI, 2002, p.123).

A inclusão de mulheres nas Forças Armadas também não significou mudanças capazes de interferir na organização e ação interna das instituições militares, pois as mesmas, ainda mantêm a hierarquia e a disciplina como seus pilares básicos. Porém, a diversidade dos perfis humanos alterou alguns comportamentos tradicionais, como por exemplo, os trotes (brincadeiras referentes a feminilidade ou a masculinidade) a que os iniciantes geralmente são submetidos. Além disso, impôs desafios para uma formação profissional dissociada do conceito tradicional de soldado que é secularmente associado à valentia, atributo considerado tipicamente masculino (D'ARAÚJO, 2003).

Esta crescente inserção e ampliação da presença de mulheres no mundo do trabalho, sobretudo, em áreas e profissões majoritariamente compostas por homens, são vistas como um processo de “feminização”, e mais do que termos quantitativos, analiticamente, sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais, e mudanças institucionais de várias ordens que costumam acompanhar a

²¹“Estereótipo de sexo são generalizações sobre as capacidades físicas, emocionais e intelectuais de mulheres e homens. Por exemplo, o estereótipo de que os homens são em média mais fortes que as mulheres. Mas há certas mulheres que são mais fortes de que os homens” (COOK, 2011 apud DINIZ, 2011, p. 455).

integração das mulheres nestes espaços (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO, 2009). No entanto, tais mudanças tendem a ocorrer à medida que as mulheres vão galgando posições hierárquicas e conquistando direitos, o que sem dúvidas não ocorre de maneira simples e tampouco livre de resistências por parte dos homens.

Quanto a admissão das primeiras mulheres nas instituições policiais de diversos países, é importante mencionar que não existe consenso entre autores, a respeito da época, o primeiro país, as motivações e as consequências da entrada do contingente feminino, por estes motivos enfatizei os aspectos mais gerais desse processo de inserção, pois entendo que este também esteve fortemente ligado a determinado contexto social vivenciado em cada país.

Brown (1997) afirma que o ingresso de mulheres nas instituições policiais em diversas partes do mundo está fundamentado em quatro aspectos, são eles: o recrutamento de mulheres na Europa está vinculado a momentos de crise das forças policiais propiciadas pelo deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerra, ou em crises de credibilidade com forte deterioração da imagem pública das Polícias; existência de uma cultura policial feminina associada e valorizada nas formas preventivas, ou seja, menos truculenta de policiamento; no entanto, com restrições as tarefas femininas, pois se sustentava a idéia de que as mulheres não eram capazes de assumir todas as formas de ação da Polícia, consequentemente eram destinadas, sobretudo, a exercerem funções burocráticas ou associadas ao imaginário doméstico; e por último a necessidade de equiparação de oportunidades, como investimentos em ações anti-discriminatórias e no enfrentamento do assédio sexual.

No Brasil, é importante considerar o momento em que o país vivia – os processos de redemocratização política e a Constituição Federal de 1988 compuseram o cenário para o ingresso das mulheres nas forças policiais militares. Nesse sentido, de acordo com Donadio (2009), promove-se uma política institucional voltada para “a necessidade do trabalho feminino” ainda que em moldes sexados, reservando às mulheres as atividades direcionadas à problemática social e ajuda à comunidade, idealizando assim, um trabalho pacificador e protetor, os quais deveriam ser desenvolvidos por elas.

Mesmo diante de todos esses fatores não se pode afirmar quais foram os verdadeiros motivos que levaram as Polícias Militares a inserirem mulheres em seus quadros. No entanto, acredita-se que as policiais foram admitidas levando-se em consideração, pelos menos, as peculiaridades de cada Estado. Também se pode inferir que as Polícias Militares ainda hoje, permanecem organizações onde o contingente masculino continua superior ao feminino, favorecendo assim, a permanência de simbologias consideradas tipicamente masculinas

nesses espaços, as quais tendem a dificultar a inserção e atuação das mulheres em determinadas atividades.

1.5 A INSERÇÃO DE MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO BRASIL

Popularmente o trabalho policial ainda está associado a visões machistas e estereotipadas em relação à atuação das mulheres. Estas visões persistem dentro e fora dos quartéis, no entanto, suas manifestações mais intensas ocorrem principalmente quando a mulher atua na atividade-fim, ou seja, no policiamento ostensivo, em que muitas vezes recai sobre ela, a desconfiança e o preconceito acerca de sua capacidade operacional.

Historicamente, o Estado e suas organizações de poder, como as instituições militares e a Polícias, são espaços ocupados por homens, cujos símbolos e práticas são representativos de masculinidades. As armas, as fardas e os heróis são construções simbólicas do Estado e de uma masculinidade identificada pela violência, pela força e pela coragem. Estas construções são produtoras de identidades de gênero, afirmando um “saber a respeito das diferenças sexuais” expressas por meio de práticas, símbolos e leis que organizam e identificam o Estado e suas instituições (SCHACTAE, 2010).

Assim, o ingresso de mulheres em organizações militares sucessoras de atributos tipicamente associados aos homens significou uma mudança nesses ambientes, no entanto, isso não quer dizer que ocorreu a femininização da identidade institucional, ao contrário, estes espaços permanecem caracterizados por uma identidade masculina e pela construção de uma identidade feminina para as mulheres militares (SCHACTAE, 2010).

Segundo Brasil (2008b) é importante considerar que a incorporação de mulheres em instituições policiais não está desvinculada do aumento da inserção delas no espaço público e no mundo do trabalho contemporâneo. Os estudos de gênero demonstram que o ingresso das mulheres no mundo do trabalho globalizado tem crescido, expressando uma tendência de inserção feminina em algumas atividades antes consideradas como redutos masculinos, como é o caso das atividades policiais.

Diretrizes internacionais também afirmam a importância e recomendam a presença de mulheres nas Polícias. A resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979 da Assembleia Geral das Nações Unidas, diz que todo o policiamento deve ser representativo, ou seja, toda instituição policial deve ser representativa da comunidade como um todo. Assim, “isto significa que deve haver um número suficiente de mulheres empregadas em uma instituição

policial, para que ela seja considerada representativa da comunidade a que serve” (CERQUEIRA, 2001, p. 79).

No entanto, ainda que nesse contexto de globalização as questões de gênero tenham um efeito importante sobre o mercado de trabalho formal, essa relação não pode ser interpretada de forma homogênea, uma vez que existem certas escolhas e preferências por parte das empresas e instituições quanto ao perfil da mão-de-obra a ser recrutada, selecionada e integrada em seus quadros.

Assim, ao mesmo tempo em que se observa uma tendência de inclusão das mulheres em áreas antes restritas aos homens, ainda são comuns certas práticas discriminatórias contra elas, como por exemplo, as diferenças salariais, mesmo exercendo funções idênticas as dos homens. Além disso, as mulheres estão sujeitas a precarização das relações e das condições de trabalho (BRASIL, 2008b). É nesse contexto de crescimento da participação das mulheres no mundo do trabalho, que também se destaca a presença delas nas atividades policiais no Brasil, e em outros países. No entanto, a área policial é um campo de atuação em que as mulheres ainda encontram muitas resistências quanto sua presença e atuação.

Para Soares e Musumeci (2005), a entrada de mulheres nas Polícias de vários países também está associada ao intuito de promover reformas institucionais para o enfrentamento de problemas, como a corrupção, a violência e a baixa confiança na imagem e na credibilidade das instituições policiais. Além disso, também existiram pressões sociais pela democratização desse campo de trabalho por muito tempo fechado a participação das mulheres (SOARES; MUSUMECI, 2005).

No Brasil, o Estado de São Paulo foi precursor na experiência de admitir mulheres nas atividades policiais, pois ainda na década de 1950 integrou 13 mulheres a Guarda Civil estadual, através do Decreto nº 24.548, de 12 de maio de 1955 que instituiu o Corpo Especial de Policiamento Feminino, o primeiro grupamento policial feminino uniformizado do país. Esse grupamento passou por diversas mudanças até ser elevado em 1975 à categoria de batalhão, quando também foi definitivamente integrado a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sob a denominação de 1º Batalhão de Policiamento Feminino (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Contudo, no país, a regulamentação da participação das mulheres nas Polícias Militares ocorreu no final da década de 1970 quando o Estado-Maior do Exército por meio de uma Portaria do dia 16 de junho de 1977 aprovou as normas de organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, acrescentando ao capítulo III um adendo com a seguinte redação:

Nas atividades normais de policiamento ostensivo, verificam-se acentuadas dificuldades para efetiva ação no trato com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em ilícitos penais. Para atender a esse campo de atividade policial e também a certos tipos de relações com determinado público, no interesse da Corporação, caso seja julgado conveniente, é possível adotar as Polícias Militares de elementos de Polícia Feminina. Após a adoção de instrumentos legais, poderão ser criadas organizações de Polícia Feminina com determinados graus hierárquicos, assemelhados ao da hierarquia militar (BRASIL, 1977 apud SOARES; MUSUMECI, 2005).

No entanto, somente em 1984 é sancionado o marco legal para incorporação das mulheres aos quadros regulares da Polícia Militar. O Decreto-Lei nº 2.106, de 06 de fevereiro de 1984 autorizou Estados, Territórios e o Distrito Federal²² a admitir Oficiais e Praças em seus efetivos caso houvesse necessidade da presença de mulheres para o atendimento de atividades específicas, porém, em alguns Estados o ingresso de mulheres na PM foi inicialmente limitado por meio de um percentual de vagas. As primeiras policiais militares brasileiras também foram em sua maioria designadas para realizar tarefas em lugares com grande circulação de pessoas, atividades de caráter assistencial ou preventivo, especialmente no policiamento de trânsito. Ou ainda, executar atividades que não exigiam o contato direto com criminosos ou pessoas de alta periculosidade (SOARES; MUSUMECI, 2005).

A partir desse momento, e com o país vivenciando um ambiente interno favorável em consequência da abertura política e posterior fase de redemocratização, é que as mulheres são gradativamente incorporadas à instituição policial militar. Entretanto, a admissão do contingente feminino nas Polícias Militares não pareceu ter sido em virtude de demandas sociais, como ocorreu, por exemplo, com a Polícia Civil que ao criar as Delegacias Especiais da Mulher para atender as mulheres vítimas de violência, empregou preferencialmente o atendimento realizado por policiais civis do sexo feminino (SOARES; MUSUMECI, 2005).

De acordo com Soares e Musumeci (2005), a inserção de mulheres na PM aparentemente teve o propósito de “humanizar” a imagem da Polícia, que estava fortemente associada ao período da Ditadura Militar, o que também teria levado a instituição a introduzir nos currículos de formação dos policiais, disciplinas de Direitos Humanos, além de realizar as primeiras experiências de implantação do policiamento comunitário. No entanto, mesmo com a redemocratização política do país, o aparelho de Segurança Pública não passava e não passou até hoje por nenhuma transformação profunda em sua estrutura, e por nenhuma mudança de paradigma na sua cultura institucional que associassem a incorporação de

²²Ver Decreto-Lei (Anexo B).

mulheres a um processo mais amplo de reformas, como constatado em outros países (SOARES; MUSUMECI 2005).

Em quase todos os Estados brasileiros, as primeiras mulheres policiais foram destinadas a cobrir certas áreas de atuação em que o policiamento masculino essencialmente repressivo estava encontrando dificuldades, como por exemplo, a interação com crianças abandonadas, mulheres e adolescentes autores de infrações. E à medida que as policiais foram sendo empregadas, algumas atividades também foram quase sempre idealizadas como aquelas possíveis e desejáveis para atuação feminina (SOARES; MUSUMECI, 2005).

O que demonstra que as instituições policiais ainda são mantenedoras da visão que o sexo feminino é suspostamente mais frágil do que o sexo masculino, em virtude disso, geralmente se atribui as mulheres funções condizentes com a “natureza feminina”. Contribui para essa visão, o caráter fechado, limitado, repressor e, sobretudo, patriarcal mantido pela PM, o que também demonstra que mesmo aceita pela e na instituição, a policial ainda sofre resistências pelo fato de ser mulher. E que, portanto, a conquista legal apenas modificou a condição dessa mulher permitindo com que ela participasse da corporação, porém a sua posição feminina permanece inalterada à medida que continua sendo subjugada. Abaixo, a lista das atividades comumente associadas aos primeiros contingentes femininos de policiais militares pelo Brasil.

Quadro 1: Atividades associadas ao trabalho policial feminino no país.

Trabalho preventivo e assistencial junto a crianças e adolescentes, mulheres e idosos;
Atendimento a, e condução de alcoólatras, drogados e mendigos;
Policiamento ostensivo em portos, aeroportos e terminais rodoviários;
Policiamento de trânsito;
Policiamento de áreas comerciais e turísticas; patrulha de grandes eventos;
Trabalhos comunitários e assistenciais em geral;
Revista de mulheres detentas ou suspeitas, e de visitantes do sexo feminino em estabelecimentos penais;
Serviços internos de secretaria, telefonia, arquivo, recepção etc.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da obra de Soares e Musumeci, 2005.

Observa-se que algumas das atividades²³ descritas para as quais as primeiras policiais foram provavelmente destinadas, como o “trabalho preventivo e assistencial junto a crianças e

²³Soares e Musumeci (2005) chegam a essas atividades após examinarem a listagem de atividades previstas para os contingentes femininos de 17 Polícias Militares no país. Embora, não tenham contemplado os 26 Estados, acredito que isto não trouxe prejuízos para as análises das autoras, pois verificando outros trabalhos constatei

adolescentes, mulheres e idosos” e “trabalhos comunitários e assistenciais em geral”, denotam a construção de gênero no espaço institucional militar, pois associa as mulheres as atividades que exigiam pouco ou nenhum esforço físico; ou as atividades de caráter assistencial, visando a proteção e ajuda aos coletivos considerados mais vulneráveis.

Um dos fatores que impõem essa diferenciação é a questão cultural, em que o papel da mulher e do homem na sociedade é definido a partir do fator biológico. Portanto, culturalmente a mulher é considerada mais frágil, sensível, meiga, fraternal entre outros inúmeros adjetivos. O homem por sua vez é considerado fisicamente mais forte, o que supostamente lhe conferi habilidades que as mulheres não possuem ou possuem de forma menos expressiva.

Nesse sentido, Melo (2002) destaca que no caso das mulheres a questão de ter que mostrar a competência é um diferencial para elas se fixarem na carreira. Por isso, Oliveira (2012) acredita que é necessário refletir até que ponto as mulheres tem avançado nas instituições policiais, não somente em termos quantitativos, mas, sobretudo, em termos qualitativos, como por exemplo, se elas têm ocupado os mesmos cargos, realizado as mesmas atividades e seguido carreira em condição de igualdade com os homens (OLIVEIRA, 2012).

2 A POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

Inicialmente esta seção contextualiza a criação da PM no Amapá até sua organização atual. Em seguida o enfoque é para as mulheres policiais, meu objeto de estudo. Nesse sentido, é feita uma abordagem sobre o processo de inserção das primeiras mulheres na PMAP, e as inúmeras dificuldades enfrentadas por elas ao longo dos primeiros anos na corporação. Posteriormente é apresentado o perfil das policiais entrevistadas, ressaltando as principais áreas e atividades em que mulheres estão inseridas na PMAP.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Por meio do Decreto-Lei²⁴ n° 5.839, de 21 de setembro de 1943 foi instituído o então Território Federal do Amapá. Este documento também estabelecia em seu Art. 4, X, a competência do governador em organizar uma Guarda Territorial (GT) para garantir a manutenção da ordem pública do recém-criado Território. Dessa forma, no governo do Capitão Janary Gentil Nunes²⁵ foi criada a GT, organizada com caráter civil porque combinava outras atividades com a missão de segurança pública. No entanto, somente com a consolidação do Plano de Organização do então Departamento de Segurança Pública

Foto 1: Inspetor Miguel Silva e GT Romi, na Fortaleza de São José de Macapá em 1959.



Fonte: Quartel do Comando Geral da PMAP, 2014.

e Guarda Territorial foi que a GT adquiriu status e poder no âmbito da Segurança Pública (AMAPÁ/PM, 2011; BITTENCOURT, 2010).

²⁴Dispõe sobre a administração dos então Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu.

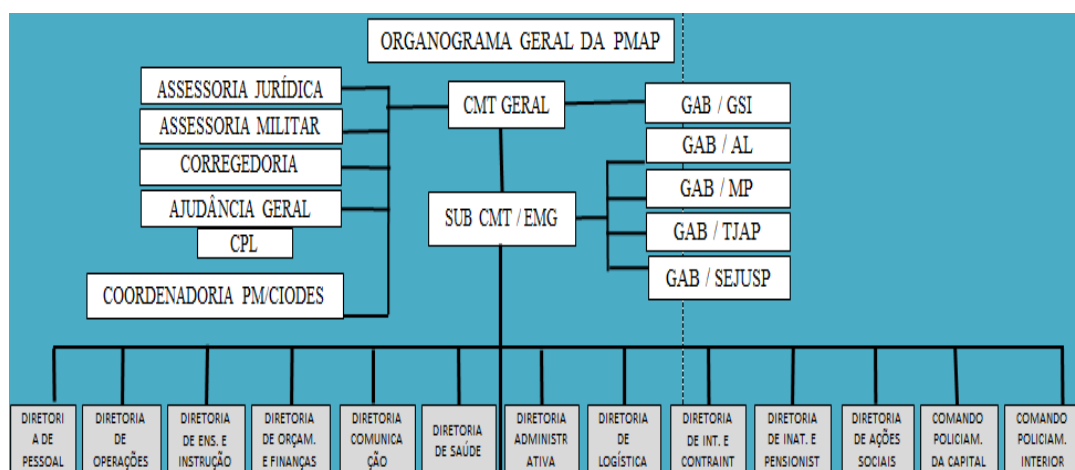
²⁵Decreto-Lei n° 08, do dia 17 de fevereiro de 1944.

Até a PMAP ser oficialmente organizada a GT era quem executava as atividades de policiamento, para isso, também apoiava as delegacias no que se refere a pessoal e armamento. A função de delegado era exercida por Oficiais e a de inspetores da GT por comissários. No ano de 1945 todas as sedes municipais passaram a ter um delegado, um escrivão e guardas (AMAPÁ/PM, 2011-2015).

Somente em 1975 no governo de Arthur de Azevedo Henning²⁶ foi instituída a Polícia Militar do então Território Federal do Amapá. Inicialmente o efetivo foi composto por 38 Oficiais R/2 do Exército Brasileiro e por 3 Oficiais da Polícia Militar de Sergipe. Após concurso realizado internamente na GT alguns militares foram estudar na Polícia Militar de Minas Gerais e na Polícia Militar de Goiás para formação em Sargentos. E partir daquela data a GT sofreu gradativamente o processo de extinção e os demais integrantes foram realocados para outros órgãos da administração territorial ou foram admitidos pela PM, o que ocorreu somente após processo de seleção (BITTENCOURT, 2010; MORAIS, 2013).

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O comandante geral da PM é escolhido pelo governador do Estado entre os Oficiais do posto de Coronel. Entre outras atribuições cabe ao comandante geral nomear os comandantes de batalhões e diretores que compõem a parte administrativa do Comando Geral. O organograma²⁷ abaixo demonstra de forma sucinta as principais áreas e diretorias da PMAP.



Fonte: Adaptado pela pesquisadora a partir do Organograma da PMAP, 2014b.

²⁶Conforme a Lei nº 6.270, 20 de novembro de 1975. A mesma Lei também cria as Polícias Militares dos então Territórios Federais de Rondônia e de Roraima, destinadas a manutenção da ordem pública na área dos três Territórios.

²⁷No organograma, GAB se refere a Gabinete, de Segurança Institucional, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Justiça do Amapá, e da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, respectivamente. (AMAPÁ/PM, 2014b).

Atualmente, o efetivo total da PMAP é de cerca de aproximadamente 3.630 policiais distribuídos entre o Comando Geral cujas atividades administrativas estão divididas em diretorias; e os 14 batalhões, situados tanto na capital quanto no interior. Do contingente total, aproximadamente 745 (20,5%) policiais são do sexo feminino que estão presentes em todos os batalhões e quadros²⁸, além da Policlínica, Gabinetes Especiais, Corregedoria Geral entre outros setores administrativos. Abaixo a disposição da hierarquia militar²⁹:

Quadro 2: Círculos e Escala Hierárquica da PM.

CÍRCULO DE OFICIAIS	Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel Major
	Oficiais Intermediários	Capitão
	Oficiais Subalternos	1º Tenente 2º Tenente
PRAÇA ESPECIAL		Aspirante a Oficial e Aluno do Curso de Formação de Oficiais
CÍRCULO DE PRAÇAS		Subtenente 1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento Cabo Soldado Aluno do Curso de Formação de Soldado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do Estatuto dos Militares do Estado do Amapá (EMEAP), 2014.

É importante frisar o dinamismo e a constante rotatividade a que todos os profissionais femininos e masculinos da PMAP estão sujeitos, pois mesmo aqueles alocados

²⁸Conforme informações obtidas junto à Diretoria de Pessoal (DIP), as mulheres estão distribuídas em todos os Quadros, embora em alguns deles elas não estejam representadas em todas as patentes. O novo EMEAP (Lei Complementar nº0084, de 7 de abril de 2014) em seu Art. 12 dispõe sobre a organização dos dois Quadros que compõem as instituições militares. O primeiro se refere ao Quadro de Oficiais – Combatentes; de Saúde; da Administração; Quadro Complementar de Oficiais; Quadro de Oficiais Músicos; e Quadro Especial de Oficiais. O segundo se refere ao Quadro de Praças – Combatentes; Quadro Especial de Praças; e Quadro de Praças Músicos (AMAPÁ/DOE, 2014).

²⁹De acordo com o EMEAP, em sua “Seção II – Do Comando e da Subordinação, Art. 38. O Oficial é preparado ao longo da carreira para o exercício do comando, da chefia e da direção das Organizações Militares dentro de seus respectivos Quadros; Art. 39. Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam nas atividades dos Oficiais, quer no treinamento e no emprego dos meios, quer na instrução, na administração ou na execução da atividade militar; Art. 40. Os Cabos e Soldados devem ser empregados prioritariamente na execução das atividades policial e bombeiro militar, pautando-se pelo conhecimento das normas necessárias à realização dos serviços e das missões que lhe forem atribuídas” (AMAPÁ/DOE, 2014, p.6).

nas atividades administrativas, dependendo das circunstâncias/demandas são designados a fazer “extras” no policiamento ostensivo, ou ainda, a mudar de setor. Durante a coleta preliminar de dados também foi expresso pelo diretor da DIP que o contingente policial está em constante atualização³⁰.

No que se refere à formação de Oficiais, como o Estado do Amapá ainda não possui uma Academia para o Curso de Formação de Oficiais (CFO), todos os alunos realizam o curso em outros Estados, cuja duração é de três anos em média. Após o curso eles retornam para instituição e são distribuídos entre os batalhões.

2.3 O INGRESSO DE MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

A inserção das primeiras mulheres na PMAP ocorreu à época do então governador Jorge Nova da Costa³¹, o aumento do efetivo policial militar foi uma das principais ações do seu governo, e o contingente que era de aproximadamente 950 policiais aumentou para cerca de 1.670 (MORAIS, 2013), sendo que o primeiro concurso para o ingresso de mulheres ocorreu em 1989 e segundo o relato de uma policial que participou daquele processo, no momento da inscrição era informado às mulheres, que elas não podiam ser casadas e nem ter filhos pelo período de dois anos, ainda de acordo com a policial, tais requisitos não constavam do Edital do concurso. Porém, conforme o relato de outras policiais, o Edital era claro quanto aos requisitos exigidos³².

Ao analisar o Edital verifiquei que um dos requisitos tanto para as mulheres quanto para os homens era quem fossem solteiros, no entanto, para as mulheres adicionou-se a expressão “sem encargos de família”. O documento, porém não deixa claro quais eram esses encargos. Desse modo, o BG n° 121, de 29 de junho de 1989 que foi considerado o *Manual da Policial Feminina* (Anexo D) enfatiza as restrições às mulheres, trazendo a seguinte redação: “A policial militar que contrair matrimônio, antes de completado o período de 2 anos

³⁰O último quantitativo referente ao contingente policial foi obtido pela pesquisadora em 25 de fevereiro de 2015 junto à DIP.

³¹Foi nomeado pelo então Presidente da República José Sarney, para o período de 10 de julho de 1985 a 3 de abril de 1986 de forma interina. Foi efetivado no cargo para o período de abril de 1986 a 18 de dezembro de 1988, porém permaneceu no cargo até abril de 1990” (MORAIS, 2013, p.102).

³²É importante frisar que as opiniões de algumas participantes da turma de 1989 foram obtidas por meio de conversas, mas posteriormente na fase das entrevistas ouvi outras policiais que participaram da primeira turma. Contudo, houve divergências entre as opiniões no que se refere aos requisitos exigidos no processo seletivo. Devido às dificuldades na obtenção de documentos, o acesso ao Edital ocorreu somente após a fase das entrevistas, mesmo assim ele contribuiu sobremaneira para validar as informações empíricas. Utilizei também como fonte um documento impresso que consta como uma espécie de histórico sobre a inserção das mulheres na PMAP, intitulado *A Polícia Militar em 89*, que me foi fornecido pela Diretoria de Comunicação (DICOM) (AMAPÁ/PM, s/d).

de conclusão do curso de formação será excluída da Corporação”, o BG ainda considerava uma transgressão grave a policial que se comprometesse “irregularmente com encargos de família”, mesma expressão utilizada no Edital (AMAPÁ/DOE, 1989).

Manuais parecidos também foram adotados pelas demais Polícias Militares no país, o que demonstra que a instituição policial agiu de maneira contrária ao que estabelece a *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher* cujo Brasil é signatário desde março de 1984 e que deixa claro em seu Art. 11, o seguinte:

1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:
 - a) O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano;
 - b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;

E no parágrafo 2:

- A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-Partes tomarão as medidas adequadas para:
- a) Proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença de maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil;

Tal conduta também confirma que naquele momento a Polícia diferenciava a força de trabalho em função do gênero, como se a mulher fosse estritamente responsável pelos “encargos” familiares, que eu suponho, se referiam as obrigações e responsabilidades advindas com os filhos e a família. Esta impressão é confirmada por Hirata (2002), ao dizer que, de modo geral, os empregadores ainda veem as mulheres como as responsáveis pela supervisão da vida familiar, acarretando assim, na discriminação por parte da empresa, em relação às mulheres casadas e uma nítida preferência pelas mulheres solteiras e sem filhos, portanto, sem compromissos familiares pelos quais se responsabilizar.

Também inferi que a instituição julgava a mulher de ser incapaz de ser ao mesmo tempo mãe e profissional sem que isto afetasse diretamente o seu desempenho no trabalho. Diferenciações como estas e as que privilegiam um determinado grupo sexual considerando que ele é mais capacitado que outro a cumprir com suas funções laborais acabam contribuindo para reforçar o compromisso das mulheres com a esfera privada (SORJ, 2004).

Segundo algumas policiais da primeira turma, nos primeiros dias de curso o Manual anteriormente citado, foi repassado a elas, e as advertia sobre uma série de outros comportamentos, atitudes e expressões consideradas “transgressões disciplinares”, as quais

eram classificadas em leves, médias e graves. Na opinião de uma policial daquela época, alguns itens do Manual eram um absurdo, como por exemplo, “passar ou transitar em companhia de pessoas de sexo masculino estando fardada”.

Com base nas análises de Lima (2002, p.10) sobre as primeiras mulheres na Polícia Militar de Minas Gerais, e comparando a formação destas com primeira turma de mulheres da PMAP, é possível inferir que as policiais amapaenses também foram “desconstruídas como mulheres e construídas como policiais militares femininos” à medida que a instituição queria que elas acreditassem que estavam em um ambiente unívoco cujo sexo não era uma variável; eram do sexo feminino, mas não poderiam ser vistas como mulheres.

Mais do que tentar ocultar as policiais, todas as exigências e restrições impostas às mulheres da primeira turma se configuraram como discriminatórias, pois foram feitas com o objetivo de constrangê-las e limitar a entrada delas na corporação. Embora a inclusão na PM ocorra por meio de concurso público, em que deve haver isonomia e condições de igualdade entre mulheres e homens, observa-se que naquele momento inicial tais aspectos não foram respeitados.

No que diz respeito às limitações ou constrangimentos a participação feminina no mercado de trabalho remunerado, Bruschini (1992), afirma serem as mulheres em maior ou menor grau mais afetadas do que os homens nestes aspectos, pois fatores como idade, estado civil, escolaridade, número de filhos entre outros, tendem a ser analisados antes de sua contratação. A fala de uma das entrevistadas enfatiza os constrangimentos sofridos pelas primeiras policiais da PMAP:

A primeira turma foi uma coisa assim muito diferente, inclusive, a gente vê até hoje esse diferencial nas mulheres de 89. Então, são mulheres aguerridas, elas são mulheres que realmente sabem o que querem, são mulheres que passaram por muitas dificuldades e fizeram muito para poder conseguir ter o que tem hoje, conquistaram aquilo que tem. Então, eu digo assim, nós passamos por muitas situações constrangedoras, muitas situações que na verdade não era necessário utilizar de tais recursos, por exemplo, nós não podíamos ter filhos, não podíamos casar durante dois anos, ainda tinha que ficar dois anos como soldado, né? Sem casar (OFICIAL).

O relato dessa Oficial que integrou a primeira turma de mulheres policiais da PMAP também evidencia o tratamento discriminatório que elas sofreram o que confirma o posicionamento de Bruschini (1992) a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho, que em muitos casos é orientada e definida a partir de “características biológicas, pessoais, familiares e sociais” (BRUSCHINI, 1992, p. 295).

Para fazer o CFSD PM feminino, inicialmente foram convocadas 80 mulheres cujos nomes constam no BG n° 131, de 13 de julho de 1989 (AMAPÁ/PM, 1989b). Apesar do processo de seleção ter sido para o ingresso de mulheres e homens, ambos fizeram o CFSD PM³³ em ambientes separados, mantendo-se assim, o distanciamento entre eles, e demonstrando mais uma vez o tratamento diferenciado e discriminatório em relação às mulheres.

As primeiras policiais militares amapaenses foram designadas para trabalhar na Central de Operações da Rádio Patrulha e no trânsito de Macapá (AMAPÁ/PM, s/d). O policiamento de trânsito foi um dos espaços mais comuns para os quais as policiais de vários Estados foram originalmente destinadas, a exemplo, das policiais cariocas que realizaram um trabalho significativo nessa área considerada uma das mais problemáticas e com elevado grau de corrupção policial (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Foto 2: Pelotão feminino da Turma de 1989.



Fonte: Capitão André Luis S. M. de Carvalho – PMAP, 2015.

De modo geral, espaços de alta visibilidade e com grande fluxo de pessoas, como por exemplo, portos, aeroportos, rodoviárias e locais turísticos foram os destinos preferenciais para o trabalho das primeiras policiais brasileiras. No exemplo abaixo a percepção de uma policial a respeito do trabalho inicialmente executado na rua:

³²O curso teve duração de cinco meses, sendo concluído dia 1 de novembro de 1989, com a aprovação de 72 mulheres como consta no BG n° 216, de 16 de novembro de 1989 (AMAPÁ/PM, 1989c).

Foi um choque pra população, todo mundo ficava olhando pra gente, o pessoal parava pra olhar, foi isso, foi um choque pra eles, né? E pra gente também, né? Porque te pegar assim e botar de peito aberto pra sociedade, entendeu? Aí a gente foi, foi se acostumando, aí depois de um tempo já começaram a puxar as pessoas pra trabalhar nas seções, aí foi distribuindo (OFICIAL).

Nota-se que inicialmente as mulheres foram destinadas para o policiamento ostensivo, no entanto ficaram restritas as atividades de trânsito. Assim como Lima (2002) acredito que a Polícia alocou as mulheres no policiamento de trânsito³⁴ com o objetivo velado de protegê-las, pois não acreditava que as policiais pudessem ser empenhadas em qualquer atividade da instituição. E pela fala acima, percebe-se que logo foram realocadas para as atividades internas, porém não ficou expresso pela policial os motivos para tal redistribuição, muito provavelmente porque até elas mesmas os desconhecaram.

Outro ponto importante refere-se aos itens relacionados à estética e ao comportamento feminino, os quais foram acrescentados ao RDPM/AP em seu Art. 14 que trata das Transgressões Disciplinares. Tais medidas são típicas de instituições totais em que os indivíduos participantes devem se enquadrar ao forte controle disciplinar exercido por elas, e caso isso não ocorra estão sujeitos à punição. Segundo Goffman (2010, p. 44),

[...] a autoridade nas instituições totais se dirige para um grande número de itens de conduta – roupas, comportamentos, maneiras – que ocorrem constantemente e que constantemente devem ser julgados. O internado³⁵ não pode fugir facilmente da pressão de julgamentos oficiais e da rede envolvente de coerção. Uma instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada.

Outra fala evidencia o rigor institucional a que as primeiras mulheres foram submetidas:

Outras coisas também nos chamou a atenção. É que na verdade também virou uma regra. Nós tínhamos que cortar o nosso cabelo curto, até então eu entendia, né? Que a gente deveria entrar e cortar o cabelo porque naquele corre-corre do curso nós não tínhamos como deixar o nosso cabelo arrumado, com coque, é justificável isso, né? Não é? Que não daria tempo, ia dar piolho, ia ter lama, não ia ser fácil de lavar o cabelo longo, mas ficar todo o resto da vida cortando o cabelo e tendo que apresentar o cartão do corte, que o cartão de trinta em trinta dias tinha que apresentar o cartão confirmando que cortou o cabelo, e claro, na sua apresentação igual aos homens, isso nós conseguimos derrubar um ano depois (OFICIAL).

³⁴De acordo com a explicação de uma Oficial, o policial é formado para a atividade-fim da Polícia, que é o policiamento ostensivo, o qual pode ser realizado em viatura ou a pé, portanto, na teoria, mulheres e homens inicialmente devem executar suas atividades no policiamento de rua.

³⁵O autor utiliza o termo “internado” porque suas análises foram realizadas com pacientes de um hospital psiquiátrico (manicômio) situado na cidade de Washington, EUA.

Percebe-se que para a corporação não bastava apenas a mulher cortar os cabelos, era necessário comprovar tal ação por meio do “cartão do corte” como se os cabelos curtos certamente perceptíveis não fossem suficientes para atestar que a policial estava conforme o que prescrevia as normas institucionais ou o que Goffman (2010) chama de “as regras da casa” quando se refere ao conjunto de prescrições e proibições impostas à conduta do indivíduo, as quais corroboram a rigidez da instituição em que ele está inserido.

Os requisitos como ser solteira e não ter filhos pelo período de dois anos além das transgressões que não constam no RDPM/AP permaneceram ainda na segunda turma. Segundo uma policial entrevistada e que participou daquela turma, o casamento poderia ser liberado desde que a policial solicitasse permissão ao comandante geral, inclusive, ela considerava esta ação como uma “arbitrariedade” à medida que alguém decidia por questões particulares a vida de cada mulher. Também é possível notar nas falas das entrevistadas que viveram aquela fase inicial, que elas juntamente com suas colegas, tinham consciência de que estavam adentrando em uma instituição rígida, porém acreditavam que tal rigidez não significava que a instituição tinha o direito de cometer excessos e ingerências sobre a vida particular das mulheres.

O trecho a seguir demonstra o sentimento de uma policial em relação ao tratamento dispensado às mulheres e as atividades a que foram submetidas, as quais não condiziam com o trabalho para o qual deviam ser preparadas:

A primeira [turma] foi em 89, logo em seguida em 90 teve outra turma... Quando nós entramos foi muito difícil, era mulher invadindo uma área que era só de homens, nós fomos assim, na época, eu vou ser clara, nós fomos muito humilhadas, eles queriam que nós desistíssemos, né? Não conseguíssemos terminar o curso porque achavam que era uma invasão da mulher numa área só de homens, né? Até mesmo pelas esposas [dos Oficiais] que se sentiam enciumadas. Nós éramos tratadas assim como aquelas pessoas [mulheres de reputação duvidosa]... nós éramos má vistas pelas pessoas, pelas mulheres dos Oficiais, principalmente. Mas foi uma batalha muito dura. Nós estávamos no resquício da Ditadura onde era: “Sim senhor!” “Não senhor!” ou então “Assina teu requerimento e vai embora!”. Na época eu me lembro que até de Cabo nós tínhamos medo, sabe? Contato com Oficial era um horror! Porque era como se nós andássemos melindradas dentro do quartel, né? Tipo assim, nós até inventamos uma cançãozinha que nós cantávamos bem assim: **“Minha vida é andar por esse quartel fazendo faxina juntando papel levando esculhambação do Cabo ao Capitão”**³⁶ (grifos meus). Por que do Cabo ao Capitão? Porque até aí nós tínhamos um acesso, já com dificuldade, nós levávamos mesmo esculhambação de todos, sabe? E na época ainda tinha assim: “Olha, tu tá presa!” se dissessem: “Tu tá presa!” “Te apresenta no Corpo da Guarda!”. E era assim que era, não só para mulher, mas para o homem também, foi uma época muito difícil, nós não tínhamos conhecimentos dos nossos direitos, dos nossos regulamentos, que era muito na gaveta, muito eles [comandantes] sabiam, nós não

³⁶Paródia que faz alusão a uma estrofe da música “A vida do viajante” de Luiz Gonzaga. Estrofe: *“Minha vida é andar por esse país pra ver se um dia descanso feliz, guardando as recordações das terras onde passei, andando pelos sertões, e dos amigos que lá deixei”*.

entendíamos essa situação, pela da falta de conhecimento, né? Nós éramos submetidas a essa situação, teve muitas das militares que elas acabavam que pedindo baixa, né? Pra sair porque não aguentavam a pressão (PRAÇA).

A fala desta policial confirma que o ingresso de mulheres em uma área tradicionalmente ocupada por homens implicou em um processo bastante difícil para elas, principalmente no momento inicial, e como as mulheres eram o “outro” se percebe que foram incorporadas, mas não aceitas. Certamente naquele momento essa não aceitação era muito mais evidente, embora ela persista até os dias de hoje, como será mostrado ao longo do trabalho.

A frase grifada também destaca que cabia ao Soldado, independente de ser mulher ou homem, o “trabalho duro”, ou seja, ambos eram os responsáveis pela faxina, atividades de marcenaria, carpintaria entre outras, isto ocorreu até o momento em que estes serviços foram terceirizados pelo Polícia. É importante destacar que outras policiais também relataram essa situação, no entanto, algumas ressaltaram que não consideravam fazer a limpeza do quartel como algo degradante ou humilhante, porém não era a atividade para a qual foram formadas, e isso causou constrangimento e decepção, pois pensaram até mesmo em desistir do trabalho já naquele momento inicial do curso.

Nas conversas e posteriormente nas entrevistas realizadas também com mulheres das duas primeiras turmas, as lembranças daquela época se referiam a períodos de muitas dificuldades, as quais se tornaram a base para as reivindicações por igualdade de direitos. E também ao longo das análises dos documentos do ano de ingresso das mulheres, ficou constatado que a inserção delas aos quadros da PMAP se seguiu com muitas restrições, um exemplo disso, foi que somente no ano de 1994 houve a seleção para o Quadro de Oficial Feminino.

A questão da quantidade de vagas destinadas as mulheres, em relação ao contingente total, também foi um fator que limitou durante alguns anos o ingresso delas na PMAP e a consequente ascensão aos mais altos postos hierárquicos, essa restrição ocorreu até o Edital para o concurso do ano de 1996. Entretanto, neste mesmo ano³⁷ houve a unificação dos Quadros Femininos e Masculinos de Oficiais e Praças o que possibilitou as vagas serem preenchidas independentemente de sexo, eliminando-se assim a restrição antes imposta.

³⁷Conforme Decreto nº 4. 639, de 18 de dezembro de 1996. Ver documento completo, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá (Anexo E) (AMAPÁ/DOE, 1996).

2.4 O PERFIL SÓCIO-PROFISSIONAL DAS POLICIAIS ENTREVISTADAS

As 20 mulheres entrevistadas foram selecionadas tanto no Círculo de Oficiais quanto no Círculo de Praças. Esta seleção nos permitiu entrevistar mulheres que estão em funções destinadas aos processos de comando e direção da instituição policial cujas atribuições competem somente aos que estão no oficialato, muito embora quem esteja nessa posição não esteja isento das atividades operacionais.

Quanto às praças entrevistadas, a maioria estava nas atividades-meio, no entanto, também estavam sujeitas as escalas de serviço dos batalhões aos quais estão vinculadas. De modo geral, os policiais do Círculo de Praças não têm sua atuação fixada na atividade-meio ou na atividade-fim, assim como os Oficiais, pois também estão em constante rotatividade em relação aos locais de trabalho. Na tabela abaixo a distribuição das policiais entrevistadas segundo as patentes:

Tabelas 1: Patentes das policiais entrevistadas.

Patente	Quantidade	%
Coronel	2	10%
Tenente-Coronel	1	5%
Major	-	-
Capitão	1	5%
1° Tenente	1	5%
2° Tenente	1	5%
Aspirante a Oficial	-	-
Subtenente	2	10%
1° Sargento	1	5%
2° Sargento	-	-
3° Sargento	1	5%
Cabo	2	10%
Soldado	8	40%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaborada pela própria pesquisadora a partir do questionário de identificação.

Na época da entrevista a única Oficial que ocupava o posto de Major do Quadro de Oficiais Combatentes estava alocada em uma Secretaria de Estado trabalhando na condição de agregada³⁸ exercendo especificamente uma atividade não-militar. Eu a procurei mesmo sabendo que ela estava nesta condição, porém a mesma demonstrou pouco interesse em

³⁸Art. 97 do EMEAP dispõe sobre a situação de agregação.

relação à pesquisa, por esse motivo resolvi não insistir em entrevistá-la, o que não trouxe nenhum prejuízo para o trabalho.

Tabela 2: Faixa etária das policiais entrevistadas.

Faixa Etária	Quantidade	%
26 a 30 anos	6	30%
31 a 35 anos	7	35%
36 a 40 anos	3	15%
41 a 45 anos	1	5%
46 a 50 anos	3	15%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaborada pela própria pesquisadora a partir do questionário de identificação.

Constatou-se que as entrevistadas estavam na faixa etária de 26 a 50 anos. Entre os intervalos demonstrados acima, apenas o intervalo de 41 a 45 anos foi constituído por uma policial, os demais foram compostos por no mínimo três mulheres, até mesmo o intervalo posterior ao acima citado. Contudo, a faixa etária das entrevistadas demonstra a questão geracional dentro da PMAP que é reflexo da inserção feminina ocorrida a mais de vinte anos, e apenas cinco anos após a sanção do Decreto-Lei que autorizou as Polícias Miliars a admitirem mulheres em seus quadros.

Tabela 3: Nível de escolaridade das policiais entrevistadas.

Qualificação	Quantidade	%
Ensino Médio	2	10%
Graduação	11	55%
Especialização	6	30%
Mestrado	1	5%
Doutorado	0	0
TOTAL	20	100

Fonte: Elaborada pela própria pesquisadora a partir do questionário de identificação.

Referente ao nível de escolaridade é significativo o número de mulheres com graduação e especialização ainda que até o último Edital do concurso público para seleção de candidatos ao CFSD PM a escolaridade mínima exigida tenha sido o ensino médio³⁹. No que concerne o ensino superior, este se tornou um requisito importante para os profissionais que

³⁹De acordo com o novo EMEAP, Art. 10 para ingresso na carreira militar é necessário “possuir, no ato da matrícula em curso de formação, nível superior em estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão competente” (AMAPÁ/DOE, 2014, p.2).

buscam uma colocação no mercado de trabalho, principalmente para aquelas vagas associadas a salários mais elevados. Entre as entrevistadas que possuem o nível superior, a formação é bastante diversificada, como por exemplo, em Administração, Biologia, Ciências Sociais, Farmácia, Fisioterapia, Letras, Pedagogia e Secretariado Executivo. Na época da entrevista uma policial que estava cursando Educação Física disse que suas expectativas em relação ao curso estão atreladas a profissão que exerce, tendo em vista que ela pretende seguir na carreira policial, pois acredita que,

na Polícia tem vários leques para o que você quiser fazer.... até serviço social dentro da Polícia você pode fazer, que tem projetos sociais... Na Polícia nós temos um mal muito grande, que têm policiais que estão no administrativo e se acomodam muito, eles não fazem atividade física, eles têm problemas muito graves de saúde e eles não sabem. Têm policiais muito acima do peso que não só a parte estética incomoda como também parte de saúde. Eles têm pressão alta, eles têm problemas respiratórios, então têm pessoas que não sabem que tipos de doenças têm. E o educador físico ele pode proporcionar pra essa pessoa um nível de saúde muito melhor. É obrigatório ter educação física na corporação, você tem que ter, têm os dias da semana pra ter, mas muitos não fazem! Então eu acho que eu poderia fazer um projeto e esse projeto sendo aprovado poderia implementar uma nova forma do policial se comportar com sua saúde. O educador físico ele tem esse compromisso com a saúde. O policial principalmente que trabalha no administrativo ele precisa realmente cuidar da sua saúde (PRAÇA).

Embora a formação do policial seja para a atividade-fim da Polícia, quando este ingressa com formação de nível superior na PM em muitos casos isto possibilita que o policial desenvolva uma função afim ao curso que realizou, o que ocorre, sobretudo, nas atividades-meio da Polícia. No entanto, colocar o policial em uma área correspondente ao conhecimento adquirido em instituições civis de ensino, não é uma especificidade da corporação, exceto em alguns quadros como, por exemplo, o da Saúde, em que há concurso público específico para o preenchimento das vagas.

Tabela 4: Número de filhos por policial entrevistada.

Número de filhos	Quantidade	%
Um filho	9	45%
Dois filhos	3	15%
Três filhos	0	0
Quatro filhos	1	5%
Não tem filhos	7	35%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaborada pela própria pesquisadora a partir do questionário de identificação.

Avalio que existe equilíbrio quanto ao número de filhos entre as entrevistadas, pois 45% delas tinha apenas um filho e 15% tinha até dois filhos. Estes números confirmam os dados obtidos pela *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)* da população brasileira em 2014, cuja “a taxa de fecundidade total para o Brasil passou de 2,39 filhos por mulher, em 2000, para 1,77 em 2013, representando uma queda de 26% neste indicador”. Ainda de acordo com a SIS, as mulheres com maior escolaridade adiam mais a maternidade ou permanecem sem filhos ao final do período reprodutivo (IBGE, 2014).

Tabela 5: Tempo de serviço das policiais entrevistadas.

Tempo de Serviço	Quantidade	%
2 a 5 anos	5	25%
6 a 9 anos	6	30%
10 a 13 anos	3	15%
14 a 17 anos	1	5%
18 a 21 anos	2	10%
22 a 25 anos	3	15%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaborada pela própria pesquisadora a partir do questionário de identificação.

Verifica-se a concentração das policiais nos dois primeiros intervalos de tempo de serviço, o que significa menos de dez anos na corporação, no entanto, isso não significa menos experiência em determinada atividade, pois entre as entrevistadas, apenas uma não havia exercido nenhuma atividade na área administrativa, as demais já haviam trabalhado tanto na atividade-fim quanto na atividade-meio.

2.5 AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES

Durante toda a pesquisa de campo realizada no Comando Geral, diretorias e batalhões internos e externos a área do quartel, constatei a presença de mulheres em todas as atividades. Ainda em 2013 quando visitei a Diretoria de Ação Social (DAS)⁴⁰ integravam a equipe 27 mulheres, destas, uma exercia a função de diretora, outra de coordenadora do Programa Cidadão Mirim e a demais atuavam como monitoras do programa citado ou como

⁴⁰ A DAS é responsável pelas ações sociais, atuando na prevenção da violência através da educação e da prática esportiva, assim como na prestação de assistência religiosa aos membros da corporação e seus familiares. Entre os programas sociais estão o Cidadão Mirim – atende adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 15 anos que estejam em situação de risco e vulnerabilidade social; PROERD, ministrado em escolas da rede pública e particular de ensino dos municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Ferreira Gomes, Cutias e Oiapoque; Telecentro de Inclusão Digital; e as Escolas Desportivas Peixinhos Voadores, Campeões do Amanhã, Campeões do Basquete e Ginga Amapá (AMAPÁ/PM, 2013).

instrutoras do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Como se pode observar a área social ainda se mantém um “gueto” ocupacional de mulheres, o que demonstra que a manutenção da mão-de-obra feminina nas atividades assistenciais ainda permanece bastante tradicional, e que por serem as mulheres as responsáveis pela gestão do capital simbólico das famílias, são em grande medida destinadas a carregar esse mesmo papel para o interior das empresas (FONSECA, 2000).

Além da diretoria citada, percebi a presença significativa de mulheres na DICOM, no gabinete do Comando Geral, e inúmeras policiais executando serviços administrativos em todas as diretorias e batalhões de área em que estive. Porém, para a maioria das entrevistadas não há preferência pelas atividades internas ou externas, pois entendem que devem trabalhar onde forem alocadas, embora para algumas policiais que são mães (principalmente aquelas com filhos pequenos) e que estavam trabalhando na atividade-meio no momento da pesquisa, disseram ser preferível esta atividade por conta do ambiente e do horário fixo de trabalho, pois não ficam expostas aos perigos inerentes ao policiamento ostensivo.

Identifiquei por meio do questionário preenchido pelas policiais, que das 20 entrevistadas 16 estavam em atividades-meio, apesar de estarem sujeitas às escalas para a atividade-fim. Perguntadas sobre suas funções, a maioria entre as Praças responderam que estavam exercendo a função de “Auxiliar Administrativo”. As Oficiais por questões hierárquicas ocupam cargos de gestão, cujo serviço burocrático é intrínseco a ele, contudo, não estão isentas do serviço operacional.

Para as entrevistadas o trabalho administrativo é tão importante quanto o operacional, no entanto, na percepção da maioria delas o contingente feminino está alocado, sobretudo, na área administrativa, por uma opção da própria instituição⁴¹ com a justificativa de que a mulher é mais cuidadosa, delicada, organizada entre outros adjetivos tipicamente associados ao papel do gênero feminino. No entanto, ressaltam que existem mulheres que preferem o trabalho interno por falta de identificação com a atividade-fim.

Apesar disso, inferi por meio de algumas entrevistas que independente dos fatores pelos quais as mulheres se encontram alocadas nas atividades-meio, o fato delas supostamente⁴² se concentrarem nessa área contribui em certa medida para que muitos policiais, principalmente os da atividade-fim, mantenham uma imagem negativa em relação à

⁴¹Utilizei essa expressão com intuito de englobar todos os policiais masculinos e femininos que exercem função de comando ou direção, pois são eles que determinam o local onde seus subordinados executarão as atividades.

⁴²Tentei obter junto a DIP o quantitativo das policias distribuídas tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim no âmbito de toda a corporação, mas fui informada de que esse tipo de estatística não seria possível porque a própria diretoria não tinha essa distribuição do contingente feminino por atividades.

presença da mulher na PM, quando associam a área administrativa, de modo geral, a tarefas de menor importância e menor demanda de trabalho. Abaixo a descrição das principais atividades-meio⁴³ desempenhadas entre as policiais entrevistadas.

Quadro 3: Principais atividades realizadas pelas policiais entrevistadas.

Atividades de Assessoria
Atividades de Chefia
Atividades de Comandante
Atividades de Diretora
Atividades de Subcomandante
Auxiliar Administrativo com diversas atribuições
Auxiliar Administrativo da Divisão de Inteligência e Operações (DIOP)
Auxiliar Administrativo de Corregedoria
Auxiliar Administrativo de Diretoria
Atividades na área de Programas Sociais

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora a partir do questionário de identificação.

É importante frisar que existem algumas circunstâncias que inevitavelmente levam as mulheres para a área administrativa, como por exemplo, a gravidez, cujo amparo legal as afasta temporariamente da atividade-fim; além de questões de saúde que também impossibilitem a mulher de executar o serviço externo. As narrativas a seguir, sintetizam a percepção das próprias policiais acerca do lugar que as mulheres ocupam na corporação:

Poucas mulheres estão no serviço operacional, a maioria tá no serviço administrativo, né? Ou nos projetos sociais que a Polícia desenvolve (PRAÇA).

As meninas elas vão pra rua no início, mas depois elas são consideradas fraquinhas elas vão para o administrativo, você pode abrir o administrativo e verificar, geralmente as mulheres estão no administrativo, podem dizer pra ti assim: “Ah, elas se esquivam do serviço e querem ir pra lá!”. Pode ser que exista isso, mas eu vejo que existe essa questão, por exemplo: “Tem uma diária pra fazer em tal lugar, manda um homem, que o homem é mais forte do que a mulher”. Eu sinto isso, até hoje! (PRAÇA).

Mas assim genericamente, eu acho que sim, acho que elas [mulheres] preferem tá numa atividade mais interna do que em uma atividade externa. Mas isso também eu volto a falar, eu sempre falo que depende, porque depende muito da policial feminina, tem policial que adora trabalhar na rua, ao passo que outras não gostam, mas infelizmente é a minoria que gosta de trabalhar no serviço operacional (OFICIAL).

Pelas falas acima percebe-se que de fato há consenso entre as percepções das policiais sobre a aparente predominância das mulheres nas atividades internas, por outro lado,

⁴³As atividades foram descritas de modo a não permitir a identificação das entrevistadas, por isso, não foram citados os locais onde elas executam suas atividades.

levando-se em consideração todas as entrevistas, não existe um consenso a respeito das motivações pessoais ou institucionais para que isto ocorra. Contudo, mesmo com a presença das mulheres nas atividades-meio e fim, é exatamente nesta última que elas encontram uma única função específica, é o caso da “busca pessoal em mulher que deve ser realizada por uma policial, salvo no caso previsto no art. 249º do Código de Processo Penal”⁴⁴ (BRASIL, 2013a, p.30), pois esta função “é legalmente interdita aos policiais masculinos” (SOARES; MUSUMECI, 2005, p.18).

Um levantamento nacional⁴⁵ realizado nos anos de 2011 e 2012 com mulheres das Instituições de Segurança Pública de todo o país comprovou que as mulheres policiais militares estão alocadas, particularmente nas atividades administrativas, a pesquisa também constatou que a atuação feminina no trabalho operacional ainda é alvo de bastante preconceito e resistência, de superiores e colegas homens. De acordo com o Estudo Técnico, as áreas em que atuam as mulheres das Instituições de Segurança Pública, sobretudo, as áreas ligadas ao setor administrativo, de modo geral, demonstram a permanência de uma mentalidade que condiciona o emprego de mulheres em atividades descritas como mais adequadas ao perfil feminino. Como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 4: Distribuição das áreas em que se concentram as policiais militares no Brasil.

Áreas de atividades	%
Administrativo	39,04
C. Telecomunicações	4,11
Ensino	6,16
Operacional	37,66
Planejamento	6,99
Saúde	4,18
Outros	1,86

Fonte: Adaptado do Estudo Técnico Nacional, 2013b.

Pelo quadro observa-se que as atividades administrativas são de fato as mais desempenhadas pela maioria das policiais militares em todo o país, seguida das atividades operacionais (39,04% e 37,66%, respectivamente) como assinalado pelo Estudo Técnico. Verifica-se também que os percentuais correspondentes às outras áreas são significativamente menores. Grosso modo, significa que de todas as áreas disponíveis para atuação das mulheres

⁴⁴“A busca pessoal em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência” (BRASIL, 2013a, p.31).

⁴⁵Intitulado *Mulheres na Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional* realizado pela SENASP com mulheres das Polícias Cíveis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e Polícias Científicas/Institutos de Perícias Criminais, publicado no ano de 2013 (BRASIL, 2013b).

na Polícia, não tem ocorrido uma distribuição “equilibrada” das policiais nestas áreas de trabalho.

Quando as policiais amapaenses foram perguntadas se consideravam que o contingente feminino estava sendo bem distribuído na PM, a maioria disse que sim. No entanto, essa distribuição quase sempre se referia ao fator numérico, ressaltando a entrada das mulheres no Batalhão de Operações Especiais (BOPE)⁴⁶ em 2014, último BPM a inseri-las em seus quadros. Aquelas que disseram o contrário enfatizaram exatamente a predominância das mulheres na área administrativa em detrimento da operacional. Como nesta fala: “Olha, na minha opinião, não, porque eu acho que o feminino deveria ser utilizado mais no serviço operacional, já que eu passei tanto tempo nesse serviço, eu acho que poderia ser utilizado mais, ter um olhar cuidadoso” (PRAÇA).

⁴⁶13 policiais foram incluídas na Companhia de Choque do BOPE através do Curso de Controle de Distúrbios Cívicos categoria B feminino.

3 SEXO FRÁGIL? A MULHER POLICIAL E SEU COTIDIANO

O objetivo dessa seção é retratar o cotidiano da mulher policial dentro da PMAP, ressaltando a análise para aspectos como o CFSD PM, em virtude do seu elevado grau de exigências, as quais implicam mudanças significativas na vida de mulheres e homens policiais, seja dentro ou fora do ambiente militar. Outros aspectos destacados são as relações de gênero e os relacionamentos entre policiais femininos e masculinos na PMAP tendo em vista a atividade policial ainda ser tipicamente associada à presença masculina, fato que também interfere na atuação das policiais e que norteia a visão de muitos homens a respeito do trabalho das mulheres na Polícia.

3.1 A ESCOLHA DA PROFISSÃO

No Brasil a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁴⁷ que faz referência a colocação do trabalhador no mercado de trabalho com base nas atividades executadas por ele, traz o trabalho policial inserido no denominado Grande Grupo 0, cujo nível de competência de seus membros é heterogêneo, além de englobar diferentes esferas de autoridade, uma vez que para o exercício da atividade policial é necessária formação específica, que é desenvolvida pela instituição seja para o Círculo de Praças (a partir do CFSD PM) ou para o Círculo de Oficiais (a partir do CFO realizado em Academia da Polícia). Assim, o caráter profissional do trabalho policial está assentado no conjunto das atividades executadas, as quais são sustentadas por formação intrínseca à Polícia. Desse modo, Calazans (2009) afirma que,

a profissão de um sujeito é resultado da articulação entre um conhecimento adquirido e produzido sobre o seu trabalho e o reconhecimento social da utilidade da atividade que esse sujeito é capaz de desempenhar. Esse reconhecimento social da utilidade dessa atividade se dá através da inserção e desenvolvimento das atividades laborais, e da imprescindibilidade deste para o desenvolvimento das mesmas, bem como a maximização de seus recursos na busca e no emprego de um conhecimento especializado – sistema de conhecimento com tradução na resolução de problemas (CALAZANS, 2009, p. 52-53).

⁴⁷A CBO é o documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva composta por 10 Grandes Grupos além de subgrupos. O Grande Grupo 0 compreende membros das Forças Armadas, policiais militares e bombeiros militares (BRASIL, 2010).

Assim, utilizando o conceito formulado por Calazans (2009) entendo o trabalho policial como profissão duplamente importante, na medida em que se caracteriza como um serviço público necessário à sociedade e como um espaço para emprego de uma força de trabalho que necessariamente precisa de formação teórica e prática específica para o seu desempenho, embora tal formação não esteja inserida nos padrões tradicionais das profissões que são obtidas por meio de formação em nível superior.

Franzoi (2005) citado por Calazans (2009) diz que a profissão, é, sobretudo, uma forma de socialização em que os serviços prestados e a forma com que são prestados são definidos por um grupo profissional onde há o desenvolvimento de uma filosofia e de uma visão de mundo que inclui pensamentos, valores e significações envolvidos no trabalho estabelecido e executado. Além da sua utilidade para o indivíduo que a exerce, a profissão significa uma expressão social e moral, pois “é pela profissão, que o indivíduo se destaca e se realiza plenamente, provando sua capacidade, habilidade, sabedoria e inteligência, comprovando sua personalidade para vencer obstáculos; através do exercício profissional, consegue o homem elevar seu nível moral” (CUVILLIER apud SÁ, 2013, p. 147).

A pesquisa intitulada *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados* realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, constatou que a mulher brasileira em sua maioria associa sua condição, à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, à independência financeira e à liberdade, inclusive, à liberdade de tomar as próprias decisões e à independência de agir socialmente como quiser (VENTURI; RECAMÁN, 2004). Desse modo, “seja pela necessidade econômica ou pelo desejo de autonomia e de realização profissional (GONÇALVES; TOSTA, 2014, p. 138), estar empregada permite a mulher visibilidade, autoestima, melhoria das condições econômicas e fortalecimento da sua condição social.

De acordo com dados da SIS de 2014, no Brasil, a força de trabalho relativa às mulheres está em expansão constante entre a população economicamente ativa, crescimento que tem ocorrido, sobretudo, nos últimos nove anos (IBGE, 2014). O que demonstra que as mulheres têm buscado inserção e crescimento profissional nas mais diversas áreas, embora ainda encontrem muitas dificuldades nos campos profissionais tradicionalmente ocupados pelo sexo masculino. Além disso, de modo geral, as mulheres ainda têm rendimentos menores em relação aos dos homens, em todas as formas de trabalho seja formal ou informal, o que permanece um dos aspectos mais claros da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Para algumas entrevistadas o trabalho na Polícia foi a primeira experiência profissional que elas tiveram e que fomentou a base da estrutura de vida que muitas têm hoje.

Assim, percebi que para as mulheres o primeiro motivo para escolha da profissão, apesar de latente, é ver no trabalho policial uma profissão que pode ser comparada a qualquer outra, em termos de direitos (embora a sindicalização e a greve sejam proibidas) e deveres; valores e significações, assim como proposto por Franzoi (2005 apud CALAZANS, 2009). Mesmo que também seja um trabalho diferenciado com perigo iminente à vida, principalmente para aqueles que estão na atividade operacional, além da carga horária extenuante e das inúmeras exigências institucionais.

A respeito das motivações que levaram as mulheres a prestarem um concurso para a PM, ouvi as mais variadas respostas, as quais corroboram o resultado da pesquisa anteriormente citada, motivações que vão desde a necessidade por um emprego, a independência financeira, até a admiração pelo militarismo. Também foi perceptível nas falas de várias mulheres, que muitas escolheram a profissão sem que tivessem idéia do rigor institucional que as esperava, assim como o nível de capacitação que o trabalho policial exige. Antes do ingresso na instituição, aquelas que tinham algum tipo de conhecimento sobre a PM eram as que conviveram ou que conviviam com militares.

Na verdade, eu venho de uma família de militares, meu pai era militar, meu tio era militar, meus tios a maioria são militares, então eu já cresci vendo eles, eu achava lindo eles fardados com o uniforme de passeio, e aí tudo isso atrai a gente (PRAÇA).

Sempre tive um fascínio pela postura, pelo fardamento, pela apresentação de mulheres militares, então já ficou aquele sonho, porém eu sempre achei muito distante. Já cheguei a ter outros empregos antes, mas quando surgiu a oportunidade, não pensei duas vezes, entrei de cabeça, larguei o emprego anterior que tinha e investi nesse sonho (OFICIAL).

Quando a gente sente o gostinho da independência financeira acho que é o que mais nos motiva. No primeiro momento eu nem pensei na questão da exposição ao perigo, de que eu ia ter que me afastar da minha família durante três anos pra fazer esse curso [CFO]. Eu não pensei nas consequências, eu pensei na questão financeira, eu vim pensar nas consequências quando eu já estava inserida, já tinha passado tudo, aí caiu a ficha: “Caramba, olha onde eu me meti!” (OFICIAL).

A motivação foi o salário, que na época era um salário muito bom mesmo. Eu trabalhando como vigilante eu ganhava um valor bem menor do quem trabalhava na Polícia, emprego de governo, né? Então por eu precisar e como todo mundo precisa de um trabalho que realmente tenha uma remuneração muito melhor, foi por isso que eu procurei da Polícia Militar. Naquele momento eu nem sabia o que era realmente o serviço da Polícia Militar. Eu fui conhecer quando eu fui trabalhar lá. Eu não sabia como era. Eu simplesmente fui por conta da remuneração salarial (PRAÇA).

De início, foi como um outro concurso qualquer. Eu não trabalhava. Eu queria ter minha independência financeira. Já havia feito alguns outros concursos, mas nenhum deles eu passei, então veio o concurso da Polícia Militar e eu vi nele a oportunidade de ingressar no serviço público (PRAÇA).

Entre os cinco depoimentos acima observa-se que as três últimas respostas estão diretamente associadas à questão financeira, a qual foi preponderante entre as respostas da maioria das entrevistadas. Para as mulheres esse desejo de trabalhar e de ter a independência ou segurança financeira também está associado a fatores, como por exemplo, a não dependência da família ou do cônjuge, pois depender financeiramente de outras pessoas, de alguma forma implica em menos poder de influência no grupo familiar.

Por outro lado, Nogueira (2011), afirma que o salário obtido pela mulher, é na maioria das vezes, de suma importância para manter o equilíbrio do orçamento familiar. Com isto a autora entende que a questão da entrada da mulher no mundo de trabalho produtivo não está unicamente associada a sua busca pela emancipação, mas também pela própria necessidade, pela busca da sobrevivência e da reprodução. Ainda segundo a autora, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo, aquelas casadas ou na situação de filhas, em muitos casos está associado ao aumento da taxa de desemprego dos homens que exercem a função de chefes de família, portanto, o emprego feminino também é utilizado em grande medida para compensar o desemprego masculino.

Quanto a continuar na PM várias mulheres disseram que pretendem seguir na carreira policial porque se identificaram com a profissão, outras além de terem se identificado com a profissão, consideram o salário adequado para os seus padrões de vida. Também existem aquelas que mesmo gostando da Polícia disseram continuar estudando para prestar novos concursos, pois alegaram a questão salarial como fator importante na busca de outras colocações no mercado de trabalho. Também existem aquelas que desejam sair para atuar na área em que concluíram o nível superior.

O que poderia me fazer desistir teria que ser assim, um concurso muito bom a nível federal, alguma coisa nesse sentido, mas eu não pretendo sair não, pretendo chegar a Coronel (risos) (OFICIAL).

Eu tenho o curso de Técnico em Enfermagem. Eu tenho Licenciatura em Biologia. Eu posso ser professora de Ciências. Eu posso trabalhar como técnica em enfermagem, só que eu não tenho interesse. Eu gosto de tá aqui. Eu quero continuar estudando. Eu fiz o curso de Cabo, fui classificada.... e quero continuar fazendo concursos internos e continuar a carreira (PRAÇA).

Mas eu nunca pensei em seguir na carreira. Eu nunca pensei em ficar só na carreira policial. Assim, no caso, se eu passasse em um concurso de oficial, aí sim eu seguiria a carreira, porque a ascensão é mais rápida, a remuneração é bem maior, então por esse lado sim. Digamos, se eu já tivesse passado em um concurso de oficial sim, eu seguiria a carreira militar, mas aí como falam, a gente sempre tem que buscar a nossa melhora (PRAÇA).

Eu penso em estudar e passar num concurso da justiça [por causa da remuneração mais elevada], TRE [Tribunal Regional Eleitoral], TJAP [Tribunal de Justiça do Amapá], alguma

coisa assim... E também em relação à escala de serviço, porque nós mães é difícil você trabalhar 12 horas de serviço, às vezes não tem com quem deixar o filho. Essa é uma questão que pesa muito em relação a escolher uma outra profissão, pesa muito, é um critério que pesa bastante (PRAÇA).

Este último depoimento é bastante significativo, pois expressa o quanto ainda pesa sobre a mulher a maior parcela da responsabilidade no cuidado com os filhos e que mesmo trabalhando fora de casa ela tende a reajustar sua rotina para dar conta do trabalho e de sua obrigação enquanto mãe, pois nem sempre conta com o apoio de outras pessoas ou de estabelecimento públicos destinados ao cuidado de crianças. Para Sorj (2004) esta responsabilidade que a mulher toma para si pode refletir a força do valor cultural que vincula maternidade à maternagem⁴⁸ principalmente em relação aos filhos pequenos.

É possível perceber também entre aquelas que se identificaram com o trabalho policial e que pretendem seguir carreira na instituição, que isto está atrelado ao sentimento de que estão fazendo algo nobre em prol da sociedade, pois a segurança, assim, como a saúde, a educação etc, são serviços que necessitam da atuação constante de um profissional (SÁ, 2013).

3.2 O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO E A *SEMANA ZERO*

O contanto inicial com a instituição militar ocorre no CFSD PM⁴⁹, a partir desse momento começa o processo de construção da identidade militar que em grande medida vai sobrepor à identidade civil. Essa vivência inicial no universo militar é marcada pelo estranhamento e pela busca de adaptação aos preceitos institucionais, período em que ocorrem mudanças significativas na vida dos indivíduos.

É durante a formação que o policial vive o processo de socialização profissional em que aprende “os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (CASTRO, 2004, p.15). O “espírito militar”, portanto, passa a ser inerente à vida do sujeito, contribuindo

⁴⁸Maternar é cuidar com afeto, porém a maternagem não precisa ser exercida necessariamente pela mãe da criança, pode ser por uma parenta, uma amiga, ou uma pessoa assalariada para exercer essa função (SAFFIOTI, 2004).

⁴⁹Em 2003 a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) com a colaboração de profissionais da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares e de outras áreas de diversos Estados do país, elaboraram a Matriz Curricular Nacional com objetivo de “orientar as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender” (BRASIL, 2008a, p.2). Desde então, e até a última turma do CFSD PM, realizada em 2012, a PMAP seguia as diretrizes do antigo documento, no entanto, devido as revisões ocorridas entre 2011 e 2012 a Matriz passou por modificações, sendo publicada a nova versão em 2014. Com base nestas modificações é que a PMAP também está reformulando a grade curricular do seu CFSD PM para aplicação em turmas posteriores.

assim, para diferenciá-lo das pessoas que não são militares (civis). Isto ocorre em virtude de uma carreira repleta de significações e que valoriza a primazia da coletividade sobre os indivíduos (CASTRO, 2004). Pois, de acordo com as falas abaixo, ocorrem muitas transformações, como por exemplo,

nós não estamos acostumados com disciplina. Muitas das vezes nós fazemos essa disciplina. E lá [Centro de Formação e Aperfeiçoamento] te impõe uma disciplina que tu não estás acostumado e tu passa a ter uma visão de mundo totalmente diferente da que tu tinha. Tu tem que saber distribuir o teu tempo. Tu tem que saber gerenciar certas situações... Eu me deparei como uma situação lá que eu nunca pensei na minha vida ia ter que passar, que foi no final do curso nós irmos pra selva passar quatro dias, passar fome, chuva, sol, lama (risos)... Eu vivi pro CFA, ele [marido] viveu pra nós [a família]... Coisas essenciais na tua vida vão ficando em segundo plano no militarismo já naquele curso de formação... Eu percebia neles [instrutores] essa questão do divisor de águas, entre a tua vida que tu levava antes, civil, que eles [instrutores]⁵⁰ rotulam: “Ah, a tua vida civil, esquece! esquece a tua vida civil!” (PRAÇA).

no início assim, foi um choque, né? Porque tu não tá acostumada a ter uma atividade física, como posso dizer, assim, mais rigorosa. Lá [CFA] era pesado realmente para quem tem a vida civil que não tem tantas regras, né? Agora já lá não. Tem horário a se cumprir. Tem a vestimenta. Tudo tem que tá organizado. Tudo tem que tá de acordo com todas as regras que eles [instrutores] estabelecem. Realmente, assim de início, foi um choque (PRAÇA).

A primeira semana também chamada de *semana zero*, expressão utilizada por algumas entrevistadas, é aquela em que o aluno se depara com inúmeras atividades, destacando-se o excesso de atividades físicas. Calazans (2003) compara esse modelo de instrução a “campos de batalhas”⁵¹ onde o sujeito busca a sobrevivência, e para isso ele é levado ao seu limite, por meio do sofrimento físico e psíquico, como expressam essas duas policiais:

A *semana zero* é a primeira semana. É muito puxada a parte física, a gente se sente esgotada realmente... Então a *semana zero*, foi assim, a semana que realmente foi esgotamento físico. Mas como eles falam, que é justamente pra ver quem tem a capacidade, né? Quem tem capacidade física pra tá lá. Eram eles [instrutores] que estipulavam o horário de cada dia, mas aí geralmente pegava 6 da manhã, já tinha que tá em forma, né? Lá no pátio, 6 horas da manhã, e largava mais ou menos às 18, às 19, mas aí tinha dia que levava até às 10 da noite (PRAÇA).

A vida militar implica em quê? Tu resistir até a treinamentos físicos pesados. Por exemplo, um momento assim, que eu me perguntava o que eu estava fazendo lá, foi quando nós [alunos] tivemos que nos arrastar de onde nós estávamos em forma, que era próximo ao

⁵⁰O CFSD PM é dividido em disciplinas teóricas e práticas que podem ser ministradas por mulheres e/ou homens.

⁵¹Ao utilizar esta expressão a autora está fazendo referência a Jornada de Instrução Militar (JIM) praticada no CFSD da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, local onde ela realizou um estudo sobre a presença de mulheres policiais.

CFA, até o final do muro, e nesse percurso que dava pra mais de 200 metros a gente tinha que ir e voltar se rastejando, rolando (PRAÇA).

Dentro do Centro de Formação nós tínhamos muitas regras, muitos instrutores. Eles testavam a gente o tempo todo. Era o tempo todo pressionando, justamente pra quando a gente formado, quando a gente cair na rua pra trabalhar com as várias situações que a gente vai encontrar, pra gente não perder a cabeça, tá preparado. Então, eles [instrutores] testavam a gente de todas as maneiras, o limite, do limite, era uma coisa horrível! (PRAÇA).

De acordo com todos os relatos é possível perceber que a sobrecarga de exercícios físicos e a pressão psicológica durante o CFSD PM parecem constituir o verdadeiro teste de proficiência a que todos os soldados femininos e masculinos são submetidos e aqueles que resistem são considerados aptos ao pleno exercício do trabalho policial. Ainda de acordo com algumas policiais (sempre se reportavam aos discursos dos instrutores), isto ocorre com intuito de testar ao máximo o policial para que quando ele for para as atividades executadas na rua e ao se deparar com as situações difíceis saiba como contorná-las sem “perder a cabeça”, pois é no policiamento ostensivo que o policial está susceptível as situações mais tensas e de maior risco à vida. Uma policial exemplifica essa questão da seguinte forma:

Já tive situações bem tensas que a gente conseguiu centrar e continuar o serviço, seguir em frente.... Uma vez uma situação numa praça, era uma briga de duas famílias, então aquilo envolvia muita gente, aí você escuta num canto ou do outro: “Policial pequenininha não vai dar conta com nada!”, mas eles poderiam falar isso pra qualquer policial, um policial homem, pequeno, ia falar do mesmo jeito. **Nessa hora, é pra isso que serve os nossos treinamentos, é pra isso que o nosso treinamento ali [CFA] é pesado, às vezes tendo até xingamentos, pra quem olha de fora pensa que seja humilhação, mas às vezes aquilo é necessário porque você vai enfrentar isso na rua e não vai poder levar pro lado pessoal (grifos meus).** Eu não vou poder virar pra uma pessoa que tá no meio do povo ali, que tá me xingando, não posso virar pra ele e bater boca com ele, eu não posso, eu tenho que focar no meu trabalho, no que eu estou fazendo, na segurança de determinada situação ali. Eu não posso virar e me aborrecer com aquele xingamento besta que ele fez. Então, isso já aconteceu, mas eu sinceramente nem escutei (PRAÇA).

Com base nesta fala, ao analisar a Matriz Curricular até então utilizada pela PMAP para formação dos seus agentes, constatei que a metodologia de ensino empregada visa “proporcionar a participação ‘ativa’ dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a prática, envolvendo mecanismos intencionais que possibilitem a reflexão antes, durante e após a ação” (BRASIL, 2008a, p. 46), a metodologia visa também,

um planejamento de ensino que possa considerar as competências e as habilidades que serão desenvolvidas, bem como os objetivos a serem alcançados. Para isto, os professores devem considerar que o profissional da área de Segurança Pública

trabalha em ambientes e situações de risco, portanto, necessitam administrar o estresse. É importante que os professores, principalmente os das disciplinas técnico-operacionais desenvolvam mecanismos de observação e avaliação das práticas e criem as condições necessárias para que os alunos possam apreender – aplicar – avaliar – corrigir, mediante um feedback constante (BRASIL, 2008, p. 47).

Dessa forma se observa pela metodologia de ensino, aliada as narrativas das policiais, que a formação proporcionada ao aluno busca aproximá-lo o máximo possível da realidade que ele supostamente encontrará na atividade operacional. No entanto, essa realidade se configura, sobretudo, como estressante, e para que o policial administre este fator ele precisa está psicologicamente preparado para não reagir emotivamente às ocorrências. Dessa forma, se pode perceber que o CFSD PM é decisivo para incutir no aluno tal mentalidade.

Na concepção de Lima (2002) todo processo de socialização é por definição violento, porque ele faz com que o indivíduo haja “de acordo com identidades, valores e condições objetivas direcionadas pelo socializador, que também ordena o significado das coisas” (LIMA, 2002, p.39). Desse modo uma nova percepção de mundo vai sendo construída pelo policial, e as respostas elaboradas a partir da socialização possibilitam autocontrole emocional e comportamental. Nesse sentido, a autora afirma que,

o processo de socialização na Polícia retrata bem a sociedade brasileira. Os rancas acontecem para minimizar nossa sensibilidade. É difícil ser humano e ter que lidar com a podridão. Mas para os policiais ela está imposta e todos esperam de nós uma solução [...] **E para não se contaminar, o esforço tem que ser árduo e o melhor antídoto é a insensibilidade** (grifos meus) (LIMA, 2002, p.42).

Donnici (1990) também acredita que o CFSD PM contribui significativamente para a incorporação dessa “insensibilidade” por parte do policial, mas também acredita que a própria motivação que o leva a escolher a Polícia, por vezes, como uma carreira ideal e não como uma simples vocação, faz com que ele não incorpore o sentimento de servir ao público, pois até mesmo por imitação aos policiais mais antigos, eles se tornam “autoritários, convencionais e rígidos na atuação profissional, esquecendo-se que, em primeiro lugar, são cidadãos; em segundo, são funcionários públicos; e em terceiro, são policiais” (DONNICI, 1990, p. 61).

Entretanto, segundo algumas policiais, o preparo intelectual e técnico também tem sido bastante enfatizado pela instituição, entre outras razões porque o policial precisa estar seguro de suas ações, principalmente quando há o contato direto com a população, que tem se mostrado cada vez mais consciente em relação aos seus direitos e mais questionadora em relação às práticas policiais. Segundo Marcineiro e Pacheco (2005, p.82) “os tempos atuais

exigem uma instituição policial que esteja atuando vinculada a uma filosofia de trabalho que busque garantir os direitos e a dignidade da pessoa”.

Eu me surpreendi, olha, vou te contar. Eu sou uma pessoa que gosto muito de estudar. Eu gosto de estudar! Sempre gostei. Me formei, fiz meus cursos... aí quando eu cheguei lá [Polícia] tem a parte da resistência física, psicológica, mas principalmente a questão de estudo, tu estuda demais! Tem muita prova, tu faz muito prova. É uma grade curricular, e eu nunca imaginei assim, que estudava tanto, isso que mata mais as pessoas, porque além da resistência física, tu tinha que chegar em casa e estudar, senão, tu tem que atingir uma média pra ti poder finalizar... Antigamente era só força, né? Hoje é muito psicológico, muito intelectual (PRAÇA).

Como se pode observar por meio da fala acima, embora o CFSD PM venha esboçando mudanças no sentido de buscar pelo atendimento das exigências sociais contemporâneas, através de maior preparo intelectual de seus agentes, ele ainda mantém parte da formação destinada a preparar literalmente os soldados para o combate, por meio de treinamentos e exercícios físicos desproporcionais à necessidade, os quais segundo Balestreri (2002) sugerem um recuo histórico à época de guerrilhas, cuja tortura física se dá em nome de uma pretensa “resistência psicológica”, o que também contribui para que muitas vezes o trabalho policial militar seja desprovido do “sentimento de fraternidade, de empatia, e de princípios humanos e sociais, pois a formação fundamentada nos princípios militaristas apregoa a disciplina e a hierarquia, como elementos representativos e simbólicos das relações sociais” (RODRIGUES, 2010, p.83).

Nesse sentido, Poncini (2007), acredita que a formação policial necessita de reformas, uma vez que o modelo de trabalho aprendido, ou seja, o burocrático-militar se caracteriza entre outros aspectos, por uma relação neutra e distante com o cidadão, cabendo ao policial apenas cumprir com o seus deveres oficiais e seguir os procedimentos de rotina independente de suas tendências pessoais a despeito das necessidades das pessoas a quem ele atende (PONCINI, 2007).

Outro aspecto relevante desde o curso, e constatado nas falas das entrevistadas, é que o fato das atividades policiais permanecerem como áreas ocupadas, sobretudo, por homens, isto contribui para os casos de discriminação em relação à presença da mulher. Isto também ocorre em virtude da atribuição de características de masculinidade e de feminilidade de acordo com o tipo de atividade que o profissional desempenha na Polícia. Essa associação das atividades com uma determinada mão-de-obra sexuada está baseada em um sistema simbólico conferido às diferenças entre os sexos (FONSECA, 2000). Tais diferenças constituíram-se em identidades sociais masculinas e femininas que enquadraram as mulheres a aspectos

naturalizantes, e de menor valor em relação aos homens, além da esfera doméstica como sendo o seu “verdadeiro” universo (LOURO, 2014).

A fala da policial abaixo, sobre a época que realizou CFSD PM, ilustra muito bem a análise de Louro (2014), quando a entrevistada menciona um policial que se refere ao “lugar ideal” (esfera doméstica) para a mulher.

Muito desumano, muito, muito, muito humilhante, muito doloroso, sabe?... É um monte de coisa... entrei com tanta garra por causa dos meus filhos que eu precisava criar, que tudo eu fazia pelos meus filhos, mas se eu pudesse, se você perguntasse pra mim... na formação? Se eu sairia? Eu sairia, eu não seria policial, porque é muito difícil! É muito difícil! O meu curso de formação de soldado foi muito difícil! ... Tudo é muito ruim, nossa! A vontade deles [instrutores homens] era que as mulheres desistissem, eles diziam claramente isso pra nós: “Você não é daqui! Você não serve pra ser policial! Você serve pra tá lavando louça lá na sua casa, vá ser outra coisa!”. Com certeza a discriminação no meu curso foi horrível! (PRAÇA).

Apesar de algumas policiais como a da declaração acima tenham relatado que sofreram claramente discriminação pelo fato de ser mulher, outras ao contrário, disseram não ter passado por nenhuma situação desse tipo durante o curso de formação. No entanto, várias policiais expuseram que cotidianamente em seu ambiente de trabalho são alvos de brincadeiras de caráter machista, embora outras não vejam tais brincadeiras dessa forma. Entretanto, certas expressões, brincadeiras e situações experimentadas pelas mulheres, apesar da aparente jocosidade, suscitam mais do que simples brincadeiras, como relatou essa policial, “eles [policiais masculinos] fazem às vezes umas piadinhas, uns comentários assim para fragilizar a mulher... ‘Ah, vai dirigir, tu, tem certeza?’” (PRAÇA). Atitudes como estas reforçam os estereótipos de gênero e mantêm a mulher em posição de inferioridade em relação ao homem. Outro exemplo abaixo demonstra que as piadas e os comentários preconceituosos parecem ser comumente praticados por muitos policiais a fim de constranger a mulher.

Eu fui tirar serviço com um Cabo na época, ele, quase 2 metros de altura, me colocaram pra ir com ele tirar serviço... e mais outro [policial]. Eu percebi que quando me chamaram pra compor essa guarnição dele, ele fez uma cara assim tipo: “Não gostei!”. Fui normal, tiramos serviço, aí certo momento lá do serviço... ele fez um comentário do tipo que: “Não achava certo ter policial feminino na Polícia e muito menos com aquela altura”. Aí advinha, eu disse... “Que aquela frase dele se resumisse aquele momento porque ele não estava falando com uma pessoa leiga e que eu conhecia a legislação militar e ele estava me constrangendo. Não queira me pagar nenhuma indenização!”. Olhando pra ele, eu, 1 metro e 50 e pouco, e ele quase 2. Aí qual foi a saída dele: “A gente não pode nem brincar com vocês” eu disse: “Não pode mesmo!” (PRAÇA).

A fala demonstra que a policial foi constrangida com um comentário sexista emitido por seu colega de trabalho, no entanto, ela recorreu a uma atitude incisiva para que o policial percebesse que aquele não era um comentário adequado. As brincadeiras, piadas, comentários, fazem parte do cotidiano das pessoas, no entanto, não é fácil desvelar o verdadeiro sentido das mensagens ocultas no discurso, uma vez que vários elementos corporais e o tom da voz daquele que as emite, também contribuem para que o sentido literal das palavras se perca atrás das múltiplas interpretações do emissor. Além disso, “o humor para ser compreendido, deve ser situado num contexto de prática e valores” (FONSECA, 1992, p.324).

Por isso certas situações vistas como de humor no ambiente de trabalho devem ser alvo de reflexão, principalmente quando o ambiente e o trabalho do qual se fala ainda estão comumente associados à atuação de mulheres ou de homens. Fonseca (1992) também acredita que cada sexo tem uma relação específica em relação ao humor que é praticado. Acredito que isto também tenha uma estreita relação com as imagens socialmente atribuídas as mulheres e homens com base no modo como se constituíram e se constituem suas relações ainda hoje.

3.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR

Ao falar das questões envolvendo as relações de gênero é preciso admitir ser um campo de múltiplos debates em que novas e velhas teorias se confrontam para tentar explicar as históricas desigualdades entre mulheres e homens. Nesse sentido, ao analisar o material empírico obtido no trabalho de campo, percebi que embora ele se constitua de discursos bastante heterogêneos, estes ainda são arraigados de concepções que refletem o peso das construções sociais acerca do lugar de mulheres e homens na sociedade.

Na visão de Louro (2014), a distinção sexual, ainda tem sido usada para justificar as desigualdades sociais entre mulheres e homens. A autora acredita que não são propriamente as características sexuais os fatores determinantes dessa desigualdade, mas o modelo de representação ou a valorização dessas características, pois aquilo que é dito e pensado sobre elas é que vai efetivamente contribuir para a construção acerca do que é feminino ou masculino em uma determinada sociedade em um dado momento histórico. Assim, para se compreender o lugar e as relações de mulheres e homens em uma determinada sociedade, o importante não é observar exatamente seus sexos, mas tudo aquilo que socialmente foi construído a respeito deles.

Segundo Scott (1990) o uso do termo gênero se tornou uma maneira de indicar as construções sociais, ou seja, as construções de caráter social a respeito das ideias sobre os papéis próprios às mulheres e aos homens, e vem sendo amplamente utilizado na tentativa de transpor o determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual. O gênero faz referência às origens sociais das identidades subjetivas de mulheres e homens, ele é, portanto, uma categoria social atribuída a um corpo sexuado. Ainda de acordo com a autora, as relações entre as pessoas de diferentes sexos são consideradas uma forma de relação social, construída sob a égide do poder e marcada pela desigualdade. Dessa forma, pensar as relações de gênero é pensar como a sociedade organiza a diferença sexual.

A distinção por meio do gênero não nega a biologia, ela enfatiza a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, não no sentido de papéis femininos e masculinos como no sexo, mas na significação de gênero como um fator constituinte da identidade dos sujeitos, considerando que as identidades são plurais, múltiplas e não permanentes. Assim, da mesma forma que a identidade do sujeito está associada a elementos como etnia, classe, nacionalidade entre outros, o gênero seria mais um fator constituinte dessa identidade (LOURO 2014).

É a partir da identificação social e histórica dos sujeitos como femininos ou masculinos que eles constroem suas identidades de gênero. No entanto, é importante ressaltar que as identidades dos sujeitos não dadas e acabadas em um determinado momento, como no nascimento, adolescência ou maturidade, elas estão sempre se constituindo, porque são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. Por isso, é possível pensar nas identidades de gênero de modo semelhante, ou seja, sempre se construindo e se transformando (LOURO 2014).

Bourdieu (2007), considera que as estratégias de poder que envolvem as relações de gênero, se constituem por uma diferenciação entre os sexos que delimita comportamentos e condutas e por sua vez é delimitada por eles. Para o autor, essa delimitação é considerada natural e inevitável como se estivesse “na ordem das coisas”, incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação, em que o homem é visto como referência de todas as coisas. Ainda de acordo com Bourdieu (2007), este processo se constitui em uma forma de violência simbólica, nomeada por ele de dominação masculina. O autor afirma que essa relação de dominação entre os gêneros é consequência, sobretudo, de um trabalho incessante cuja perpetuação ocorre na família, em instâncias como a Escola, a Igreja, as instituições e o Estado, espaços onde se elaboram e se impõem os princípios da dominação, pois está

inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos e privados... As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres... assinalando-lhes lugares inferiores... ensinando-lhes a postura correta do corpo... atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas... enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais (BOURDIEU, 2007, p. 34)

Remetendo esta análise para o espaço organizacional, este também se tornou um lugar para os conflitos resultantes dessa suposta relação de dominação. Na instituição policial que permanece composta majoritariamente pelo sexo masculino, as práticas e os discursos de mulheres e homens tendem a refletir essa predominância masculina, além de comparações como, por exemplo esta: “Tem muita policial que parece um homem”, comparação que é feita não somente pelos homens, mas por muitas mulheres, pois consideram que é necessário adotar alguns comportamentos considerados tipicamente masculinos, como uma forma de se impor e de se sobressair na atividade policial, principalmente no policiamento executado na rua. Listgarten (2002) acredita que muitas mulheres adotam determinados tipos de comportamentos na tentativa de alcançar o perfil ideal de policial, o qual ainda é fortemente associado à masculinidade.

No entanto, mulheres que adotam determinados comportamentos não estão restritas ao ambiente profissional, a irreversível autonomia conquistada por elas modificou suas relações com os homens, e não são poucas as mulheres que tem oscilado, entre regredir às figuras femininas disponíveis, associadas à fragilidade e a dependência do homem, e assim inibir sua autonomia, “ou apelar para figuras de homens e se masculinizar – como se autonomia e vida pública não pudessem ser vividas em um corpo de fêmea” (ROLNIK, 1998, p.71).

A suposta fragilidade emocional e, sobretudo, física, atribuída às mulheres, é uma questão praticamente inerente a todo e qualquer comentário feito tanto pelos policiais femininos quanto pelos masculinos quando se trata da atuação efetiva das mulheres na atividade policial, embora, algumas mulheres e homens acreditem que essa questão da fragilidade física é plenamente relativa e que pode ser substituída por meio do preparo técnico, assim como comentou este policial: “Eu conheço mulheres na operacionalidade que já prenderam sozinhas, homens, maiores do que elas e mais fortes do que elas, usando técnicas apropriadas... Porque a técnica em muitas ocasiões se sobrepõe a força” (PRAÇA MASCULINO).

A seguir o relato de uma policial que disse ter conversado com uma psicóloga que trabalhou na PMAP por um determinado período e que a mesma também observou em vários policiais o receio que eles tinham em trabalhar com uma mulher.

Já ouvi depoimentos também de algumas policiais, inclusive até de uma psicóloga... ela mesma um dia conversando comigo disse: **“Eu trabalhei muito pra mudar essa visão da mulher frágil”** [psicóloga] (grifos meus). Porque ela disse que uma época ela escutou [de um policial masculino] assim: **“Ah, é mais uma preocupação no serviço tá com uma mulher!”** (grifos meus)... Mas a gente percebe que alguns ficam receosos, principalmente se tu é pequena, se tu é mulher, de te assumir naquela guarnição⁵², mas têm uns não, não tão nem aí, são bens companheiros e te acolhem bem e tal, mas tu percebe naquela maneira de falar que não tá bem aceito assim pra alguns, né? (PRAÇA).

Esta fala exemplifica o discurso aparentemente dominante, o qual se refere a “compleição física da mulher” que por ser diferente em relação à do homem, supostamente não permite que ela tenha a mesma destreza ou habilidade que ele para determinados tipos de ocorrências. Inclusive a fala de uma Oficial é contundente nesse sentido, no entanto, esta enfatiza a questão da formação profissional que é a mesma para mulheres e homens, portanto, ambos estão aptos para o mesmo tipo de serviço.

Teve um graduado que chegou pra mim e pediu que fosse trocada uma PFem [policial feminina] da guarnição dele. Eu perguntei: “Mas por que você quer que seja trocada?” “Não, porque ela é muito pequena, ela muita baixinha, ela não vai dar conta, sabe como é que é? E se for uma ocorrência na ponte, e aí ela é o terceiro-homem, aí já viu”. Tipo assim, que ela não ia dar conta do recado... [Em seguida a resposta da Oficial] “Não, negativo, eu não vou tirar ninguém da viatura, até porque ela pode não ter estatura elevada, mas ela foi preparada para estar nesse serviço”. Eu também disse assim: “Você me corrija se eu estiver errada, mas eu não consigo vislumbrar onde é que ela falhou, onde é que ela pode falhar, se ela foi treinada tanto quanto você pra estar nesse local, não consigo ver, me desculpe, mas eu não consigo ver e não vou tirá-la”. E não foi uma vez não [que um homem solicitou a troca de uma policial], foram várias vezes, e não foi só ele não (OFICIAL).

⁵²Guarnição é o nome atribuído à equipe que atua no policiamento ostensivo, este que é realizado a pé ou na viatura. A equipe que atua na viatura é composta por no mínimo três policiais, porém não é obrigatória a presença de uma policial entre os três. Na guarnição um dos policiais exerce a função de comandante da equipe (que tenha no mínimo a graduação de sargento ou cabo), função que segundo as entrevistadas independe do sexo. Outros procedimentos relativos aos policiais que atuam no serviço de Rádio Patrulhamento Motorizado estão expressos no documento intitulado *Doutrina para o Serviço de Rádio Patrulha*, conforme a Instrução Normativa 01/2007. É importante destacar que o documento ao se referir à composição da guarnição utiliza uma nomenclatura que entendo ser excludente porque remete apenas a presença do sexo masculino na equipe, caracterizada da seguinte forma: **1º Homem** (Comandante da Guarnição); **2º Homem** (Motorista) e **3º Homem** (Segurança, Patrulheiro) (grifos meus), cada um com atribuições específicas, contudo as mulheres também podem atuar nestas equipes. De acordo com Nonato Júnior apud Silva (2011) a nomenclatura é excludente quando privilegia um dos gêneros, e o importante é dar acesso aos dois gêneros em igualdades de condições.

A iniciativa demonstrada pelo policial ao solicitar que sua superiora retirasse da guarnição uma colega de trabalho, denota assim como outras demonstrações de resistência a que as mulheres são cotidianamente submetidas por parte dos seus colegas homens, é que a incorporação delas na PM passou a ser vista como uma possível ameaça à hegemonia masculina de poder na organização, pois as mulheres passaram a disputar com os homens posições na estrutura do campo de poder da Polícia (BOURDIEU, 2007). Dessa forma muitos homens utilizam, sobretudo, a condição física da mulher como justificativa para tentar reafirmar a supremacia masculina.

Algumas mulheres também reconhecem que há certo cuidado de alguns policiais em relação a elas, principalmente nas ações consideradas por ambos como mais perigosas ou que exijam atenção redobrada, no entanto, algumas policiais creditam a este tipo de atitude “um cuidado de companheiro” que é feito em prol da equipe e não veem como uma forma de discriminação. Calazans (2003) atribui a estes tipos de cuidados à chamada “discriminação inversa” como sendo mais um recurso dos homens para discriminar as mulheres.

No entanto, é importante ressaltar que a **discriminação inversa em seu sentido literal significa uma medida de ação positiva** (grifos meus) cuja finalidade é a obtenção da igualdade entre mulheres e homens com base na eliminação das desigualdades reais. Nela não há restrição de direitos ou negação de direitos básicos ao contrário da discriminação tradicional. Ela se caracteriza por meio da aplicação de cotas ou de tratamento preferencial cuja tendência é favorecer o acesso a determinados postos e posições de um segmento da população (VALLE, 1997).

Ao utilizar o conceito de discriminação inversa, também quero dizer que a postura adotada por alguns homens em relação às mulheres, embora pareça positiva e até mesmo favorável às policiais, no sentido de eximi-las ou protegê-las de determinadas situações, na verdade, em alguns casos se está alijando-as de suas funções em detrimento de um suposto cuidado. No entanto, muitas mulheres tendem a considerar esta atitude simplesmente normal sem que haja necessidade de questioná-la, principalmente nas ocorrências em que a policial é comandada. O trecho abaixo expressa essa questão.

[Havia cuidado] principalmente quando a ocorrência era em área de ponte que a gente tem que entrar e a situação das pontes na maioria das vezes não são bonitinhas, tem falhas e você tem que correr ali com arma na mão e tu não sabes por onde tu tá pisando, tu vai correndo, né? Em alguns casos quando eu trabalhei na rua que eu era patrulheira o comandante da viatura disse: “Não, fica aqui, olha a viatura que o motorista vai lá!” Então o motorista assumiu o meu lugar de patrulheira, por quê? Não sei, entendeu? Não sei se ele não tinha confiança em mim, né? De entrar numa área de ponte com ele, só nós dois, um homem e

uma mulher. É o que eu te falo, **eles dizem que uma mulher na viatura é como se tivesse menos um homem** (grifos meus) (PRAÇA).

A frase grifada na fala acima foi pronunciada de forma muito parecida em outras entrevistas e estava sempre associada à suposta fragilidade física das mulheres. A fragilidade também parece ser um atributo que não condiz com a imagem e a identidade de um “verdadeiro policial” seja este do sexo masculino ou feminino, e esta visão em grande medida, se mantém até hoje. Como a mulher é supostamente mais frágil, ela é quem tem que se superar para mostrar que pode ser um verdadeiro policial, assim como o homem.

Nesse sentido, a instituição policial enquanto instância de poder procura “manter viva a ‘hegemonia da masculinidade’ construída histórica e socialmente” (OLIVEIRA, 2012, p.183), a qual fez dela o espaço dos homens fortes, corajosos etc. Porém, com a inserção da mulher na PM, “a instituição procura manter viva também a ‘identidade feminina’ de sexo frágil – como se fosse uma identidade típica e natural das mulheres, quando, na verdade, trata-se de uma construção social” (OLIVEIRA, 2012, p.183-184).

Por isso, acredito que os mesmos homens que consideram as mulheres como frágeis e supostamente as protegem de determinadas situações, são os que estão contribuindo para que elas continuem sendo subjugadas. Não obstante, há mulheres que de fato se consideram fisicamente mais frágeis, no entanto, afirmam receber a mesma formação teórica e prática nas quais não existe nenhuma diferenciação por sexo, portanto, estão igualmente preparadas para o trabalho policial.

Contudo, mesmo a teoria sendo um fator de suma importância na formação do policial, o fazer cotidiano se mostra o aspecto que em grande medida regula e determina os comportamentos e as práticas na relação entre mulheres e homens na PMAP, sobretudo, nas interações vivenciadas nas atividades ostensivas. Dessa forma, embora as instituições possuam leis e discursos que as regulamentam, são exatamente as práticas cotidianas e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que devem ser alvo de atenção constante porque passam a vigorar como se fossem naturais (LOURO, 2014).

3.4 OS RELACIONAMENTOS ENTRE MULHERES E HOMENS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Tendo em vista ser a Polícia uma instituição mantenedora de valores como a hierarquia e disciplina, constatei que inicialmente os relacionamentos são estabelecidos com base na hierarquia e vão sendo consolidados de acordo com a convivência diária. No que

concerne o relacionamento entre mulheres e homens, observei que algumas mulheres ressaltam a questão de ter que adotar “uma postura” diferenciada no ambiente de trabalho, pois o fato de estarem em um espaço composto em sua maioria por homens propicia com que estejam sujeitas ao assédio por parte de alguns deles. Nesse sentido, manter o profissionalismo e o afastamento de práticas não condizentes com o que consideram ser uma postura adequada no ambiente de trabalho é um dos requisitos para os bons relacionamentos. E este entendimento começa a ser internalizado desde o curso de formação, como atestam essas policiais:

Sempre havia essa preocupação dos instrutores [para que mulheres e homens] não se envolvessem, não misturassem as coisas... mas sempre havia essa preocupação (comportamento mesmo da mulher) em relação ao homem... Falavam: “Ah, porque vai acontecer isso, pode ter um assédio, pode ter tal coisa, vocês tem que tomar cuidado pra não misturar as coisas, não confundir” (PRAÇA).

Durante o curso eles já te dão uma base, eles te contam alguma coisa que tenha acontecido e tal, te dão exemplos e já dizem como é... pra gente saber se impor, saber se colocar, saber se comportar, e nos Batalhões que eu passei.... não é diferente, você tem que saber se comportar em qualquer situação (PRAÇA).

Em relação à postura, a não ficar muito de sorrisinho, porque a gente trabalha com homem, e são homens às vezes casados que podem querer assim, só algum tipo de curtição, essas coisas, mas a gente sempre tem que manter a nossa postura de mulher, até mesmo pra não ser falada depois (PRAÇA).

É interessante notar que durante o processo de socialização as mulheres são orientadas a adotarem uma postura diferenciada em relação aos homens, aparentemente com o intuito de se tentar evitar que as policiais sejam assediadas sexualmente pelos colegas ou caso isto ocorra saibam como reagir. Mas este tipo de orientação no CFSD PM também me parece preconceituoso em relação aos próprios homens quando os considera sempre como o assediador, e como se o fato da mulher trabalhar com o homem implicasse inevitavelmente em ser assediada, a exemplo desta frase proferida por uma policial: “Porque a gente trabalha com homem” (PRAÇA).

O assédio sexual no ambiente de trabalho pode ocorrer tanto do homem sobre a mulher, como da mulher sobre o homem, e é “uma questão polêmica já que sua definição é difícil, e que sua delimitação é sutil. De fato às vezes esse limite é, devido à sua sutileza, muito difícil de ser estabelecido” (MINC, 2001, p. 64). Contudo, o autor considera que o assédio sexual ou chantagem sexual não é um simples comportamento erotizado, é sobretudo, o uso do poder nas relações de trabalho com intuito de obter favores sexuais, nesse caso há

insistência por parte do assediador, em uma atitude que o outro não quer e recusa (MINC, 2001).

Nesse sentido, observei ainda, que a questão do “bom comportamento feminino” no que se refere a adotar uma postura de seriedade que não dê margem para comentários que desprestigiem a mulher, faz com que a policial tenha uma imagem positiva e de respeito diante dos colegas e das próprias colegas, e estabelecer essa imagem parece caber fundamentalmente à mulher, como relata uma policial:

Tu impõe teu respeito. Tu chega no local de trabalho tu te impõe. Tu diz como tu é ou tu dá margem pra brincadeira, pra sacanagem ou não, e tu é respeitada da maneira que tu chega, do jeito que tu te comporta... Tem homens que adoram falar besteira, adoram tá na sacanagem, se tu der abertura, aí já vai ficar normal pra eles, mas se tu não der abertura, se numa primeira brincadeira que tu não goste, que tu demonstre: “Não, pera aí, não é assim, não confunda!”, aí tu já vai ser respeitada, contigo já não vai acontecer, mas quem dá abertura, depois não pode reclamar (PRAÇA).

Embora haja recomendações, nada impede mulheres e homens de se relacionarem afetivamente como se tentou fazer com as primeiras mulheres que ingressaram nas Polícias Militares pelo país, mesmo porque segundo Minc (2001), situações como estas são inerentes ao convívio das pessoas. Além disso, há no trabalho policial a permanência durante muitas horas no serviço, plantões à noite, de madrugada, o trabalho nas viaturas etc, que favorecem a proximidade entre policiais femininos e masculinos, tanto que, o casamento e outros tipos de apadrinhamentos em meio aos militares têm ocorrido com certa frequência, e muitas vezes “os afilhados da vida pessoal das policiais acabam se tornando afilhados também dentro da organização” (CAPELLE, 2006, p.269).

Para as entrevistadas quando ocorre o envolvimento amoroso entre colegas o importante é saber diferenciar a vida profissional da vida pessoal para que esta não interfira no ambiente de trabalho, o que na verdade parece ser recomendável para qualquer ambiente profissional. Mesmo na Polícia, assentada sobre o militarismo e suas bases verticais estritas, como por exemplo, as diferenças hierárquicas; os vínculos afetivos têm demonstrado um potencial de desenrijecimento dessas diferenças e a ruptura no cotidiano de uma estrutura que até pouco tempo parecia intocável (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Conforme algumas policiais, outro fator que tem favorecido esse desenrijecimento, é a entrada cada vez maior de profissionais com elevado nível de escolaridade. As policiais acreditam que à medida que o nível de esclarecimento de uma pessoa aumenta, mais fácil é a maneira dela lidar com determinadas situações, principalmente no ambiente de trabalho. Contudo, ainda que esteja ocorrendo um relacionamento menos rígido entre Oficiais e Praças

como colocado pela maioria das policiais, algumas Praças não acreditam nessa proximidade seja o Oficial feminino ou masculino independente da formação destes, pois para elas, muitos Oficiais fazem questão de manter uma postura de diferenciação entre os Círculos, e que, portanto, o relacionamento é estritamente formal, dificultando às vezes o diálogo e uma maior interação quando necessário.

De modo geral, as mulheres disseram ter uma boa relação com seus colegas homens e mulheres de qualquer nível hierárquico, mesmo algumas afirmando já terem enfrentado problemas de relacionamento. E que para ser ter e manter as boas relações é necessário ainda, observar aos regulamentos institucionais, mostrar boa disposição para o trabalho e competência. No caso da mulher, a competência também é utilizada como uma forma de se impor no ambiente de trabalho.

Para Betiol (2000) a mulher policial parece ter que provar sua competência a todo o momento, e isso ocorre porque ainda enfrentam resistências quanto à sua presença, pois muitos policiais ainda resistem em ter mulheres em suas equipes e a receberem ordens de uma policial, além de outros problemas que segundo Capelle (2006, p.272) “dificultam o relacionamento entre os gêneros na PM”. Como o exemplo dessa policial a seguir:

Agora recentemente eu tava num policiamento em que eu era a mais antiga enquanto cabo, e dois soldados, então eu percebi que se eu não me colocasse, não me impusesse naquela situação, talvez eles tomassem a frente... pelo fato de ser mulher, né? De ser pequena. Eu acho que ainda tem essa questão, eu sinto um pouco isso também, mas aí eu dei aquele freio, né?... Existe hierarquia e disciplina, em primeiro lugar, vem hierarquia, se eu sou Cabo, sou mulher, sou baixinha, não interessa, eu tô mandando (risos) (PRAÇA).

Este relato comprova que mesmo sendo hierarquicamente superior aos dois colegas de trabalho, e, portanto, também ocupando uma posição de comandante da equipe, a policial percebeu que pelo fato de ser mulher aliada a sua estatura física, a hierarquia e a sua posição não foram respeitadas. Este caso e o caso da policial mencionado na página 78 demonstram que na atividade-fim a mulher parece estar sempre em uma condição diferente a do homem, seja ela superior ou não a ele hierarquicamente. Mesmo que a relação de poder esteja relacionada à autoridade formal, na medida em que se alteram os níveis hierárquicos ocupados por mulheres e homens (embora isso não tenha ocorrido no exemplo acima), a hierarquia de gênero ainda prevalece quando os subordinados não legitimam as mulheres como suas superiores (ALVESSON; BILLING, 1997).

Ao ouvir os homens acerca de como se relacionavam com as mulheres, as respostas também foram muito parecidas com as delas, pois também enfatizaram que a atenção à

hierarquia é de suma importância e, na verdade é o que norteia as relações no local de trabalho. O profissionalismo foi outro aspecto ressaltado na fala de todos os policiais, segundo eles, significa sempre agir de forma a respeitar os preceitos institucionais, independente de ser mulher ou homem. A maioria disse nunca ter tido nenhum tipo de problema com as mulheres, a não ser situações que fazem parte da rotina de trabalho, como por exemplo, às vezes ter que chamar atenção por alguma transgressão cometida.

É interessante notar que alguns homens disseram que as mulheres tem uma forma diferenciada de se relacionar com eles, no sentido de que são muito mais atenciosas e cordiais para com seus superiores, que recebem e aceitam muito melhor as críticas ou quando são chamadas a atenção. Como mostrarei na seção 3.6, este contexto tem relação em muitos aspectos com o modo diferente de trabalhar da mulher, o que foi observado pela maioria dos policiais masculinos.

3.5 VIDA PESSOAL *VERSUS* VIDA PROFISSIONAL: A ROTINA DAS MULHERES POLICIAIS

Nos dias de hoje, o exercício de uma atividade profissional pelas mulheres, sobretudo, por aquelas que residem em áreas urbanas, seja pela necessidade ou não de ter uma renda, é um aspecto que faz parte do plano de vida de milhares de mulheres, e para estas o local de trabalho é onde passam a maior parte do dia. Quando perguntadas sobre como era conciliar a vida pessoal com a vida profissional, as policiais entrevistadas demonstraram que as exigências da profissão que exercem impõem uma adequação as suas vidas pessoais em razão do trabalho. E isso vale para todas as mulheres, independente de serem casadas ou terem filhos.

Na verdade a gente tem que se adequar a nossa escala de serviço e não o nosso serviço se adequar... às vezes a gente consegue, né? Conciliar. Consegue conversar com o nosso comandante e ele entende a nossa situação e adequa a nossa escala a nossa vida particular, às vezes dá pra fazer isso [ênfatisou a resposta], às vezes não... ou você prioriza o seu trabalho, ou você prioriza a sua família, né? Mas nós conseguimos adequar isso (PRAÇA).

Na verdade nós temos que contar muito com a família porque eu pelo menos sou casada com militar e muitas vezes nós estávamos de serviço ao mesmo tempo. Então nós temos até hoje, e tínhamos muito mais quando as crianças eram pequenas que contar com a família para que nos desse esse apoio de tomar conta dos nossos filhos, de estar fiscalizando até mesmo a nossa casa em razão de que estávamos os dois em atividade ao mesmo tempo... isso leva eles [filhos] a entenderem que muitas vezes a gente tem até que deixar de lado alguma coisa em casa para que seja cumprido integralmente o nosso serviço, a nossa missão policial militar... a família é imprescindível (OFICIAL).

Contudo, como se observa pelos depoimentos acima, o fato de ter filhos sem dúvida é um dos aspectos mais relevantes quando se precisa adequar à vida pessoal à profissional, e esta realidade faz parte da rotina de 45% das policiais entrevistadas que buscam dessa forma organizar suas vidas de modo a cumprir com os seus múltiplos papéis, entre eles o de mãe e profissional. Dessa forma, o fato das policiais estarem empregadas, sobretudo, no serviço público, o que garante certa estabilidade, as conquistas pessoais proporcionadas pela independência financeira, autoestima elevada e orgulho de estar contribuindo com suas famílias e com a sociedade, se sobrepõem as dificuldades impostas pela difícil rotina de conciliar a vida pessoal com a profissional, principalmente para as policiais que são mães. A fala das policiais abaixo ilustra esta dificuldade:

Atualmente você tá me pegando em um momento bem difícil, né?... Eu tenho dois filhos, um viajou... e o outro tá comigo, aí eu chego daqui [quartel], aí eu vou, pego ele na casa do pai, levo para minha casa, tipo um pouco cansada também... De noite, novamente, quando ele está com o pai eu tenho que ir lá buscar ele, e volto. Eu saio de casa, tenho que levar ele para pai porque... ele ainda é muito pequeno. E agora vai ter outro curso aqui [no batalhão em que trabalha]... e eu queria muito fazer, queria mesmo fazer, mas eu não vou fazer porque eu vou priorizar o meu filho, entendeu?... Eu já passei esse tempo longe [em outro curso] e eu percebo que há uma queda de rendimento escolar, né? Até elogiei muito a professora do meu filho, e assim, fui muito grata a ela, né? Eu falei: “Olha professora, eu agradeço muito”, porque ela percebeu que durante eu está no curso, que o meu filho estava carente, ela disse assim, que fazia brincadeiras, fazia ele ganhar de propósito pra ver se ele se alegrava, né? Então hoje em dia eu falo: “Ah, você me vê assim como uma profissional de destaque, como uma profissional reconhecida”, mas não é assim, por trás disso tem muitas pessoas, né? Pessoas, como por exemplo, a professora do meu filho... eu falo assim: “Poxa, eu vim aqui, somei aqui, mas diminuiu em outro lugar”. Nós mulheres a gente tem que saber se virar nos 30 mesmo, um pouco aqui, um pouco ali (PRAÇA).

Ah, é bem complicado!... Eu tô pagando uma pessoa pra ir em casa [tem um filho pequeno com necessidades especiais], mas normalmente é bem complicado porque se tem algum evento que vai se prolongar além daquele horário que eu tenho que buscar ele eu já fico com o coração apertado... mas assim, fora essas questões, assim, a gente tira de letra as outras coisas (OFICIAL).

É difícil. É difícil quando tu tem filho pequeno, principalmente... Eu tenho quatro filhos, eu tinha três criados, e quando a minha filha tinha dezoito anos eu inventei de ter um bebezinho, a minha vida virou de ponta-cabeça. Porque eles [a PM] liberam pra amamentar, mas imagina eu toda fardada, vinha aqui [ela ia até a residência amamentar]... eu vinha de viatura (risos)... É uma luta, mas é assim, eu vejo que a mulher é tão artista que tudo ela vai ajeitando, sabe? Tudo ela vai ajeitando, e tudo ela vai arrumando, e hoje o menino já tem 2 anos e 8 meses. E eu tenho problemas sim, na minha escala as vezes, assim, pra deixar o meu filho, mas eu vejo que nada que possa atrapalhar, digamos assim, o meu serviço. Mas também porque eu tenho uma vida muito regrada, ajustada, entendeu? Eu tenho casa como tu pode ver, então eu vejo que quando tu não tem essas coisas, tu não tem essa estrutura, tu acaba realmente, eu diria na linguagem militar, “zicando tudo”! Dá tudo errado! (PRAÇA).

As três policiais das falas acima, com filhos entre dois e seis anos de idade, demonstra que ser mãe e com filho pequeno realmente torna a rotina das mulheres mais difícil. Contudo não é apenas o fato de ser mãe que torna as exigências das mulheres maiores, mas, sobretudo porque às mulheres ainda são atribuídas a maior parcela de responsabilidade na educação dos filhos e nos cuidados com a casa. Apesar disso, as mulheres estão buscando superar os estereótipos e realizarem-se profissionalmente, ainda que para isso, também permaneçam menos tempo com os filhos e com a família.

De acordo com Rago (2004), ao analisar a pesquisa anteriormente citada nesse trabalho, intitulada *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*, sem dúvidas, a mulher brasileira do século XXI teve o seu espaço de atuação profissional ampliado de forma significativa, no entanto, também houve um grande aumento das exigências pessoais e sociais sobre elas, como a duplicação da jornada de trabalho e o aumento das pressões por excelentes resultados em seu desempenho pessoal, profissional e intelectual, muito acima daqueles exigidos aos homens.

Quanto à dupla jornada de trabalho, ela é decorrente em grande medida de um padrão que atribui às responsabilidades domésticas e familiares as mulheres, independentemente de qualquer mudança ou especificidade da sua situação familiar ou laboral. Isto está assentado no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Mesmo que mudanças importantes venham ocorrendo, a exemplo de uma melhor divisão do trabalho doméstico, principalmente entre as mulheres que trabalham em tempo integral, a posição delas neste aspecto ainda é desvantajosa (SORJ, 2004).

Mas a entrada da mulher no espaço público também trouxe experiências significativas de liberdade e de responsabilidade para sua vida pessoal (BETIOL, 2000). Nesse sentido, algumas mulheres relataram que o ingresso na Polícia favoreceu uma relação de poder diferenciada com a família, muitas vezes passando a mulher a ocupar uma posição superior e até mesmo de gerência irrestrita do lar. Como disse uma das entrevistadas:

Eu tinha um comportamento bem submisso, né? Mas acho que era mais pela questão de não ter uma vida, digamos, financeira boa, de depender na época do meu marido. Mesmo trabalhando fora eu ganhava, mas o que eu ganhava era só pra ajudar. Quando eu fiquei sendo a pessoa que (a palavra não é bancar) ajudava a minha família, filho, pai e mãe, eu comecei a ter um autovalor mais pra mim, eu comecei a me valorizar mais ainda, e assim, impor mais algumas regras com a minha família. Eu comecei a ter responsabilidade com eles e educá-los da minha maneira, a que eu achava correta. Tanto que, tudo o que eles fazem... todo mundo pergunta tudo pra mim, todas as decisões sou eu que tomo. Todas as decisões, do supermercado a compra de alguma coisa nova pra dentro de casa. Se vai se comprar um

ventilador, um ferro elétrico, é comigo, tudo sou eu que comando, quem manda na minha família sou eu..... eu que cuido de todo mundo. Então, tudo é comigo.... a questão financeira, assim como as tomadas de decisões, são todas comigo... Então essa foi a grande mudança porque antes eu era uma pessoa submissa e quando eu entrei pra Polícia, acho que foi a questão do poder financeiro e do poder de polícia também (PRAÇA).

O exemplo da policial acima converge com a análise de Sen (2010), ao afirmar que, quando as mulheres auferem renda fora de casa, isso tende a melhorar a posição feminina inclusive nas distribuições no âmbito da família. E nos casos em que a mulher passa a ser o “arrimo de família” o poder econômico impõe respeito, contribuindo também para que ela tenha mais voz ativa, pois depende menos dos outros.

Outro aspecto importante declarado por algumas policiais foi à mudança comportamental após a entrada na PM que elas acreditam ter sido em decorrência do próprio trabalho policial, da vivência no militarismo e por conta do RDPM com especificidades que regulam a vida do policial até mesmo fora da instituição. A questão disciplinar como quesito obrigatório na vivência institucional foi ressaltada por muitas policiais como um aspecto positivo incorporado em suas vidas pessoais. Percebe-se então que a vida e os hábitos do quartel acabam se misturando com a vida civil do indivíduo. Em muitos casos as militares disseram que elas próprias não conseguiram perceber as mudanças comportamentais até o momento em que a família ou os amigos interviram. Entre as mudanças mais observadas está, a entonação da voz, comportamento agressivo (conduta hostil), autoritarismo, e rigidez.

Meu marido disse que eu penso que ele é bandido porque eu falo às vezes um pouco mais alto, né? Eu acho que é o costume, não sei nem te falar, eu me defendo, eu digo que é mentira (risos). Mas ele fala que é verdade, que mudou todo o meu comportamento. Os meus filhos também reclamam ... que mudou o tom da minha voz, que as vezes eu penso que eu tô falando com uma pessoa da rua, aí eu vou e tento segurar, mas muda tudo, a postura, mudou a roupa que eu visto hoje, eu não me exponho tanto, mudou tudo. É porque até o nosso regulamento diz que eu sou policial fardada e sem farda (PRAÇA).

Eu fiquei mais durona, né? Como se a gente tivesse que ter uma outra postura, né? E acaba que acontece isso, não sei o porquê se dá isso, né? Acho que é devido à postura mesmo que a gente tem que ter diante do serviço, diante de tudo, a gente acaba ficando mais durona, como se tivesse insensível a algumas situações (PRAÇA).

Eu fiquei autoritária, tanto que quem me chamou a atenção foi o meu filho, uma época ele disse assim: “Mamãe a senhora tá brigando muito comigo”... aí eu via que eu já tava trazendo do serviço coisas pra dentro da minha casa, aí eu foi me resgatando, não sozinha, mas até com a ajuda do meu esposo, com ajuda da igreja, isso é essencial. Hoje enquanto militar eu vejo e talvez seja até um sonho meu, eu tô pensando em fazer [estudar] Teologia porque eu vejo muitas famílias de companheiros meus se desfazendo, porque pra nós mulheres já é tão latente (sic) essa questão dentro de casa quanto mais para o homem. Eu pelo menos conheço muitos militares que os casamentos se desfizeram... queira ou não o policial tá com aquela sobrecarga, ele traz pra dentro de casa (PRAÇA).

Pelas falas foi possível inferir que as mudanças no comportamento das policiais quase sempre se apresentaram de forma mais intensa, no início da profissão logo após a saída do CFSD PM e a ida para atividade-fim, e que eles foram atenuados ao longo dos anos, sempre com a ajuda de outras pessoas. Sobre estes comportamentos que as policiais mencionaram terem desenvolvido ou que se tornaram mais explícitos, refletem entre outros aspectos o poder e a influência das instituições totais sobre a vida os indivíduos.

Também associado ao comportamento apresentado por várias policiais, está uma menor exposição em ambientes públicos, assim como a adoção de medidas como uma forma de preservar a si mesma e a sua família. Entretanto, algumas acreditam que no Amapá ainda é possível o policial militar revelar sua identidade profissional com certa tranquilidade e ter uma vida mais sociável, diferentemente de outras cidades brasileiras, cujo assassinato de policiais militares tem ocorrido com certa frequência. No entanto, pelo fato de ser policial,

agora eu tenho uma visão mais ampla, como tá perigosa a cidade, as coisas. Em relação a não ficar à toa, expondo as coisas... que a gente pode ser assaltada. Então eu tenho uma visão assim, eu já sei como os meliantes agem, né? Então eu já tento evitar, e converso com meu filho, e converso com o meu marido, com as pessoas da família, passo realmente a situação pra eles, né? Até mesmo pra prevenir (PRAÇA).

o meu filho, por exemplo, é orientado por mim a não dizer que é filho de militar... a minha farda eu não enxugo assim visível... ela fica numa área mais reservada da minha casa. Eu não tenho essa coisa que alguns de nossos companheiros infelizmente ainda têm, de mostrar que é militar, de andar fardado... tenho receio pela minha família, eu não tenho receio por mim... principalmente desses quatro anos pra cá que começou no Brasil essa leva de manifestação de bandidos em atingir policiais (PRAÇA).

Percebe-se que as policiais além de agentes de segurança pública, enquanto cidadãos e profissionais, também se sentem inseguras diante dos problemas que afetam a sociedade, como por exemplo, a criminalidade e a violência urbana. Notadamente, as ações frequentes de criminalidade e violência relacionadas a roubos a transeuntes, a estabelecimentos comerciais, residências, homicídios e tráfico de entorpecentes tem crescido de forma significativa no Estado do Amapá (AMAPÁ/PM, 2014a).

Outra questão referente a vida pessoal das entrevistadas, é a questão da escolaridade, 55% delas disseram ter o nível superior completo e 30% tem especialização ou estão cursando. Percebe-se que para as policiais também é importante a ascensão em termos de escolaridade, ainda que não seja através desta que os militares ascendem profissionalmente. De modo geral, as policiais entendem que independente da profissão é necessário atualização

e aperfeiçoamento contínuo. Além disso, se for preciso deixar a PM, sabem que a formação acadêmica ou profissional é importante para recolocação no mercado de trabalho.

Entre as que estão se especializando algumas estão em áreas ligadas as atividades que desempenham dentro da PM, no entanto, conciliar os estudos com a rotina do trabalho, exige maior empenho, principalmente por causa dos horários e das escalas extras de serviço. Algumas relataram que às vezes é possível uma negociação com o comandante ou diretor para tentar ajustar o horário de trabalho, mas mesmo assim,

A rotina é bem pesada, mas eu assim, eu procuro me atualizar porque a gente... tem hoje uma tropa que ela é esclarecida, diferente de quando eu entrei alguns anos atrás. Antigamente entrava-se com o segundo grau, hoje a própria lei de ingresso da PM ela exige que a pessoa tenha um nível superior... Hoje pra você ter uma inserção no mercado você tem que no mínimo se especializar, se você não se especializar você fica pra trás (OFICIAL).

é uma maratona, eu acordo muito cedo, 6 e meia pra 7, vou pra minha faculdade que eu tenho que entrar às 8 horas, saio geralmente às 11 e meia, almoço, venho pra cá [local de trabalho], aí quando chego aqui [trabalha na área administrativa] tenho que dar conta do meu [serviço], eu saio daqui... vou fazer a minha caminhada, minha corrida, e volto pra minha casa em torno de 8 horas da noite, então quer dizer, eu concilio... aqui dá pra dar uma estudada... é uma maratona no sentido de que eu não tenho muito tempo (PRAÇA).

Nota-se em todas as entrevistas com os policiais femininos e masculinos que a partir do momento que a pessoa se insere em um tipo de instituição como a PM, sua vida passa a ser sobremaneira organizada de acordo com a Polícia, além das modificações em seus comportamentos e hábitos. Algumas policiais ressaltaram que o fato da Polícia representar o Estado, isto contribui para as mudanças, sobretudo, de hábitos, pois, em geral, o policial militar deixa de ser visto como um cidadão comum e passa a ser visto como alguém cuja conduta ilibada deve ser um exemplo, pois passa a incidir sobre ele não somente cobranças institucionais, mas também as da própria sociedade.

3.6 A VISÃO DOS HOMENS A RESPEITO DA PRESENÇA DE MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

Os policiais quando perguntados sobre o que achavam da presença da mulher na PM, em sua maioria fizeram relação ao princípio constitucional de que homens e mulheres são iguais perante a lei, e que a entrada da mulher na Polícia faz parte da evolução da própria sociedade, já que elas estão se inserindo nos mais diversos campos de atuação, portanto, na instituição policial não poderia ser diferente. Os homens também ressaltam a importância das

mulheres principalmente nas ocorrências em que é necessário realizar a revista feminina, o que legalmente é interdito a eles executarem.

Por outro lado, os policiais em suas falas ainda permanecem com uma visão essencialista a respeito da mulher e que as “habilidades naturais” delas se sobressaem nas atividades administrativas, pois consideram que as mulheres são mais organizadas, detalhistas, cuidadosas, caprichosas, observadoras entre outros adjetivos. Para o policial da fala abaixo, em relação a atividade-meio as mulheres,

conseguem ser mais habilidosas, eu acho também, pelo fato de ser mulher, não pelo fato de ser policial militar feminina, mas de ser mesmo mulher porque tem certas habilidades que o masculino tem um pouco de dificuldade. Organizar documentação, elas sempre se sobressaem, a questão da tecnologia elas sempre se sobressaem mais do que o homem, a gente consegue evoluir o trabalho na atividade-meio melhor com as mulheres. É um fato interessante, se tu for observar a maioria das administrações ela é composta por mulheres, pelo fato exatamente delas terem essa facilidade, essa **habilidade natural** (grifo meu) de lidar com essa organização, com essas atividades, é por isso que as seções muitas das vezes são preenchidas por mulheres (OFICIAL MASCULINO).

Contudo, os policiais ressaltam que as mulheres também utilizam estas habilidades na atividade-fim. Assim, observei que as habilidades consideradas como femininas parecem ser mais bem empregadas em um campo oposto ao da força física. Nesse sentido, as relações entre mulheres e homens são pensadas e vividas enquanto relações definidas a partir do que é concebido como masculino e feminino, ou seja, os gêneros, logo, a divisão sexual do trabalho se mostra um dos muitos locais em que se percebe as relações de gênero, conseqüentes de construções sociais, culturais e históricas (LOBO, 1992).

Em relação à atividade operacional, todos os policiais entrevistados afirmam que a mulher também consegue desempenhar com muita competência todas as suas atribuições, no entanto, a maioria deles frisou que a estrutura física da mulher por ser diferente a do homem dificulta o desempenho feminino, principalmente nas ocorrências que exigem o emprego da força física. Nesse sentido, segundo Listgarten (2002) percebe-se que a força física é um capital simbólico ainda muito valorizado dentro da PM, principalmente quando se trata da atividade operacional. Dessa forma, os policiais abaixo consideram que na atividade-fim,

as mulheres não deixam a desejar para nenhum homem, claro que na atividade-fim em algumas ocorrências o homem ele tem mais estrutura física, por exemplo, briga de gangues, briga entre homens, em que a Polícia tem que entrar, tem que intervir, né? Às vezes pra prender um cidadão, às vezes o cara tem 1 metro e 80, né? Vai oferecer muito mais resistência a uma mulher do que a um homem (PRAÇA MASCULINO).

ela [atividade-fim] puxa mais fisicamente, psicologicamente, né? Então eu acho que a mulher em si, ela tem uma limitação física, que é normal, natural, pra desempenhar a atividade-fim, seja usando equipamento, que os equipamentos são pesados, né? E a carga de trabalho é uma carga puxada, estressante, calor, são doze horas de viatura, seis horas a pé, então isso aí é um obstáculo, eu vejo como um obstáculo a parte física das mulheres (OFICIAL MASCULINO).

Observa-se que o Oficial da fala acima associa a questão física da mulher como um fator limitante até mesmo na rotina de seis ou dozes horas de trabalho que a policial tem que executar. Esta carga de trabalho remete a outra questão que vários homens consideram como uma dificuldade que grande parte das policiais enfrenta diariamente, a de ter que conciliar as responsabilidades domésticas com as responsabilidades profissionais, pois muitas mulheres são casadas e têm filhos pequenos (estes porque necessitam de maiores cuidados), sendo que as policiais passam muito tempo longe de casa em uma atividade estressante e perigosa.

Dificuldade, é que a mulher tem os afazeres da casa dela, às vezes tem filhos, aí a gente não tem uma rotina, né? Aí a mulher tá de serviço, hoje ela tá de dia, aí amanhã ela já de noite, aí ela tem que adequar à vida dela, né? A realidade do trabalho dela. Aí às vezes tem filho pra cuidar, é complicado, tem que levar filho para escola, arranjar alguém pra cuidar da criança, né? Se a mulher for casada ajuda um pouco, né? (não ajuda muito não, depende do marido) (risos), mas se a mulher for solteira? Tem que ter babá, é difícil tu encontrar babá, né? Isso é uma dificuldade que eu vejo porque a mulher é que tem mais jeito com criança, né? Do que o homem, sempre que eu vejo é assim, isso é uma dificuldade que eu vejo (OFICIAL MASCULINO).

Eu creio que as maiores dificuldades são essa carga de policiamento, dela ser policial e estar na rua, que é uma carga que muitas das vezes exige um lado físico muito grande da mulher, da questão do próprio armamento e do equipamento que ela usa para estar na rua, pois muitas das vezes a policial militar também tem que trabalhar a noite. E ela também tem que conciliar isso aí quando ela é mãe, essa vida pessoal dela ser mãe, de amamentar, de tá em casa, cuidar do marido, cuidar dos filhos, entendeu? Cuidar da casa e ser policial militar, pra ela é muito complicado, né? E às vezes ela tá na rua, entendeu? Na rua, na noite, passando sono, quando ela chega em casa ela também não vai ter tempo pra cuidar da família dela, e o marido vai cobrar seus aspectos, os filhos também vão cobrar dela vários aspectos, e aí como é que ela fica? Eu creio esse é um fator preponderante em termos de dificuldade (OFICIAL MASCULINO).

Nas falas acima os policiais reconhecem que muitas mulheres enfrentam uma difícil rotina entre a casa e o trabalho, mas como entendi pelas falas dos entrevistados, isso aparentemente não interfere no desempenho profissional das policiais, pelo contrário, os homens reconhecem que elas em sua maioria tendem a se esforçar muito mais do que eles para poder cumprir com suas atribuições dentro e fora do trabalho, e ter que mostrar que são competentes. Está sobrecarga feminina confirma que o espaço reprodutivo também é marcado

pela divisão sexual do trabalho, e que as atribuições e responsabilidades domésticas ainda são vistas como trabalho feminino.

No entanto, mesmo que esta situação persista, Nogueira (2011), diz que não se pode desconsiderar as mudanças estruturais e culturais que vem ocorrendo na sociedade brasileira, no sentido de transformar essa visão conservadora que se refere à mulher como a principal responsável pelas responsabilidades domésticas, assim como do homem como principal provedor da família, e que somente insistindo em consciência e educação esta visão será superada.

Aos policiais também foi perguntado se achavam que a mulher tinha algum tipo de facilidade no exercício da sua função, entre algumas falas constatei afirmações no sentido de que a mulher tem maior facilidade no relacionamento interpessoal. Essa percepção corrobora com as falas de algumas policiais, ao afirmarem que, se no policiamento ostensivo a questão física supostamente é um fator de desvantagem para elas – sobretudo na visão dos homens, por outro lado, quando as habilidades consideradas como tipicamente femininas são empregadas, as mulheres se sobressaem nas ocorrências. Segundo as policiais, isso ocorre porque de modo geral, a mulher é mais paciente, escuta e dialoga muito mais que o homem, para que a força seja usada somente nos casos em que ela é estritamente necessária. Como nas falas abaixo:

A mulher geralmente ela tem uma visão assim, vamos dizer mais educada, ela é mais sensível com as situações, ela tem um trato mais sensível, né? Embora o policiamento de rua, esse ostensivo de rua, de rádio patrulha, exija um pouco mais da gente, porque foi algo que eu aprendi, é muito fácil você tá de fora e dizer assim: “Ah, porque não era para ser assim”, o bandido ele não entende a tua educação (PRAÇA).

Nós temos uma colega aí que eu chamava pra ela até de psicóloga, a gente trabalhava em viatura e até bolacha ela dava para o preso... aí ela começava a aconselhar [o preso]: “Isso não é vida pra ti, vai estudar, procura ser alguém na vida!” eu dizia: “Tu é psicóloga ou tu é polícia!” E às vezes os caras até escutavam ela, acontece muito. Eu acho que a mulher tem essa facilidade da conciliação das ocorrências, talvez seja por ser mulher realmente. Eu pelo menos, já consegui me livrar de ocorrências assim só na conversa, sem haver a necessidade de prender o cara ou quando se prende não precisar algemar: “Olha, você vai me acompanhar até a delegacia, lá a gente resolve, lá você resolve com sua esposa”, esse negócio de violência doméstica, entendeu? Se é com um policial, um companheiro masculino, o cara vai chegar lá, vai algemar, vai dá um pescoção: “Cala boca aí que nós estamos levando lá!”, e causa até uma resistência às vezes (PRAÇA).

Todos os policiais entrevistados demonstraram ter uma visão bastante positiva em relação à presença da mulher na Polícia, mesmo reconhecendo que muito dos seus colegas masculinos ainda tem resistências em trabalhar com as policiais, sobretudo na atividade-fim. No entanto percebi nas falas dos policiais que a ênfase ficava em torno do trabalho da mulher

nas atividades administrativas. Contudo, quando perguntei às policiais a respeito do que elas achavam da presença da mulher na PM, é interessante notar que de modo geral elas iniciavam suas respostas observando que legalmente cabe a elas à revista feminina, logo enfatizavam o trabalho executado na atividade operacional, embora também acreditem que estão em sua maioria nas atividades-meio, consideram que,

é muito importante, muito porque assim a população vê que não é só o homem que está ajudando a combater a violência, a mulher também ela pode mostrar que ela é capaz, de ir atrás mesmo e lutar contra o crime, e que não é só o homem (PRAÇA).

eu considero importantíssima porque acaba que a gente dá um certo equilíbrio na equipe que a gente trabalha. Por exemplo, em uma viatura uma mulher sempre dá um certo equilíbrio, não que tendo uma equipe só de masculino isso não ocorra, mas é diferente. Então eu considero importante no caso do serviço-fim, é importante a presença feminina em diversas situações, no caso da abordagem a outras mulheres, e é importante para a sociedade ver uma mulher também nas equipes ou no trabalho militar como um todo (PRAÇA).

eu acho de suma importância [policiais femininas] tanto nos serviços administrativos, nos serviços operacionais, não tem diferença, todo mundo é capaz de fazer qualquer coisa, assim como o homem é capaz a mulher também é capaz. E às vezes ela desenvolve até melhor ou tem uma habilidade melhor do que o homem. Acho de suma importância um olhar feminino, uma atividade feminina ajuda bastante (PRAÇA).

Diante das respostas de homens e mulheres acerca da presença da mulher na PM concluí que ambos reconhecem a importância do trabalho feminino, contudo percebe-se que as questões de gênero não são refletidas e discutidas organizacionalmente, embora haja reflexões individuais sobre o assunto, como pude perceber por parte de algumas mulheres e homens policiais. Nota-se também que as mulheres acreditam na capacidade e nas habilidades diferenciadas que possuem e que estas poderiam ser mais bem aproveitadas tanto na atividade-meio quanto para atividade-fim. As policiais mesmo presentes em todas as áreas, tendo os mesmos direitos e deveres, salários e oportunidades de ascensão na carreira que os policiais masculinos, isto não significa que houve uma mudança de mentalidade institucional, pois ainda sofrem resistências, são discriminadas e estereotipadas no exercício da sua função.

De acordo com Oliveira (2012) a inserção da mulher como policial no mercado de trabalho através do empoderamento legal, ou seja, legitimado pela lei, de fato alterou sua condição de mulher trazendo independência econômica e sustentabilidade material a ela, contudo não alterou a sua situação de subjugada. E como exposto ao longo do trabalho, a mentalidade acerca das mulheres nas instituições militares está assentada na construção sobre o papel e as atribuições das mulheres na sociedade. Sendo assim, essa mentalidade pode ser revista e até mesmo transformada a partir do momento que se começar a discutir as questões

de gênero. Enquanto isso o contingente feminino tem sido empregado, mas na concepção desse policial,

eu vejo assim, que não há uma política clara com relação ao emprego da mulher, desde quando ela entrou [na Polícia]. Lá atrás olhando na história, as mulheres foram empregadas em uma Companhia de Trânsito e depois foi se quebrando esse tabu... e elas também lutando por direitos e querendo igualdade. Com isso todos os espaços estão sendo ocupados, tanto é, que no ano passado as mulheres foram fazer o curso de Choque no BOPE, então quer dizer, hoje há um avanço próprio da mulher, não por uma questão institucional, isso eu posso lhe dizer. Vamos utilizar o mesmo exemplo do curso do BOPE, o BOPE é de quando? Ele já tem uns 10 anos aqui, e por que antes a mulher não entrou? Por que só o ano passado?... O que é que eu vejo, não existe uma política clara, como eu coloquei no exemplo, o BOPE tem 10 anos, por que a mulher não entrou nesses dez anos atrás? Por que teve que ser agora? Mas essa inserção da mulher lá no BOPE foi de uma forma política de Comando ou simplesmente surgiu diante de um interesse particular de A, de B e de C para que elas fossem fazer um curso lá dentro. Ou por que a gente pegou o modelo da Polícia lá de fora pra dizer que a mulher tá trabalhando na Polícia do Estado A e por que aqui no Amapá não? E aí colocou? Por que a gente não estuda de uma forma de política de comando da Polícia Militar, a inserção da mulher na Polícia e a formação delas com todos os seus fatores positivos com relação a isso. É isso que falta pra nós, para que a gente não possa, vamos dizer, tá pecando numa política que eu creio que deve ser uma política de Estado, a inserção da mulher em todos os seus aspectos, não é simplesmente, eu quero hoje porque eu sou comandante geral e eu quero que a mulher faça parte da minha cadeira, não, não tem que ser assim. Tem que ser de uma forma institucionalizada mesmo, de fazer que a mulher participe, que ela seja pessoa preponderante nesse processo, na formação em todos os seus aspectos institucionais e de Estado (OFICIAL MASCULINO).

A questão referente à falta de políticas institucionais em relação ao contingente feminino, como mencionado pelo Oficial da fala acima, não é um problema somente da PM e está relacionado de modo geral às mulheres que integram a Segurança Pública no Brasil, como apontou o Estudo Técnico realizado pela SENASP entre os anos de 2011 e 2012. O estudo traz uma série de recomendações para área, como por exemplo, que seja fomentada a discussão junto aos Comandos Militares para a criação de setores internos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas de gênero para as mulheres para que se possa promover a transversalização de gênero nas políticas institucionais, visando não apenas a promoção da igualdade entre mulheres e homens no acesso à carreira e desenvolvimento profissional, mas a melhoria do serviço público mediante a adequada aplicação das habilidades e capacidades dos profissionais masculinos e femininos nos diferentes setores em que se inserem (BRASIL, 2013b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o levantamento de referencial teórico para subsidiar a pesquisa, sobretudo aquele referente à inserção da mulher na Polícia Militar no Brasil, constatou-se que no país existe um número crescente de artigos, dissertações e teses produzidas a respeito do assunto, sendo que cada trabalho apresenta um enfoque diferenciado. Quanto aos livros específicos, a produção ainda é ínfima no país, no entanto, um parece indispensável para toda e qualquer pesquisador/a que deseja abordar a temática sobre a mulher na Polícia Militar, é o livro denominado *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro* de autoria de Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci. Apesar de sua abordagem se concentrar sobre as mulheres policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, ele traz informações acerca da inserção das policiais em praticamente todo o país.

Usei a expressão “praticamente”, porque mesmo buscando obter informações sobre as mulheres policiais militares de todos os Estados brasileiros, as autoras se depararam com inúmeras dificuldades na obtenção dos dados. Nesse sentido, eu também me deparei com os mesmos problemas, constatando que coletar informações em instituições militares não é uma tarefa simples, pois o caráter fechado e a hierarquia que norteia também os processos organizacionais requerem da/o pesquisadora/o uma boa “rede de contatos” e paciência para obter as informações.

Estas dificuldades também refletem que a tríade, mulher, Polícia Militar e gênero, ainda são aspectos pouco discutidos dentro das organizações policiais. Acredito que este fato reflete as consequências históricas do próprio processo de inclusão da mulher na PM, que embora legal, não ocorreu em nenhum contexto de reformas realizadas pela instituição, e talvez por isso, até hoje, a presença e o trabalho das mulheres não tenha sido alvo de debates mais amplos pela Polícia Militar brasileira. Apesar disso, é interessante notar que a temática envolvendo as mulheres policiais vem avançando, principalmente no ambiente acadêmico, como os exemplos dos vários trabalhos desenvolvidos na área e que auxiliaram nessa pesquisa, que por sua vez, também espera contribuir para as reflexões acerca do tema.

Para compreender como se constituiu o processo de incorporação e atuação da mulher na Polícia Militar do Amapá, considerei importante fazer uma abordagem histórica da PM no Brasil por se tratar de uma instituição cuja ideologia e determinadas práticas presentes ainda hoje em seu contexto organizacional são oriundas do processo de formação do aparelho policial brasileiro, a qual esteve intrinsecamente ligada aos preceitos militares do Exército.

Este que assim como a Marinha e a Aeronáutica que também são organizações militares, de modo geral, trataram com resistências e diferenciações o ingresso de mulheres em seus quadros.

No Brasil, foi somente na década de 1980 que ocorreu a presença efetiva de mulheres nas instituições militares, entre elas, a Polícia Militar. Esta inserção pode ser considerada recente e aconteceu em um período marcado por muitas transformações na sociedade brasileira. Contudo, o ingresso de mulheres na PM não está relacionado a alguma demanda social, mas a um aparente propósito de humanizar a imagem policial que estava associada ao período da Ditadura Militar. Dessa forma, para desfazer tal imagem, a inclusão da mulher pareceu ser a medida mais eficaz. Assim, o contingente feminino foi empregado sem que houvesse planejamento e políticas claras que abrangessem as policiais militares de todo o país, cabendo a cada corporação de acordo com os seus interesses, efetivá-las.

Outro aspecto importante e que incide sobre a atuação das mulheres na PM, é o fato da instituição policial ter sido por muito tempo fechada à presença feminina, o que contribuiu em grande medida para que as atividades policiais fossem associadas ao sexo masculino – e continuam nos dias de hoje, fazendo com que as resistências, estereótipos e preconceitos em relação ao trabalho das mulheres, tanto por parte dos colegas masculinos quanto da própria sociedade, persistam. Além disso, a atuação das mulheres também permanece marcada pela nítida divisão sexual do trabalho, pois geralmente elas são destinadas as atividades administrativas e os homens as atividades operacionais.

Dessa forma, acredito que com as informações empíricas obtidas e os dados coletados foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, mostrando que a inserção da mulher na PMAP vem ocorrendo progressivamente, sobretudo, como parte do próprio processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho, inclusive nas áreas ocupacionais cujos homens ainda são a maioria, como no caso das atividades policiais. Entretanto, constatei que o ingresso de mulheres nessa área ainda é fortemente marcado por estereótipos de gênero, que velados ou não, tratam de maneira diferenciada a presença e atuação feminina na Polícia.

Também de acordo com a investigação de campo e como foi descrito ao longo do trabalho, embora as mulheres estejam presentes em todas as áreas e atividades na PMAP, e que supostamente a questão de gênero não seja um critério e também não interfira diretamente na distribuição das atividades entre mulheres e homens, o contingente feminino parece está localizado, sobretudo, nas atividades-meio ou em atividades que tenham um caráter voltado para a área social, a exemplo do número significativo de mulheres na DAS. Atividades estas,

que na percepção da maioria dos homens entrevistados, as mulheres melhor desenvolvem suas habilidades.

Ao relembrar as restrições impostas às primeiras policiais amapaenses percebe-se que embora não haja mais tais restrições, ainda são inúmeras as dificuldades que as mulheres enfrentam no seu cotidiano de trabalho, ou seja, mesmo com a importância legal da presença delas na atividade-fim da Polícia, de modo geral, as policiais sofrem resistência, discriminação, e são levadas muito mais do que os homens a ter que mostrar que são igualmente capazes de desempenhar as mesmas atividades que eles. No entanto, os homens reconhecem que as mulheres realizaram o mesmo curso de formação, e, portanto, estão aptas para o mesmo trabalho que eles.

Por outro lado, muitos homens e até mesmo mulheres justificam tais resistências em virtude dos fatores biológicos, culturais e históricos, que trataram e continuam tratando com diferença a atuação das mulheres na atividade policial. No entanto, em muitos momentos percebeu-se nos discursos tanto de mulheres quanto de homens, um esforço em afirmar e em mostrar que as policiais estão totalmente integradas em todos os segmentos da corporação. Em termos numéricos tal percepção aparentemente é verdade, entretanto, não significa que a presença feminina está plenamente aceita, pois se assim fosse, muitas policiais não teriam afirmado o contrário.

Mas como todas as mulheres inseridas em espaços ainda compostos em sua maioria por homens, são muitos os obstáculos enfrentados para o pleno exercício profissional. Apesar disso, acredito que as práticas que naturalizam e que contribuem para que as resistências de muitos homens em relação ao trabalho das mulheres se perpetuem, devem ser questionadas e combatidas, caso contrário, as mulheres permaneceram sempre subjugadas. Em se tratando das instituições militares, certamente, uma mudança de mentalidade que leve a mulher a ser vista de fato, como uma policial, independente da sua condição física ou das suas habilidades supostamente naturais, não é um processo fácil, até mesmo porque as próprias construções sociais de gênero perpassam por outras instituições que ainda reforçam a idéia de que mulheres e homens possuem seus papéis definidos na sociedade.

Dentro da Polícia, em particular as mulheres que atuam no policiamento operacional, percebem mais frequentemente de forma direta ou indireta a resistência de muitos dos seus colegas homens em atuar com elas, porém nota-se que individualmente muitas policiais tentam combater tais práticas. No entanto, existem outras que acabam adotando posturas consideradas como masculinas para poder se impor e assim se sobressair na profissão. De modo geral, as entrevistadas disseram que em âmbito institucional não há nenhuma política

com recorte de gênero, seja para o atendimento das policiais ou das policiais em relação ao público externo. Várias policiais ressaltaram ainda, que todas as conquistas obtidas pelas mulheres ao longo de mais de duas décadas da presença delas na PMAP, se devem muito mais as iniciativas e esforços das próprias mulheres.

Diante desse contexto esse trabalho de forma alguma pretende esgotar a discussão sobre a temática da inserção das mulheres nas atividades policiais, em especial na PMAP, pois muitos aspectos mencionados nas falas das entrevistadas não foram contemplados na dissertação, em virtude das dificuldades inerentes ao trabalho de campo e também porque acredito que exigem maior embasamento teórico, como por exemplo, as questões de assédio sexual e moral sofrido pelas policiais, além disso, ainda são temas considerados de difícil discussão nas organizações militares. Dessa forma, considero que estes e outros temas serão mais bem abordados em pesquisas futuras. Enfim, este trabalho tentou dimensionar “como é ser mulher e policial” dentro de uma instituição com estatutos rígidos e, tendo como base, a hierarquia, a disciplina, a autoridade e o poder.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, Mats; BILLING, Yvonne Due. **Understanding gender and organizations**. London: SAGE Publications, 1997.

AMAPÁ. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAPÁ. **Edital n° 002/89 – PM 1**, Macapá, 1989.

_____. **Decreto n° 4639 de 18 de dezembro de 1996**.

_____. **Lei Complementar n° 0084, de 07 de abril de 2014**.

_____. POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ. **A Polícia Militar em 89**. Macapá, s/d.

_____. **BG n° 121, de 29 de junho de 1989a**.

_____. **BG n° 131, 13 de julho de 1989b**.

_____. **BG n° 216, de 16 de novembro de 1989c**.

_____. **Diretoria de Ação Social**, 2013.

_____. **Diretoria de Operações**, 2014a.

_____. **Instrução normativa 01/2007, de 30 de abril de 2007**.

_____. **Plano Estratégico PMAP 2011 – 2015**.

_____. **Organograma da Polícia Militar do Amapá**, 2014b.

_____. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amapá**, 1981.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. Tradução de: Posicion.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo, RS: Gráfica e Editora Berthier, 2002.

BETIOL, Maria Irene Stocco. Ser administradora é o feminino de ser administrador? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ENANPAD, 2000.

BICUDO, Hélio. A unificação das polícias no Brasil. Estudos Avançados [online]. 2000, vol. 14, n. 40, pp. 91-106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a10.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

BITTENCOURT, Palmira das Neves. **Vinte anos da inclusão da mulher na Polícia Militar do Amapá**: estudo sobre as relações profissionais e as relações de gênero: equidade ou diferença?. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará (UECE); Macapá; 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=202923&co_midia=2>. Acesso em: 11 set. 2012.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. 10. ed. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v.69). Tradução de: Stato, governo, società: per una teoria generale dela politica.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Tradução de: La domination masculine.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

_____. **Decreto nº 4.377**, de 13 setembro de 2002. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br>>. Acesso em: 5 mai. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 2.106**, de 06 de fevereiro de 1984.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**: código, título e descrições. 3. ed. Brasília, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional**: para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública. Versão modificada e ampliada. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2008a.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade**. Cartilha. 2. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013a.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Mulheres nas instituições de segurança pública**: estudo técnico nacional. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013b.

BRASIL, Glauécia Mota. Apontamentos iniciais. In: BRASIL, Glauécia Mota. (Org.). **A Face feminina da Polícia Civil**: gênero, hierarquia e poder. Fortaleza: EdUECE, 2008b. p. 11-19.

BROWN, Jennifer. **European Policewomen**: A Comparative Research Perspective. *International Journal of the Sociology of Law*. 1997, 25, 1–19. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0194659596900301>>. Acesso em: 14 de jan. 2015.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas e qualitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano M. **As mulheres nas Forças Armadas brasileira: A marinha do Brasil 1980-2008**. São Paulo: FCC/DPE, 2009. (Coleção Textos FCC, 30).

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na brigada militar do Rio Grande do Sul**. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Porto Alegre, 2003. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2940/000379254.pdf?sequence=1>>.
Acesso em: 8 jul. 2012.

_____. **Policiais migrantes: identidades profissionais em movimentos**. 2009. 254f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25753/000754709.pdf?sequence=1>>
Acesso em: 25 fev. 2015.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no trabalho operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da polícia militar de Minas Gerais**. 2006. 378f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Belo Horizonte, 2006. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/EMLE6W7HXL/monica_carvalho.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2012.

CARVALHO, Sonia Marise Salles. **Casa-Caserna: Um percurso diferenciado na Vida das mulheres Militares**. 1990. 152f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte (UFRGN); Natal, 1990.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. (Coleção Antropologia Social).

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; In: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; BARBOSA, Sérgio Antunes; ANGELO, Ubiratan de Oliveira. **Polícia e Gênero e Distúrbios Cívicos: controle e uso da força pela polícia**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. (Coleção Polícia Amanhã; textos fundamentais de polícia; 4).

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. In: SEMINÁRIO SOBRE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE SEGURIDAD Y DEFENSA. 6., 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CHDS, 2003.

DINIZ, Débora. **Estereótipos de gênero nas cortes internacionais – um desafio à igualdade: entrevista com Rebecca Cook**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. p. 451- 462. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200008/19315>>.
Acesso em: 29 dez. 2014.

DONADIO, Marcela. **La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina**. 2009. Buenos Aires: RESDAL (Red de Seguridad y Defensa de América Latina). 1ª Edição.

DONNICI, Virgílio Luiz. **Polícia, guardião da sociedade ou parceira do crime?**: um estudo de criminologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

FONSECA, Cláudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 310-330.

FONSECA, Tania Maria Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. ed. 35. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Tradução de: Surveiller et punir.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Debates; 91) Tradução de: Asylums – Essays on the social of mental patients and other inmates.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONÇALVES, Eliane; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Ação e subjetivação: a experiência das mulheres no mundo do trabalho. In: GONÇALVES, Eliane [et al.], (org.). **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. (Coleção Mundo do trabalho).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LIMA, Mírian Assumpção e. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

LISTGARTEN, Silvia Caroline. **Diagnóstico identitário da policial militar feminina na Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: CSAP, 2002. (Série Monografias Premiadas, 2).

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992.

LOURO, Guacira Lopes Louro. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni. C. **Polícia Comunitária**: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Polícia de Manutenção da Ordem Pública e suas atribuições. In: LAZZARINI, Álvaro. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p.157.

_____. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36. ed. Atualizada até a Emenda Constitucional de 64, de 4.2.2010. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Gerência feminina nos setores industrial e bancário: o conservador internalizado *versus* o moderno em construção. In: ASSAMBLEA ANUAL DO CONSEJO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE ADMINISTRACIÓN (CLADEA), 37., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Cladea, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000. (Saúde em Debate; 46).

MINC, Carlos. Assédio Sexual. In: PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie. (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

MIRANDA, Orlando Pinto de. **Programas de policiamento comunitário e programas de capacitação voltados para a comunidade**. Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/prog_pol_comunit_orlando.pdf>. Acesso em: 3 out. 2013.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**: Sociologia da Força Pública. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Série Polícia e Sociedade; 10) Tradução de: Ce que fait la police: sociologie de la force publique.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá**: o passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica, 2013.

NEVES, Genivaldo Silva das. **A presença da policial feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia**. 2008. 97f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia (UFBA); Salvador, 2008. Disponível em: <www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_genivaldoneves.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução**: um estudo das trabalhadoras de telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (Coleção trabalho e emancipação).

OLIVEIRA, Laudicéia Soares de. **“Teto de Vidro” relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. 2012. 222f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Universidade Federal da Bahia (UFBA); Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7823/1/Tese%20Céia.pdf>>. Acesso em: 23 jul.2013.

ORDOÑEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. **História**. São Paulo: IBEP, s/d. (Coleção Horizontes).

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **As mulheres e a Guerra do Paraguai**. 2006.

Disponível em:

<www.mackenzie.br/universidade/tecnologia/site_est_junho2006/site_est/revistaelet_arquivos/artigos/pascal.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2013.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e Vida integrada**. São Paulo: Ática, 2004.

PONCINI, Paula. **Tendências e desafios na formação profissional do policial militar no Brasil**. 2007. Disponível em:

<<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/3/1>>. Acesso em: 30 set. 2013.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.p. 31-42.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo**. 7. ed. revista. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. (Coleção Antropologia e Saúde).

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadão**. 2010. 93f. Dissertação (Mestrado Profissional Executivo em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9041/1418705.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 out. 2013.

ROLNIK, Suely. Machos e fêmeas. In: LINS, Daniel. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1998.

RUDIO, Fraz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e patriarcado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.p. 43-60.

SANTOS, Luciana Rodrigues dos. A participação das mulheres nas Forças Armadas brasileira: um debate contemporâneo. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2009, Londrina. **Anais Online**, 2009. Disponível em: <<http://www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf>>. Acesso em: 5 de nov. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Tradução de: Development as freedom.

SILVA, Marcus André de Souza Cardoso da. **Como morre um projeto de policiamento comunitário: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho**. 2010. 352f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília (UNB); Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7918/1/2010_MarcusAndr%C3%A9DeSouzaCardosoDaSilva.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2013.

SILVA, Silvana Kelly de Moraes da. **Homens: profissionais de Secretariado Executivo em destaque na sociedade brasileira contemporânea**. 2011. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Macapá, 2011.

SOARES, Bárbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Segurança e Cidadania; 1).

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.p. 107-119.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina do Paraná em 1977**. PR: Capes, 2010. Disponível em: <www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/AndreaMazurokSchactae.doc>. Acesso em: 24 jul.2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v.16, n° 2, 1990. p. 5-22.

TAKAHASHI, Emília Emi. **Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. 2002. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000246920&idsf=>>>. Acesso em: 29 set. 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. São Paulo: Editora Objetiva, 2008.

VALLE, Alejandra Manzano. **A discriminação inversa em razão do sexo**. Revista do CAAP (Centro Acadêmico Afonso Pena) [online], p.25-40, 1997, Disponível em: <<http://www2.direito.ufmg.br/revistadocaap/index.php/revista/article/view/225/224>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 15-30.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 2° vol. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução: Denise Bottman. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. (Coleção L&PM POCKET; v.1032). Tradução de: Professions for Women.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado/a senhor/a,

Através deste termo convidamos o/a Senhor/a para participar da pesquisa provisoriamente intitulada de “*Mulheres Policiais: um estudo sobre a presença feminina na Polícia Militar do Amapá*”, desenvolvida no Curso de **Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)**, como parte integrante das exigências para aquisição do grau de Mestra em Desenvolvimento Regional. A referida pesquisa de autoria da mestrandia **Silvana Kelly de Morais da Silva**, orientada pelo prof.Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto tem como objetivo analisar o processo de incorporação e atuação das mulheres na Polícia Militar do Amapá (PMAP).

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. A participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento o/a senhor/a poderá recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha. Ressalta-se que consistirá em uma entrevista a ser realizada em local, data e horário previamente estabelecido.

O/A senhor/a receberá uma cópia deste termo onde consta o celular e o e-mail da pesquisadora responsável e do seu orientador, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto
Cel: (96) 99173-1200
e-mail: manoj-pinto@bol.com.br

Silvana Kelly de Morais da Silva
Cel: (96) 99132- 9995
e-mail: silvanaexecutiva@hotmail.com

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em autorizar a participação no estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Participante da pesquisa: _____
(Assinatura)

_____, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE B – Questionário – Policiais da Polícia Militar do Amapá – PMAP**DADOS DA ENTREVISTA:**

Nº da entrevista: _____

Local de realização da entrevista: _____

Data: _____ / _____ / _____

Início: _____

Término: _____

IDENTIFICAÇÃO:Nome completo da entrevistado/a: _____

Idade: _____

Estado civil: () casado/a - com militar () ou civil ()

() solteiro/a () separado/a () desquitado/a () viúvo/a () outros

Nº de filhos: _____ () Não tem filhos

Escolaridade: () ensino médio () ensino superior () especialização () mestrado
() doutorado

Posto ou Graduação: _____

Tempo: _____

Ano de ingresso na PMAP: _____

Local onde executa suas atividades: _____

() atividade meio () atividade fim

Função/Cargo ocupado atualmente: _____
_____Função/Cargos ocupados anteriormente: _____

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as policiais femininas da Polícia Militar do Amapá – PMAP

**FALE SOBRE O SEU COTIDIANO NA POLICIA MILITAR
E COMO É PARA VOCÊ SER POLICIAL MILITAR FEMININA?**

1. Quais motivos levaram você a entrar para a Polícia Militar?
2. Fale sobre o seu relacionamento com colegas mulheres e homens
3. Fale sobre o seu relacionamento com superiores homens.
4. Fale sobre o seu relacionamento com superiores mulheres (se for o caso).
5. Como é para você trabalhar em uma instituição composta majoritariamente por homens?
6. O que você acha da presença da mulher na PM?
7. Como você acha que os homens veem a presença das mulheres na PM?
8. Você acha que há diferença na distribuição das atividades entre mulheres e homens?
9. Você acha que a questão disciplinar é cobrada da mesma maneira para mulheres e homens?
10. Você acha que no policiamento ostensivo a atuação feminina é diferente da masculina?
Se a resposta for sim, como isso ocorre?
11. Você acha que o contingente feminino tem sido bem aproveitado dentro da PM? Por quê?
12. A ascensão da mulher na carreira de policial é igual à do homem? Por quê?
13. Quais os símbolos de poder mais respeitados na PM (autoridade, sexo, patentes, formação profissional, experiência prática, atuação etc);
14. Em algum momento você sentiu excluída pelo seu grupo de trabalho? Se a resposta for sim, comente em qual momento?
15. Você acha que o trabalho das mulheres é reconhecido pela instituição?
16. Você acha que a população diferencia o trabalho policial masculino do feminino?
17. Você está satisfeita com o seu trabalho na instituição?
18. Você acha que as instalações da PM estão adequadas ao contingente feminino?
19. Que imagem você tinha de uma policial militar antes de entrar na PM? E agora qual é essa imagem?
20. O que mudou na sua vida após a entrada na PM?
21. Algo faria você deixar de policial?
22. Gostaria de acrescentar algo?

FALAR SOBRE TEMAS LIVRES

1. Militarismo;
2. RDPM (pelo novo Estatuto passou a se chamar Código de Ética e Disciplina dos Militares);
3. Segurança Pública;
4. Policiamento Comunitário;
5. Assédio Sexual / Assédio Moral;
6. Preconceito / Discriminação;
7. Violência Policial.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com os policiais masculinos da Polícia Militar do Amapá – PMAP

1. Fale sobre o seu relacionamento com suas colegas policiais (oficiais e praças). E se esse relacionamento é mais fácil ou mais difícil do que com os colegas masculinos.
2. Fale sobre o trabalho das policiais femininas com quem você trabalha.
3. Como você vê o desempenho das policiais femininas tanto na atividade-fim quanto na atividade-meio?
4. Você acha que a mulher é mais frágil do que o homem?
5. Você acha que o modo de trabalhar da policial feminina é diferente do modo de trabalhar do policial masculino?
6. Você acha que o contingente feminino tem sido bem aproveitado dentro da PM? Por quê?
7. Você acha que as mulheres estão mais na atividade-meio ou na atividade-fim? E ao que se deve isso?
8. Você acha que na atividade policial as mulheres devem adotar algum tipo de comportamento diferenciado para se sobressair na profissão?
9. Que imagem você tem da policial militar feminina?
10. Como você vê a presença das mulheres na PM?
11. Em algum momento você teve algum tipo de dificuldade com uma policial feminina?
12. Qual deve ser para você o perfil de um bom policial? E de uma boa policial deve ser diferente?
13. Em sua opinião quais são as principais facilidades e dificuldades que a policial feminina enfrenta no exercício de sua função?
14. Quando você atua com uma mulher no policiamento ostensivo você sente que de alguma maneira deve protegê-la?
15. Você acha que haveria alguma diferença no estilo de comandar se uma mulher estivesse à frente do Comando Geral da PMAP? Como seria esse estilo?

ANEXO A – Ofício Circular nº 35/2013 do Gabinete do Comando Geral, de autorização para pesquisa



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
GABINETE DO COMANDO GERAL**

**Ofício Circular nº 35/2013 –
GAB/CMDO GERAL**

Macapá-AP, 05 de agosto de 2013.

Do: Chefe de Gabinete do Comando
Geral da PMAP.

Aos: Diretores e Comandantes de
Unidades da PMAP.

Ass: **Informação.**

Senhores Diretores e Comandantes,

1. Cumprimentando-os cordialmente, sirvo-me do presente para informar que a acadêmica do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, **Silvana Kelly de Moraes da Silva, matrícula 201311**, está autorizada a executar sua pesquisa científica nas dependências da Polícia Militar do Amapá, devendo os Diretores e Comandantes de Unidades da PMAP informar os dados que a solicitante requerer.

Atenciosamente,


**AILTON SILVA DOS SANTOS – CEL QOC
Chefe de Gabinete do Comando Geral da PMAP**

ANEXO B – Ingresso de policiais feminino nas Polícias Militares**INGRESSO DE POLÍCIAIS FEMININO NAS POLÍCIAS MILITARES.**

(Decreto Lei nº 2.106, de 06 Fev 84)

(Publicado no D.O.U. de 07 Fev 84)

Altera o Decreto Lei nº 667, de 02 Jul 69, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - o § 2º do artigo 8º do Decreto Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º - -----

§ 2º - Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares:

a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, para atender necessidades da respectiva Corporação de atividades específicas, mediante prévia autorização do Ministério do Exército.

b) suprimir da escala hierárquica um ou mais postos ou graduações dos previstos deste artigo; e

c) subdividir a graduação de soldado em classes, até o máximo de três”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 06 de Fevereiro de 1984

JOÃO FIGUEIREDO

Walter Pires.

ANEXO C – Diário Oficial do Estado do Amapá com o Edital do Processo de Seleção da primeira turma de mulheres policiais da Polícia Militar do Amapá

Macapá, 04-04-89 DIÁRIO OFICIAL Pág. 7

Quartel do Comando-Geral, em Macapá-AP, 30 de março de 1989.

[Handwritten Signature]
 JORGE FÉLIX MOREIRA - Maj PM
 Presidente da Comissão de Exame

[Handwritten Signature]
 HELVIO RIBEIRO GOMES DE OLIVEIRA - Maj PM
 Membro

[Handwritten Signature]
 JORGE VEITE - Maj PM
 Membro

[Handwritten Signature]
 INÁCIO BARROSO ROCHA - Maj PM
 Membro

[Handwritten Signature]
 MÁRIO MACHADO DE OLIVEIRA - Cap PM
 Membro

[Handwritten Signature]
 PAULO AMILCAR COSTA DA SILVA - Cap PM
 Membro

[Handwritten Signature]
 RAIMUNDO MARQUES DA SILVA - 1º Ten PM
 Membro

ESTADO DO AMAPÁ A P R O V O:
 POLÍCIA MILITAR *[Handwritten Signature]*
COM. GERAL PMAF

EDITAL Nº 002/89 - PM 1

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ com base no previsto no Art. 11, do Decreto-lei nº 667, de 02 Jul 69, alterado pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 Jan 83 e 2.106, de 06 Fev 84, regulamentado pelo Decreto nº 88.777, de 30 Set 83, torna público que encontram-se abertas as inscrições para a seleção ao Curso de Formação de Soldado Policial-Militar Feminino (CFSD PM Fem) da Polícia Militar do Amapá, tendo em vista as suas necessidades, de

acordo com o número de vagas existentes e autorizado pelo Exm^o Sr Governador do Estado do Amapá.

1. DAS INSCRIÇÕES

Período : 03 a 25 de abril de 1989.
Horário : Das 0800 às 1300 horas e das 1500 às 1800 horas de segunda a sexta-feira.

As inscrições nos sábados, domingos e feriados serão feitas pela manhã, no horário das 0900 às 1200 horas.

Local : Quartel Plácido de Castro, situado à Rua Jovino Dinoá, s/nº, Bairro do Trem.

2. DOS REQUISITOS PARA AS INSCRIÇÕES

- 2.1 - Ser brasileira;
- 2.2 - Ser solteira, sem encargos de família;
- 2.3 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 2.4 - Possuir nível escolar mínimo correspondente à 4ª Série do 1º Grau;
- 2.5 - Ter idade compreendida entre 18 a 28 anos;
- 2.6 - Ter altura mínima de 1,60 m (descalça);
- 2.7 - Fazer prova de pagamento da taxa de inscrição.
- 2.8 - Não registrar antecedentes criminais que impossibilitem ao exercício da função.

3. DOCUMENTOS

3.1 - São exigidos das candidatas os seguintes documentos no ato da inscrição:

- a. Carteira de Identidade;
- b. Recibo da taxa de inscrição no valor de NCr\$ 2,00 (dois cruzados novos), depositados no Banco do Brasil S/A, conta corrente nº 09306-8, em nome da Polícia Militar do Amapá - Concurso Público;
- c. Comprovante correspondente a escolaridade exigida;
- d. 04 (quatro) fotografias tamanho 3x4, de frente, cabeça descoberta, papel brilhante e que sejam recentes.

3.2 - As candidatas aprovadas terão que apresentar:

- a. Fotocópia:
 - Carteira de Identidade e apresentação da original;
 - Certidão de Nascimento e apresentação da original;
 - Título de Eleitor e apresentação do original.
- b. 02 (duas) fotografias tamanho 3x4, de perfil, cabeça descoberta, papel brilhante e que sejam recentes;
- c. Exame de abrefrafia, tirada no máximo 06 (seis) meses atrás.

4. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1 - O processo seletivo do concurso constará das provas (objetivas e subjetivas) de caráter eliminatório com valor máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 50 (Cinquenta) pontos;

4.2 - A candidata deverá comparecer ao local indicado para as provas, com antecedência de 30 (trinta) minutos, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta) e Cartão de Identificação. (recebido no ato da inscrição);

4.3 - Será invalidada a questão de múltipla escolha que contenha emenda ou rasura, assim como respostas ilegíveis;

4.4 - Não haverá sob qualquer pretexto, segunda chamada para a prova;

4.5 - O Concurso constará das seguintes provas:

- Intelectual, que versará sobre conhecimentos do ensino correspondente à 4ª série do 1º Grau e será composta das seguintes matérias: Português, Matemática, História e Geografia do Brasil (Anexo I);

- Teste de Aptidão Física (Anexo II);

- Psicotécnico.

5. DO RESULTADO DAS PROVAS

5.1 - Os resultados finais das provas serão publicados em Boletim Interno da Corporação e afixados no Quadro de Avisos;

5.2 - Em caso de igualdade de nota a classificação do concurso será regulada pela:

1) Melhor grau obtido na prova de Português;

2) Data de nascimento.

6. DA ADMISSÃO DA CANDIDATA HABILITADA

As candidatas habilitadas frequentarão o Curso de Formação de Soldado PM Feminino (CFSd PM Fem) na condição de aluna do mencionado Curso e serão regidas por regulamentos militares.

7. DOS REQUISITOS PARA AS INCLUSÕES

7.1 - Ter sido aprovada nos exames intelectuais de Português, Matemática, História e Geografia do Brasil;

7.2 - Ter sido aprovada no Teste de Aptidão Física (TAF);

7.3 - Ter sido considerada APTA nos exames médicos;

7.4 - Ter sido aprovada no exame psicotécnico.

8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

8.1 - A duração do curso será de 21 (vinte e uma) semanas e tem início previsto para o dia 1º de junho de 1989;

8.2 - Durante a realização do Curso de Formação de Soldado PM Feminino as candidatas terão direito a:

1) Fardamento;

2) Vencimentos correspondentes a 10% (dez por cento) do soldo do Coronel PM.

8.3 - Caso o número de candidatas aprovadas seja superior às vagas existentes, serão convocadas apenas as candidatas que obtiverem maior grau intelectual (média aritmética das provas escritas de Português, Matemática, História e Geografia do Brasil) e que tenham sido aprovadas no Teste de Aptidão Física e no Exame Médico;

8.4 - Será excluída do concurso a candidata que:

1) Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

2) Durante a realização das provas for surpreendida em comunicação com outra candidata, verbalmente, por escrito ou por outro meio;

8.5 - Comprovar-se-á a habilitação da candidata exclusivamente através da divulgação inserida no nº 5.1;

8.6 - As candidatas classificadas serão convocadas pela Comissão no mesmo documento que publicar o resultado final (nº 5.1)

8.7 - A candidata que não se apresentar dentro do prazo determinado pela Comissão de Exame e Seleção será excluída do pro-

cesso seletivo, facultando-se a Comissão a convocação da candidata seguinte;

8.8 - Será eliminada do concurso a candidata que esteja "Sub-Judice", respondendo a inquérito ou processo, e que tenha sido exonerada ou demitida a bem do serviço público ou por justa causa e a bem da disciplina das Forças Armadas e das Polícias Militares;

8.9 - Ao término do Curso serão aproveitadas na Polícia Militar do Amapá, todas as candidatas aprovadas em função das vagas existentes na época;

8.10 - Os exames de seleção serão realizados em locais a serem determinados, no período de 29 Abr a 24 Mai 89, com início previsto para às 0800 horas;

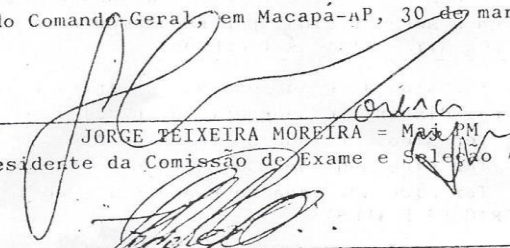
8.11 - Os resultados dos exames serão divulgados no dia 29 de maio de 1989 e a apresentação das aprovadas dar-se-á no dia 1º de junho de 1989;

8.12 - Poderá, a critério da Comissão, aplicar prova única;

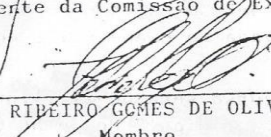
8.13 - A candidata que faltar a qualquer das provas, será eliminada do processo seletivo;

8.14 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Amapá.


Quartel do Comando-Geral, em Macapá-AP, 30 de março de 1989.



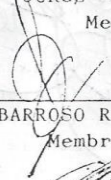
 JORGE TEIXEIRA MOREIRA = Maj PM
 Presidente da Comissão de Exame e Seleção




 HELVIO RIBEIRO GOMES DE OLIVEIRA = Maj PM
 Membro



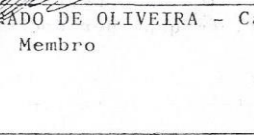
 JORGE LEITE = Maj PM
 Membro



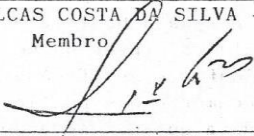
 INÁCIO BARROSO ROCHA = Maj PM
 Membro



 MÁRIO MACHADO DE OLIVEIRA - Cap PM
 Membro



 PAULO AMILCAS COSTA DA SILVA - Cap PM
 Membro



 RAIMUNDO MARQUES DA SILVA - 1º Ten PM
 Membro

ANEXO D – Procedimentos relativos às integrantes do Curso de Formação de Soldado Feminino

– 562 –

(Continuação do Boletim Geral nº 121, de 29 de junho de 1989)

período de 08 à 11 do corrente, a fim de participar da Reunião de Comandantes Gerais de Polícias Militares.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Macapá-AP, 06 de junho de 1989.

JORGE NOVA DA COSTA
Governador

Em consequência, o Chefe da 1ª Seção do EMG e os interessados tomem conhecimento e providências a respeito.

(Nota para o BG nº 230/89-PM 1, de 29 Jun 89).

ALTERAÇÕES DE PRAGAS

3. MOVIMENTAÇÃO DE PRAGAS – TRANSFERÊNCIA POR NECESSIDADE DO SERVIÇO
De acordo com os Art. 4º e 5º, do Decreto (N) nº 022, de 12 Jun 81, transferido por necessidade do serviço do CPCI para a CCS os seguintes policiais-militares

Sub Ten PM CLÓVIS MACURRIRA MODESTO
Sub Ten PM HAROLDO ANDRADE DA COSTA
Sub Ten PM RAIMUNDO GONÇALVES PANTOJA
2º Sgt PM 84 MANOEL MARIA ARAÚJO DA SILVA

Em consequência, o Chefe da 1ª Seção do EMG, o Cmt do CPCI e da CCS e os interessados tomem conhecimento e providências a respeito.

(Nota para o BG nº 227/89-PM 1, de 28 Jun 89).

4. DISPENSA DO SERVIÇO COMO RECOMPENSA – CONCESSÃO
De acordo com o item IV, § 1º, do Art. 132 e item I, do Art. 134, da Lei nº 6.652, de 30 Mai 79, concedo 08 (oito) dias de dispensa do serviço como recompensa, ao 2º Sgt PM 30 ANDRÉ MARQUES DA SILVA, da Cia Cmdo Sv/Aj G, a partir de 17 Ago 89, devendo apresentar-se pronto para o serviço no dia 25 Ago 89.

Em consequência, o PM 1, o Cmt da CCS e o interessado tomem conhecimento e providências a respeito.

(Nota para o BG nº 229/89-PM 1, de 28 Jun 89).

5. TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO
POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ
COMANDO GERAL – CABINETE DO COMANDO
DIRETRIZ DO COMANDO GERAL Nº 01/89 DE 29 MAI 89
PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS INTEGRANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO FEMININO:

1. FINALIDADE

– Estabelecer normas para serem adotadas pelas integrantes do CFSDF Fem, e dá outras providências.

2. REFERÊNCIAS

- a) Lei nº 7.646, de 21 Jan 88;
– b) Decreto (P) nº 0039, de 22 Jan 88;

- 563 -

(Continuação do Boletim Geral nº 121, de 29 de junho de 1989)

3. DESIGNAÇÃO

- A policial-militar matriculada no Curso de Formação do Soldado PM Feminino, terá a designação de aluna do CFSdPM Fem.

4. RELAÇÕES DE TRANSGRESSÕES

- Além das transgressões disciplinares previstas no RDPM/PMAP são consideradas, ainda, em função das peculiaridades deste novo quadro, as seguintes:

- a. Comprometer-se irregularmente com encargos de família; (Grave);
- b. Frequentar, uniformizada, boites, cinemas, casas de diversões públicas, teatros, salvo se estiver em missão ou serviço; (Média);
- c. Frequentar, uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo se estiver em missão ou serviço (Média);
- d. Fumar quando em serviço estando uniformizada ou não; (Média);
- e. Manter relacionamento íntimo não recomendável ou socialmente reprovável, com superiores, pares ou subordinados; (Grave);
- f. Manter relacionamento de amizade com pessoas de reputação duvidosa; (Grave);
- g. Usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagens excessivas, unhas longas ou com verniz de cor; (Leve);
- h. Invocar circunstâncias de matrimônio ou encargos de família para eximir-se de obrigações funcionais; (Média);
- i. Usar jóias e adereços que prejudiquem a apresentação pessoal da policial militar feminina, quando uniformizada; (Média);
- j. Demonstrar intimidade com outrem, mediante atos e gestos comprometedores, estando uniformizada; (Grave);
- k. Usar gírias, expressões ou gestos incompatíveis com a conduta policial feminina; (Média);
- l. Transitar em público conduzindo objetos estranhos ao serviço, estando uniformizada; (Leve);
- m. Passar ou transitar em companhia de pessoas do sexo masculino estando fardada; (Média);

5. LOCAL PARA CUMPRIMENTO DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

- Enquanto não houver instalações adequadas para o cumprimento de sanções disciplinares restritivas de liberdade, terão como local o quartelamento, das 07:00 às 20:00 horas e as residências das 20:00 às 07:00 horas.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- a. A policial-militar que contrair matrimônio, antes de completado o período de 2 (dois) anos de conclusão do curso de formação será excluída da Corporação;
- b. A policial-militar deverá zelar pela sua estética corporal e apresentação pessoal, procurando prevenir-se contra a obesidade e mantendo-se fisicamente nos padrões proporcionais de estrutura e peso;
- c. Serão desligadas do CFSd PM Fem, todas que violarem a amasiar-se ou contrair matrimônio durante o seu funcionamento;
- d. As policiais-militares femininas exercerão suas funções em caráter de dedicação integral ao serviço, podendo ser convocadas a qualquer hora e em qualquer dia para as atividades específicas da Corporação, de acordo com a escala e horário que lhes forem atribuídos;

- 564 -

(Continuação do Boletim Geral nº 121, de 29 de junho de 1989)

e, visando a boa apresentação pessoal das componentes dos Pelotões Polícia Militar Feminino, fica proibido o uso de penteados exagerados (Cheio, etc), cobrindo a testa, ainda que parcialmente (pastinha), bem como o uso de qualquer postigos, devendo ser observadas as normas em vigor;

Os Pelotões de Polícia Militar Feminino não devem ser entendidos como organização de mulheres masculinizadas ou um movimento feminista de libertação, não considerando, todavia, a beleza e a estética como valores fundamentais, mas procurando manter e estimular a feminilidade de suas integrantes.

JOSE JÚLIO DE MIRANDA COELHO
Ten Cel PM Cmt Geral PMAP

= 4ª PARTE -- JUSTIÇA E DISCIPLINA =

6. ELOGIO DE SANGUE - APROVAÇÃO

Aprovo os elogios de sangue, consignados pelo Cmt da CCS, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 1.075, de 27 Mar 50:

Elogio os policiais-militares abaixo relacionados, por haverem doado, voluntariamente, 500 ml de sangue, no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Amapá HEMOAP, demonstrando espírito público e elevado sentimento de solidariedade humana (INDIVIDUAL).

CCS01 Jun 89

3º Sgt PM 104 VIVALDO CORRÊA DE OLIVEIRA

02 Jun 89

Sd PM 1318 JURACY INGLÊS DA PENHA

Em consequência, o Cmt da CCS toma conhecimento.


(Sol. à Parte nº 186/89-CCS, de 13 Jun 89 - Nota para o BG nº 164/89 de 28 Jun 89).

JOSE JÚLIO DE MIRANDA COELHO
Ten Cel PM Cmt Geral PMAP

CONFERE COM O ORIGINAL:

JORGE TEIXEIRA MOREIRA - Maj PM
= Ajudante Geral =

ANEXO E – Diário Oficial do Estado do Amapá com a publicação da unificação dos Quadros Femininos e Masculinos de Oficiais e Praças



ESTADO DO AMAPÁ

DIÁRIO OFICIAL

MACAPÁ, 18 DE DEZEMBRO DE 1996 - 4ª-FEIRA Nº 1466 - circulação: 18.12.96 às 16:00h

Governador do Estado
JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE

Secretário de Estado da Fazenda
GETÚLIO DO ESPÍRITO SANTO MOTA

Secretário de Estado da Educação e Cultura
RUBEN BEMEROUY

Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública
BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS

Auditora Geral do Estado
MARIVALDA MACIEL SIMÕES

Chefe do Gabinete do Governador
JARDEL ADAILTON S. NUNES

SECRETARIADO
Secretário de Estado da Administração
ALBINO ALVES DE SOUZA

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
JOSÉ RAMALHO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Saúde
JOCEY FURTADO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado do Trabalho e da Cidadania (Interino)
ELY DA SILVA ALMEIDA

Secretário de Estado do Meio Ambiente
ALBERTO PEREIRA GOES

Chefe da Casa Militar
M.J. RICARDO LEÃO DIAS

Vice-Governador do Estado
ANTÔNIO ILDERGADO GOMES DE ALENCAR

Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento
MARIA BENIGNA OLIVEIRA DO NASCIMENTO JUCA

Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos
AMILTON LOBATO COUTINHO

Procurador Geral do Estado
JOSÉ DE ARIMATHÉA VERNET CAVALCANTI

Defensor Público Geral do Estado
JOSÉ RONALDO SERRA ALVES

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 4639 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera o Decreto nº 4426, de 19 de julho de 1994, unificando os Quadros de Oficiais Policiais Militares Masculinos (QOPMC) e Femininos (QOPMC Fem), bem como o Quadro de Praças Combatentes Masculino (QPPMC) e Feminino (QPPMC Fem) da Polícia Militar do Estado do Amapá e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XV, da Constituição do Estado do Amapá,

DECRETA:

Art. 1º - Os componentes do Quadro de Oficiais Policiais Militares Masculinos (QOPMC) e Femininos (QOPMC Fem) da Polícia Militar do Estado do Amapá, passam a integrar um único QOPM.

Art. 2º - O efetivo previsto fixado para o QOPM único será aquele resultante da soma dos efetivos previstos, por postos, dos QOPM Masculino e Feminino, fixados anteriormente.

Art. 3º - As Praças Policiais Militares, Masculinos e Femininos, combatentes, passam a integrar um único Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes (QPPMC).

Art. 4º - O efetivo previsto para o QPPMC único será aquele resultante da soma dos efetivos previstos, por graduações dos QPPMC MASCULINO E FEMININO, fixados anteriormente.

Art. 5º - Para efeito de promoções deverão ser obedecidos os requisitos das Leis de promoções em vigor na Polícia Militar do Estado do Amapá, em igualdade e condições.

Art. 6º - Em virtude da unificação dos Quadros Masculinos e Femininos, o QO de 3.000 (três mil) homens, fixados na Polícia Militar do Estado do Amapá, através do Decreto nº 4426, de 19 de julho de 1994, passa a ter a seguinte composição:

I - QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES (QOPM)

Coronel PM	07
Tenente Coronel PM	10
Major PM	15
Capitão PM	26
1º Tenente PM	25
2º Tenente PM	25
TOTAL	108

II - QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DE SAÚDE (QOPMS)

Major PM Médico	01
Major PM Dentista	01
Capitão PM Médico	02
Capitão PM Dentista	01
1º Tenente PM Médico	03
1º Tenente PM Dentista	01
TOTAL	09

III - QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DE ADMINISTRAÇÃO (QOPMA)

Capitão PM	03
1º Tenente PM	08
2º Tenente PM	10
TOTAL	21

IV - QUADRO DE OFICIAL POLICIAL MILITAR MÚSICO (QOPMM)

2º Tenente PM Músico	01
TOTAL	01

V - QUADRO DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES COMBATENTES (QPPMC)

Subtenente PM Combatente	36
1º Sargento PM Combatente	58
2º Sargento PM Combatente	130
3º Sargento PM Combatente	186
Cabo PM Combatente	487
Soldado PM 1ª Classe Combatente	1.964
TOTAL	2.861

QUADRO DEMONSTRATIVO FINAL

QOPMC	108
QOPMS	09
QOPMA	21
QOPMM	01
QPPMC	2.861
TOTAL GERAL	3.000

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a contar de 26 de novembro de 1996, ficando-lhes assegurada a antiguidade anteriormente adquirida.

Macapá, 18 de dezembro de 1996

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador

DECRETO () Nº 4640 de 18 de DEZEMBRO de 1996

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas através do inciso VIII, do art. 119, da Constituição Estadual e do art. 8º, da Lei Nº 0257, de 22 de dezembro de 1995, que estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), destinado ao reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, conforme anexo constante do presente Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrerão a conta dos recursos provenientes das transferências de Convênios, na forma do inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macapá-AP, 18 de dezembro de 1996

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador

JOSÉ RAMALHO DE OLIVEIRA
Secretário de Planejamento